



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PPGMDR - MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

GEOVANE TAVARES DOS SANTOS

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO ESTADO DO AMAPÁ:
CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO (2010 - 2018)**

MACAPÁ

2020

GEOVANE TAVARES DOS SANTOS

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO ESTADO DO AMAPÁ:
CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO (2010 - 2018)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PGMDR), pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como requisito de obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

MACAPÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

Santos, Geovane Tavares dos.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado do Amapá: contribuições e limitações para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão (2010 - 2018). / Geovane Tavares dos Santos; Orientador, Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. – Macapá, 2020.

178 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2. Agricultura familiar. 3. Mazagão (AP). I. Filocreão, Antônio Sérgio Monteiro, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

338.10981 S237p
CDD. 22 ed.

GEOVANE TAVARES DOS SANTOS

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO ESTADO DO AMAPÁ:
CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO (2010 - 2018)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PGMDR), pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como requisito de obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Avaliado em: 10/ 12/ 2020

Data da Aprovação: 10/ 12/ 2020

BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)



Membro interno: Prof. Dr. Marco Antônio Augusto Chagas
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)



Membro externo: Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva
Universidade Federal de Tocantins (UFT)

Aos agricultores familiares, pelo importante papel desenvolvido na produção de alimentos e pelas suas capacidades de resistir através da agricultura. In memoriam: a Jacy Lima dos Santos meu avô que nos ensinou os cuidados com a terra, ao meu pai Juvêncio Vilhena dos Santos que seguiu os passos da família e me proporcionou o contato com essa realidade e ao Juacy Vilhena dos Santos com quem dividi espaço nas atividades agrícolas.

AGRADECIMENTOS

A Deus e Nossa Senhora Aparecida pelas bênçãos nesta caminhada acadêmica.

Minha família, esposa Erika Cristiane Santos, meus filhos Gian e Giovana pelo esforço e compreensão nesse processo. Minha avó Sebastiana Santos e minha mãe Risolene Tavares que representam minha origem (distrito do Pacuí/Macapá-Ap) e que sempre acreditarem no meu esforço.

Ao orientador Antônio Sérgio M. Filocreão pelos diálogos a cerca da pesquisa. Aos professores do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) por todas as contribuições no desenvolvimento da pesquisa. A Secretaria do Programa pela dedicação ao trabalho.

Aos colegas de turma e amigos, em particular a Luan Patrick Silva pelos suporte no Geoprocessamento, Josefer Neves pelo apoio no conhecimento estatístico e Dioleno Silva pelas orientações sobre a Plataforma Brasil.

Ao Instituto Federal do Amapá (IFAP), Campi Santana onde desenvolvo minhas atividades docentes, por toda a compreensão e apoio durante o Mestrado (colegas de trabalho e discentes).

A Companhia Nacional de Alimentos (CONAB), as associações participantes da pesquisa (AMAERC, AMPAEX-MA, AMPAFOZ e ASTEMAC) e seus representantes, por todo auxílio na pesquisa de campo e informações cedidas.

Aos agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foram objeto de pesquisa deste trabalho e colaboraram diretamente para sua realização.

RESUMO

A dissertação analisou as contribuições e limitações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão/Ap (2010 - 2018). O PAA surgiu no Brasil em 2003, para atender pressões dos movimentos sociais rurais que reivindicavam políticas públicas para a agricultura familiar. Através da modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), o estado do Amapá iniciou sua participação em 2009. O município de Mazagão/Ap foi selecionado como lócus da pesquisa pela significativa e contínua participação nos recursos do programa. A pergunta norteadora questionou, quais as contribuições e limitações do PAA/CDS para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão de 2010 a 2018? Em busca de respostas, contextualizou-se a questão agrária nas teorias internacionais e brasileiras; analisou-se o PAA/CDS como política pública para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, bem como se identificou e discutiu as contribuições e limitações do PAA/CDS. Utilizou-se a pesquisa quanti-qualitativa e os procedimentos metodológicos foram a pesquisa exploratória e bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. As técnicas da pesquisa de campo foram a Entrevista Narrativa (EN) com as representantes de associações e da Companhia Nacional de Alimentos (CONAB), aplicação do Modelo de Avaliação de Satisfação (MAS) do PAA/CDS e reuniões de grupos focais com agricultores familiares (04 grupos). O estudo envolveu quatro associações de agricultores e o total de 18 participantes. Os resultados demonstraram que em 10 anos de PAA/CDS no estado no Amapá, o estado foi o 2º da Região Norte com a maior participação nos recursos do programa (R\$ 35.116.329,15), dos 16 municípios, 12 participaram. Além do mais, o município com maior participação foi Mazagão/Ap, seus valores executados representam 39% (R\$ 12.733.620, 25) do total dos recursos do estado. Logo, esta dissertação tem como finalidade contribuir com os debates do desenvolvimento regional através das discussões sobre campesinato, agricultura familiar, agroextrativismo, políticas públicas e principalmente sobre o PAA/CDS na Amazônia, Amapá, Mazagão.

Palavras chave: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Agricultura familiar. Município de Mazagão.

ABSTRACT

This dissertation analyzed the contributions and limitations of the Food Acquisition Program (PAA) for the strengthening of family farming in the municipality of Mazagão / AP (2010 - 2018). PAA emerged in Brazil in 2003, to meet the pressures of rural social movements that claimed public policies for family farming. Through the Purchase with Simultaneous Donation (CDS) modality, the state of Amapá started its participation in 2009. The city of Mazagão/AP was selected as a place of research by significant and continuous participation in the program's resources. In this way, the guiding question asked was: what were the contributions and limitations of PAA / CDS to the strengthening of family farming in Mazagão municipality from 2010 to 2018? In search of answers, the agrarian question was contextualized from the international and Brazilian theoretical conceptions; It was analyzed the PAA / CDS as a public policy for the strengthening of family farming in Brazil, as well as the contributions and limitations of PAA / CDS in that municipality were identified and discussed. To meet the proposed objectives, was used a quantitative and qualitative reasoned research. The methodological procedures used were exploratory and bibliographic research, documentary research and field research. As field research techniques were Narrative Interview (EN) with representatives of companies and representative of the National Food Company (CONAB), application of the PAA / CDS Satisfaction Assessment Model (MAS) and meetings of focus groups with family farmers (04 groups). The study involved four associated with farmers in the municipality of Mazagão and a total of 18 participants. The results showed that in 10 years of PAA / CDS in the state of Amapá, the state was the 2º in the North Region with the largest participation in the program's resources (R \$ 35,116,329.15), of the 16 municipalities, 12 participated. In addition, the municipality with the highest participation was Mazagão / AP, its executed values represent 39% (R \$ 12,733,620, 25) of the total state resources. Therefore, this dissertation aims to contribute to the debates on regional development through discussions on peasantry, family farming, agroextractivism, public policies and mainly about the PAA / CDS in the Amazon, Amapá and Mazagão.

Keywords: Food Acquisition Program (PAA). Family farming. Municipality of Mazagão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma	1 -	Principais grupos de atores atuantes na construção dos referenciais das três gerações de políticas públicas para agricultura familiar	64
Quadro	1 -	Modalidades e objetivos do PAA	68
Mapa	1 -	Localização do estado do Amapá e seus municípios	71
Mapa	2 -	Localização do Município de Mazagão (AP) e suas delimitações municipais	79
Gráfico	1 -	Distribuição das Terras do município de Mazagão	80
Mapa	3 -	Pontos de coleta de campo	83
Fotografia	1 -	Transporte utilizado na pesquisa de campo	84
Fotografia	2 -	Moradias e meios de transportes em Santa Maria do rio Curuçá	85
Fotografia	3 -	Porto da comunidade São José do Lago do Ajuruxi	85
Fotografia	4 -	Vista da comunidade Perpétuo Socorro	86
Fotografia	5 -	Casas da comunidade de Santa Maria do Furo do Maracá	87
Fotografia	6 -	Centro comunitário da Foz do rio Mazagão Velho	87
Fotografia	7 -	Espaço da reunião do Grupo Focal IV – AMPAFOZ	88
Captura de Tela	1 -	Página inicial da Transparência Pública do PAA	91
Captura de Tela	2 -	Municípios com recursos formalizados	92
Captura de Tela	3 -	Organizações receptoras do município de Mazagão/AP em 2014	92
Fotografia	8 -	Primeiros projetos do PAA/CDS contemplados no estado do Amapá	93
Quadro	2 -	Principais procedimentos da entrevista narrativa	96
Fotografia	9 -	Grupo focal I (ASTEMAC)	98
Fotografia	10 -	Grupo focal II (ASTEMAC)	98
Fotografia	11 -	Grupo focal III (AMPAEX-MA/AMAERC)	98
Fotografia	12 -	Grupo focal IV (AMPAFOZ)	98
Quadro	3 -	Alocação de Pesos e cálculo do Grau de Satisfação dos agricultores familiares	100

Quadro	4 -	Classificação do Grau de Satisfação em Relação ao PAA/CDS	100
Gráfico	2 -	Idade dos Representantes das associações participantes	103
Gráfico	3 -	Idade dos agricultores familiares	104
Gráfico	4 -	Escolaridade dos agricultores familiares	105
Gráfico	5 -	PAA/CDS nas Unidades Federativas (UFs) da Região Norte do Brasil de 2010 a 2019	110
Gráfico	6 -	Distribuição do PAA/CDS nos UFs da Região Norte do Brasil (2010 a 2019)	111
Gráfico	7 -	Municípios atendidos pelo PAA em 2011 na Amazônia Legal	112
Gráfico	8 -	PAA/CDS no estado do Amapá de 2009 a 2019	113
Gráfico	9 -	Quantidade de agricultores beneficiados PAA/CDS Amapá (2010 a 2018)	114
Gráfico	10 -	Total de recursos executados nos municípios do AP (2010 a 2018)	115
Gráfico	11 -	Distribuição dos recursos PAA/CDS no Amapá (2010 a 2018)	116
Fotografia	13 -	Escola Municipal da comunidade Santa Maria do Curuçá/Mazagão	124
Gráfico	12 -	Contribuições do PAA/CDS para qualidade de vida dos agricultores	137
Fotografia	14 -	Entrega de produtos na AMPAFOZ em 2015	141
Fotografia	15 -	Entrega de produtos na ASTEMAC em 2018	141
Fotografia	16 -	Polpas de cupuaçu.....	143
Fotografia	17 -	Polpas de goiaba aracá	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Associações participantes da pesquisa	94
Tabela 2 - Características das associações participantes	102
Tabela 3 - Proporções das respostas da Variável II/Grau de Satisfação do PAA/CDS	130
Tabela 4 - Resultado do cálculo do Grau de Satisfação dos agricultores familiares	131
Tabela 5 - Principais produtos ofertados ao PAA/CDS (2010 a 2018) ...	140

LISTA DE SIGLAS

DIAGRO	Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá
ALCMS	Área de Livre Comércio Macapá e Santana
AMAERC	Associação de Mulheres na Reserva Extrativista do Rio Cajari
AMPAEX-MA	Associação de Mulheres Produtoras Agroextrativistas do Assentamento Maracá
AMPAFOZ	Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativista da Foz do Rio Mazagão Velho
APAEs	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASTEMAC	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas das Comunidades do Curuçá e Furo do Maracá
ATEXMA	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Maracá
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CDS	Compra com Doação Simultânea
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CONAB	Companhia Nacional de Alimentos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional
CONSEA-AP	Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Amapá
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DNTR	Departamento dos Trabalhadores Rurais
EN	Entrevista Narrativa
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GGPAA	Grupo de Gestão do PAA
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S. A
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAS	Modelo de Avaliação de Satisfação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDR	Mestrado em Desenvolvimento Regional
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE Maracá	Assentamento Agroextrativista no rio Maracá
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável
PFZ	Programa Fome Zero
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNSA	Política Nacional para Segurança Alimentar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade de Poder de Compra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção
RESEX Cajari	Reserva Extrativista do rio Cajari
RSD	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SEMA	Secretaria do Estado do Meio Ambiente
SESC	Serviço Social do Comércio

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRA	Termo de Recebimento e Aceitabilidade
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFs	Unidades Federativas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CONCEPÇÕES TEÓRICAS INTERNACIONAIS E BRASILEIRAS DA QUESTÃO AGRÁRIA	20
2.1	Teorias internacionais da questão agrária e tentativas de conciliações ...	20
2.2	Questão agrária brasileira	36
3	POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: PAA EM FOCO	59
4	CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	71
4.1	Estado do Amapá e seus processos de formação institucional	71
4.2	A “Nova” Mazagão: a cidade que nasceu na Amazônia	74
4.3	Lócus da pesquisa	82
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	90
5.1	Primeira etapa: Pesquisa Exploratória e Bibliográfica	90
5.2	Segunda etapa: Pesquisa documental	91
5.3	Terceira etapa: Pesquisa de campo – Entrevista Narrativa (EN), grupo focal e o MAS	93
6	CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO PAA/CDS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO/AP	102
6.1	Perfil socioeconômico das representantes das associações e agricultores familiares	102
6.2	PAA/CDS na perspectiva do Desenvolvimento Regional na Amazônia: 10 anos no estado do Amapá	107
6.3	Contribuições e limitações do PAA/CDS nas concepções das Representantes das associações AMAERC, AMPAEX-MA, AMPAFOZ e ASTEMAC	121
6.4	Contribuições e limitações do PAA/CDS para os agricultores familiares do município de Mazagão/AP	128
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	149

APÊNDICE A	Carta de Anuência das Associações e CONAB	164
APÊNDICE B	Quadro de Participação das organizações do município de Mazagão/Ap nos recursos PAA/CDS de 2010 a 2018	165
APÊNDICE C	Questões Exmanentes da Entrevista Narrativa	166
APÊNDICE D	Roteiro aberto de grupo focal: questões norteadoras	167
APÊNDICE E	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para agricultores	168
APÊNDICE F	Formulário MAS	170
ANEXO A	Variáveis e Categorias de Construção dos Indicadores do MAS	174
ANEXO B	Critérios para Pontuação dos Projetos PAA/CDS – 2018	175

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surgiu no Brasil em 2003, para atender pressões dos movimentos sociais rurais que reivindicavam políticas públicas para a agricultura familiar. Assim, o programa foi desenvolvido vinculado ao Programa Fome Zero (PFZ), com objetivo de assegurar alimentação para a população em situação de vulnerabilidade social e melhorar renda dos agricultores familiares (BRASIL, 2003; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O Decreto 7.775 de 04 de julho de 2012 (BRASIL, 2012) enfatiza as finalidades do PAA, são elas: incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social; incentivar o consumo e a valorização dos alimentos da agricultura familiar; promover acesso à alimentação em quantidade e qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade social; promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais; apoiar a formação de estoques como segurança na produção; fortalecer redes de comercialização locais e regionais; valorizar a biodiversidade e a produção agroecológica, bem como estimular o cooperativismo e o associativismo.

Para alcançar suas finalidades, o PAA foi estruturado em seis modalidades para atender as necessidades regionais do país, são elas: Compra com Doação Simultânea (CDS), Formação de estoques, Compra Direta, PAA Leite, Compra institucional e Aquisição de sementes (GRISA; PORTO, 2015). Cada modalidade era adotada de acordo com as características agrícolas, necessidades dos estados e municípios brasileiros.

No estado do Amapá, a principal modalidade desenvolvida foi a CDS, gerenciada pela Companhia Nacional de Alimentos (CONAB), que permitia a compra de alimentos dos produtores familiares associados e cooperados, os produtos eram doados aos consumidores em condições de vulnerabilidade social (SANTOS; FILOCREÃO, 2019).

A participação dos agricultores nesta modalidade ocorria de forma individual e coletiva. O limite individual por Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) era de R\$ 6.500,00 por ano; para os agricultores associados ou cooperados com o limite do DAP individual de R\$ 8.000,00 por ano, e para a sua organização até R\$ 2 milhões (GRISA; PORTO, 2015).

A participação do estado do Amapá junto ao PAA/CDS foi tardia em relação aos estados brasileiros, em particular em comparação com os estados da Região Norte. Para Fuscaldi (2009) até 2008 entre os estados da Região Norte apenas Amapá e Roraima não participavam do programa.

Os primeiros registros de manifestações de interesses de organizações agrícolas e do poder público são de 2009, mas apenas em 17.05.2010 que o PAA/CDS foi aprovado pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Amapá (CONSEA-AP), (MDA, 2011). Entre os motivos do atraso justificados pelos autores, encontram-se o descaso do poder público e a fragilidade das lutas das organizações junto as políticas públicas para agricultura familiar.

Observou-se que em 10 anos de PAA/CDS no estado no Amapá (2009 a 2019), foi o 2º da Região Norte com a maior participação nos recursos do programa, os valores formalizados somam R\$ 35.116.329,15, o 1º lugar ocupado pelo estado de Amazonas com R\$ 62.948.991,03.

Entre os 16 municípios amapaenses, 12 participaram do PAA/CDS e o município com maior participação foi Mazagão/Ap, sendo que seus valores executados representam 39% (R\$ 12.733.620, 25) do total dos recursos do estado. Em Mazagão, os recursos beneficiaram 2.236 agricultores de 16 organizações (associações e cooperativas) (CONAB, 2018a; 2019). São dados que revelam que apesar da demora na participação do Amapá no programa, a sua participação foi significativa entre 2009 a 2019 na Região Norte.

A partir de estudos exploratórios e bibliográficos, observou-se que o PAA era uma das importantes políticas públicas para agricultura familiar no país. A partir de 2009 o estado do Amapá exerceu uma significativa participação na região Norte, entre seus municípios, Mazagão foi o que obteve uma contínua participação e maior valor total em recursos recebidos do PAA/CDS.

Neste cenário, notou-se a escassez de referências teóricas sobre a dimensão regional e local do programa, os dados encontrados em sua maioria foram fontes primárias que necessitavam de discussão. Assim, com objetivo de contribuir com a compreensão do PAA/CDS no Amapá, em particular no município do Mazagão/AP, sendo assim a pesquisa buscou analisar as contribuições e limitações do programa no referido município.

A realização da pesquisa surgiu do interesse do pesquisador em compreender a realidade da agricultura familiar amapaense desde da graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com as disciplinas cursadas no Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR) da referida instituição foi possível dialogar com os anseios da graduação.

Diante do exposto, tem-se a questão norteadora da pesquisa: quais as contribuições e limitações do PAA/CDS para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão de 2010 a 2018?

A hipótese levantada considerou que as contribuições do programa para agricultura familiar do município, foi na melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores, motivadas pelo o aumento da renda, aumento da produção e diversificação de suas produções.

Estimava-se também a existência de limitações na participação e execução do programa, entre elas, os cortes orçamentários do governo federal nos recursos do programa e a burocracia documental na participação dos agricultores familiares das associações.

O objetivo geral da proposição foi de averiguar e analisar quais as contribuições e limitações do PAA/CDS para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão de 2010 a 2018, e tendo como objetivos específicos: a) contextualizar a questão agrária a partir das concepções teóricas internacionais e brasileiras; b) analisar o PAA/CDS como política pública para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil; c) identificar e discutir as contribuições e limitações do PAA/CDS no fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão/AP (2010 - 2018) através das concepções dos participantes da pesquisa.

Para corroborar e/ou refutar a hipótese formulada e cumprir com os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa quanti-qualitativa fundamentada por Minayo (1994), que valoriza a objetividade e subjetividade das informações coletadas.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram organizados em três etapas: 1ª) pesquisa exploratória e bibliográfica (livros, periódicos, dissertações e teses); 2ª) pesquisa documental (Transparência pública PAA e documentos dispostos na sede da CONAB em Macapá); 3ª) pesquisa de campo, com a realização de Entrevista Narrativa (EN) com as representantes de associações de agricultores e representante da CONAB, assim como grupos focais e aplicação do formulário do Modelo de Avaliação de Satisfação (MAS) do PAA/CDS com agricultores familiares associados que participaram do programa.

A entrevista narrativa é reconhecida como uma alternativa de coleta de dados não estruturada, que extrai dos relatos de experiências e das vivências dos entrevistados, as narrativas adequadas para o objeto pesquisado (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008).

Os grupos focais ou sessões profundas são modalidades de entrevistas realizadas em ambientes informais, que possibilitam reunir os participantes da pesquisa e proporcionar o diálogo sobre a temática de interesse do estudo. Suas principais vantagens são as riquezas dos dados e o baixo custo para sua realização (FLICK, 2009; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). O MAS foi desenvolvido por Nascimento (2015), com a finalidade de proporcionar uma avaliação do grau de satisfação de agricultores familiares sobre o PAA/CDS.

A amostra da pesquisa foi de 18 participantes (1 representante da CONAB, 5 representantes associações e 12 agricultores familiares). Na CONAB foi realizada entrevista narrativa com a funcionária representante das ações do PAA/CDS no Amapá, assim como análise documental nos arquivos impressos sobre projetos de associações de 2009. Foram realizadas entrevistas narrativas com os representantes das associações e formação de quatro

grupos focais com agricultores, antes da entrevista em grupo foi aplicado individualmente o formulário do MAS.

O estudo envolveu quatro associações do município de Mazagão, são elas: 1ª) Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas das Comunidades do Curuçá e Furo do Maracá (ASTEMAC) com a maior participação aos recursos do programa e que beneficiou maior número de agricultores do município; 2ª) Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativista da Foz do Rio Mazagão Velho (AMPAFOZ), participação intermediária nos recursos e quantidade de agricultores beneficiados; 3ª) Associação de Mulheres Produtoras Agroextrativistas do Assentamento Maracá (AMPAEX-MA) e, 4ª) Associação de Mulheres na Reserva Extrativista do Rio Cajari (AMAERC), uma das menores participações e números de agricultores beneficiados.

Análise dos dados coletados das entrevistas narrativas seguiram as orientações teóricas de Fritz Schütze (2011), Jovchelovitch e Bauer (2008), foram transcritas detalhadamente, organizadas em ordem temporal dos fatos narrados e agrupadas as ideias. As sessões de grupos, foram transcritas e codificadas em consonância com a concepção de análise de dados para grupos focais de Morgan (1996). E as respostas do formulário do MAS foram tabuladas e comparadas ao Grau de Satisfação em Relação ao PAA/CDS, como sugeridas por Nascimento (2015).

Os procedimentos metodológicos adotados, possibilitaram que os participantes da pesquisa expusessem suas concepções sobre as contribuições e limitações encontradas ao participarem do PAA/CDS. Os resultados corroboraram a hipótese da pesquisa, bem como acrescentaram novas contribuições e limitações do PAA/CDS.

A dissertação encontra-se organizada através das seguintes seções:

1) Concepções teóricas internacionais e brasileiras da questão agrária, dialoga com pensadores internacionais que formularam teorias sobre o campesinato e/ou agricultura familiar e suas ideias influenciaram teóricos brasileiros, a discussão da questão agrária brasileira reúne os principais autores e suas obras sobre a agricultura familiar e/ou camponesa;

2) Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: PAA em foco, discute as definições de políticas públicas e as trajetórias das políticas públicas para agricultura no Brasil, em particular o PAA;

3) Contextualização e caracterização da área de estudo, os processos de formação do Amapá e Mazagão;

4) Procedimentos metodológicos, suas etapas;

5) Contribuições e limitações do PAA/CDS no fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão/Ap, dialoga com os resultados obtidos nos procedimentos metodológicos e com os referências teóricos, analisa o programa a partir das concepções das representantes das organizações e dos agricultores familiares. Nas considerações finais da dissertação, encontram-se as interrelações de todas as sessões, assim com realiza a reflexão dos pontos e contrapontos do desenvolvimento da pesquisa.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS INTERNACIONAIS E BRASILEIRAS DA QUESTÃO AGRÁRIA

Esta seção traz contribuições teóricas da Sociologia Rural, discute concepções e correntes de pensamentos da Europa do século XIX, que transformaram a Rússia em lócus de pesquisas e proposições políticas. Influenciados pelos paradigmas internacionais da questão agrária, teóricos brasileiros buscaram compreender a questão agrária no país, por isso este estudo faz um resgate das principais referências brasileiras desde a década de 40 até 2000. Em seus aspectos regionais e locais, a seção dialoga com Filocreão (2007) e Costa (2012) sobre elementos teóricos da economia camponesa, agricultura familiar, agroextrativismo, capitalismo na Amazônia.

2.1 Teorias internacionais da questão agrária e tentativas de conciliações

As teorias sobre a questão agrária¹ refletem as transformações agrícolas na Europa do século XIX e as concepções teóricas sobre a agricultura camponesa e/ou familiar. Para Guzmán e Molina (2005) o narodnismo russo ou populistas foi uma das primeiras correntes de pensamento da antiga tradição dos estudos camponeses.

O narodnismo russo teve duas etapas: a “teoria da marcha para trás” e a “teoria das vantagens do atraso”. Os intelectuais e revolucionários da primeira etapa defendiam que o avanço para o socialismo poderia ser realizado através de um salto sobre a fase do capitalismo, pois acreditavam na ação solidária do coletivismo camponês para evitar a exploração e mercantilização da comunidade rural. Já na segunda etapa procuravam elaborar estratégias para evitar qualquer forma de capitalismo no campo, na concepção de seus defensores o “atraso” do modo de vida camponês era um passo necessário para alcançar o progresso, que deveria atender o bem-estar social do campesinato (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

O narodnismo foi uma práxis intelectual e política que lutou contra o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, em síntese os seus representantes compreendiam que: o sistema de organização política capitalista representava uma forma de dominação e sujeição sobre o povo, isto é, criava falsas ideias de participação democrática; os sistemas de legalidade capitalista

¹“Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola” (STEDILE, 2011, p. 15).

proporcionava o progresso material, mas não valorizava o desenvolvimento físico, intelectual e moral do indivíduo. Enquanto que no modo de organização do campesinato estava presente a solidariedade que reagia a competitiva do capitalismo; com as relações sociais do coletivismo campesino seria possível frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia; por fim, era necessário uma relação de igualdade entre os intelectuais críticos e o povo para desenvolver a cooperação solidária (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

Na contramão dos narodnistas, estavam os representantes da social-democracia, entre eles Vladimir Ulianov Lênin e Karl Kautsky, que criticavam e rejeitavam as concepções populistas camponesas. Os marxistas ortodoxos como foram denominados os reformistas de Marx, vislumbravam que o movimento do capital atendia um caráter de lei geral, onde a concentração e a centralização que Marx teorizou na indústria urbana se manifestariam de forma linear também na agricultura e em todos os espaços da sociedade (ABRAMOVAY, 2012; GUZMÁN; MOLINA, 2005).

Para Abramovay (2012) não existe uma definição de camponês na obra “O Capital” de Marx, seus objetivos teóricos não era desenvolver estudos sobre a questão agrária, suas preocupações estavam voltadas para os processos históricos, em particular para modo de produção capitalista. Assim, Abramovay considera que transferência da teoria de Marx para analisar a questão agrária foi um dos equívocos cometidos por Lênin e Kautsky.

Em uma de suas análises sobre as interferências do capitalismo sobre o campesinato, Marx (2008) demonstra que o modo de produção capitalista desapropriava o trabalhador das suas condições de produção camponesa, subtraía sua propriedade e explorava as terras para obter o lucro. A terra, que era um bem da família, se transformava em renda fundiária (preço pago pela propriedade fundiária), e assim a agricultura era transformada em mercadoria e os camponeses em assalariados desprovidos de seus meios de produção.

Costa (2012), corrobora que existe uma visão pessimista de Marx sobre o futuro do campesinato em comparação ao capitalismo. Uma vez que a relação campesinato e capitalismo ocorrem sobre condições particulares, são baseadas a partir das relações do “plano da distribuição” e do macrossistema. Nesta condição, o produtor presenciava a desvalorização da terra pela renda fundiária e “entrega de graça” parte do excedente da sua produção a sociedade (MARX, 2008).

Costa (2012, p. 51) resume a concepção de Marx sobre o campesinato e o capitalismo através da seguinte afirmação: “[...] as formas camponesas de produção reproduzem-se no capitalismo marcadas por condições objetivas que as constroem à concorrência para além do limite que permitiria, pela via dos preços, a incorporação do sobretrabalho por elas gerado [...]”.

Os camponeses não conseguiam concorrer no mercado com os donos dos meios de produção (empresários), sua produção não gerava o lucro suficiente para competir no mercado e não conseguiam adquirir tecnologias suficientes para produzir, por isso permaneciam em condições precárias.

Influenciados pelas teorias de Marx, o marxismo ortodoxo define-se como o conjunto de desenvolvimento teórico sobre o pensamento de Marx e Engels, que se estabelece após a Segunda Internacional (1889), com o propósito de formular estratégias teóricas e metodológicas a fim de alcançar o proletariado e atingir o socialismo (ABRAMOVAY, 2012; GUZMÁN; MOLINA, 2005).

Em busca de superar o “vazio existente” em *O Capital* e com objetivo de contrapor as ideias dos populistas russos, afim de analisar profundamente o desenvolvimento do capitalista agrário, são publicadas duas obras relevantes para compreender o campesinato para os marxistas, “A questão agrária” (1986) de Kautsky e “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1985) de Lênin.

Na obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin (1985) dedica-se inicialmente na refutação do narodnismo, com base nos fundamentos teóricos de Marx, demonstra que a desintegração do campesinato era uma necessidade na formação do mercado interno e não a sua redução, que o fortalecimento do mercado externo era inerente ao desenvolvimento capitalista, para o qual não era preciso criar barreiras.

Assim fica explícito que o embate teórico entre Lênin e os Populistas Russos foi alimentado pelo embate político no que diz respeito ao papel do camponês na construção do socialismo. Abramovay (2012), descreve que as obras de Kautsky e Lênin ainda que interessados nos estudos das leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, suas preocupações refletem o cenário político que se estabelecia na época.

Tendo como material empírico, os dados estatísticos dos Zemstvos², e centrado nos estabelecimentos dos camponeses, Lênin analisa a situação da agricultura russa do final do século XIX, e conclui diferentemente do que os populistas russos pregavam, que o “Mir”, a comunidade russa camponesa em vez de resistir ao capitalismo, ela se desintegra se diferenciando em três estratos: o camponês rico, que se transforma em um produtor capitalista que contrata assalariado e acumula riqueza, um estrato de camponeses médios instáveis

²Zemstvos: são os escritórios de representação da população rural, criados em 1864, em grande parte para levar adiante as reformas decorrentes da abolição da servidão (1861), para recensear a população, lançando um vasto programa de pesquisa econômica e estatística sobre os camponeses (ABRAMOVAY, 2012).

economicamente e os camponeses pobres que estão se constituindo em proletariados rurais, vendendo a sua força de trabalho aos camponeses ricos (ABRAMOVAY, 2012; LÊNIN, 1985).

Costa (2012), reforça que para Lênin o crescimento econômico na relação entre os camponeses mais sucedidos com os mercados, possibilita um efeito concorrencial com os menos dotados de produtos, ou seja, camponeses mais pobres. Isso levaria uma ruptura, onde existia uma distinção entre camponeses ricos, médios e pobres, em consequência transformaria os primeiros camponeses em capitalistas agrários e os demais em proletários agrícolas.

Lênin (1985, p. 113) afirma que “[...] a comunidade camponesa russa não é antagônica ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida”. Logo, acreditava que era no interior das relações camponesas a formação dos elementos necessários para o desenvolvimento do sistema capitalista.

Para Lênin (1985) o modelo de produção camponesa estava preste a desaparecer devido aos avanços do capitalismo, pois a ruína do camponês de economia homogênea (coletiva) seria substituída pela intensa divisão do trabalho com características econômicas heterogêneas (individual). Assim, a dissolução do camponês seria inevitável, uma vez que os modos de vida pré-capitalistas não resistiriam aos avanços do capitalismo. Neste viés, o camponês se transformaria em trabalhador assalariado, sem autonomia dos meios de produção (terra, ferramentas, entre outras.).

Kautsky (1986) concorda com Lênin, na obra a “Questão Agrária” realça o caráter dominante do movimento capitalista que vai da cidade ao campo, com exceção de algumas colônias. Pois, a velocidade em que as transformações capitalistas, a centralização e a concentração do capital, que deveria superar o pequeno estabelecimento agrícola, que era lento em comparado com a industrialização urbana. A persistência de agricultura camponesa promovia dúvida sobre a eficácia da dominação capitalista em relação ao pequeno estabelecimento agrícola, fenômeno que Kautsky dedicou-se em compreender.

Sobre a relação do camponês com a indústria, o teórico relata a ocorrência de um processo de mudanças profundas no caráter da produção agrícola a partir do desenvolvimento industrial. Pois, a família camponesa medieval completamente ou quase totalmente autossuficiente, que produzia seus próprios produtos de consumo pessoal; construía também a sua casa; fabricava seus próprios móveis e utensílios domésticos, desenvolvia suas ferramentas e que pouco dependia do mercado, estavam sendo destruídos pelos avanços da indústria urbana e do comércio (KAUTSKY, 1986).

Kautsky (1986), verificou que a indústria urbana expandiu sua demanda por produtos agrícolas, estruturou os mercados, melhorou os meios de comunicação e transporte, em

decorrência dessas transformações tornaram as famílias camponesas dependentes do dinheiro, na medida em que o trabalho de subsistência era substituída pelo assalariamento.

Essas mudanças nas relações de produção, obriga a família camponesa produzir para o mercado, os produtos que a indústria urbana não consegue produzir, e abandonar a produção dos produtos que a indústria urbana produz com mais eficiência, aos poucos transformaria o camponês autossuficiente em apenas agricultor assalariado, cada vez mais dependente do mercado que se depara com a queda dos preços devido aumento da produção.

Segundo Costa (2012, p. 53), Kautsky ao analisar a industrialização da agricultura na Alemanha de seu tempo, “[...] assinalava que a penetração irregular de capacidade técnica de industrialização da agricultura, resultante do peso da natureza na definição da diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção [...]”, possibilitou uma demanda irregular de trabalho, que se intensificou a partir dos domínios das grandes unidades de produção, tais como o “Jurker” (latifundiários) na Prússia. Esse processo permitiu o uso permanente da força de trabalho dos camponeses, a baixo custo em decorrência de suas necessidades, pobreza e autoexploração.

Kautsky se mantendo na clássica tradição marxista, reafirma a existência de um processo, mesmo que lento, de reprodução do movimento capitalista industrial urbano na agricultura, ou seja, as formas de produção camponesa autossuficientes se especializam na produção agrícola demandada pelo mercado, que evoluem para o processo de polarização e proletarianização através das forças do mercado. Assim, afirma que “o antagonismo de classe existente entre explorador e explorado, entre o proprietário e o proletário, penetra a aldeia e a própria casa do camponês, destruindo a própria harmonia e a antiga comunidade de interesses.” (KAUTSKY, 1986, p. 22).

Neste ponto a teoria de Kautsky aproxima-se da concepção de Lênin, ambos acreditam que a presença do capitalismo no campo, as grandes propriedades absorveriam as pequenas, como consequência proletarianizava as camadas mais pobres do campesinato, tendo em vista que os mesmos não resistiam as pressões impostas pelas grandes propriedades.

O lento movimento de concentração capitalista no campo, expresso na persistência de formas camponesas de produção, para Kautsky (1986), nasce da necessidade de força de trabalho para o grande estabelecimento em função da migração de trabalhadores do campo para a cidade, obrigando os grandes proprietários a fornecerem terra a trabalhadores rurais, recriando o campesinato como um fornecedor da mão-de-obra necessária. Assim, o camponês como autônomo do seu modo de produzir desapareceria, se transformaria em sujeito dotado de força de trabalho para os grandes latifúndios.

Neste sentido, o teórico afirma que “[...] não se deve pensar, de forma alguma, que a pequena propriedade fundiária se encontra em fase de desaparecimento na sociedade atual, ou que será desalojada completamente pelo latifúndio” (KAUTSKY, 1986, p. 147).

Para Kautsky (1986) o pequeno proprietário não era concorrente dos grandes proprietários, mas um vendedor de matérias primas que estava prestes a desempenhar o papel de comprador dos produtos ofertados pelo vizinho proprietário capitalista. Pois “a mercadoria que ele mesmo produz em abundância é precisamente o meio de produção que o grande estabelecimento tanto necessita, ou seja, a mão de obra” (KAUTSKY; 1986, p.147). Na lógica o campesinato seria recriado como força de trabalho para atender as necessidades dos empreendimentos capitalistas.

Em sua concepção, a recriação do campesinato aconteceria quando a grande propriedade deixasse de excluir a pequena, e vice-versa, ambas começariam uma relação de “reciprocidade”, relação próxima a que ocorreu no meio urbano entre o capitalista e o proletário, enfatiza que “[...] vai acontecer ainda que o pequeno lavrador assumirá também, cada vez mais, o caráter deste último em relação ao grande estabelecimento agrícola” (KAUTSKY, 1986, p. 147). Observa-se que o teórico não reflete as condições alienantes de trabalho dos proletários nas fábricas, que poderiam se repetir no campo.

Abramovay (2012) sintetiza que Kautsky na sua obra, teve como objetivo principal evidenciar a superioridade do capitalismo em comparação ao campesinato. O autor reflete que “[...] Kautsky procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superprodução, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a sua própria subsistência” (ABRAMOVAY, 2012, p. 46).

Considerando a importância dos teóricos marxistas para compreensão da agricultura no cenário de expansão do modo de produção capitalista, Guzmán e Molina (2005) descrevem que alguns equívocos foram cometidos pelos teóricos desta corrente de pensamento, são eles: incompreensão do contexto teórico da obra *O Capital*; interpretação errônea sobre as teorias de Marx; unilateralidade do processo histórico e considerar a agricultura como um ramo da indústria.

A incompreensão teórica de “*O Capital: o processo de produção do capital*”, justifica-se com desconhecimento metodológico dos marxistas, uma vez que utilizam as categorias dos modos de produções (comunal, escravista, feudal e capitalista) como leis universais e não como modelos históricos. Assim como Engels pode ter cometido interpretações errôneas sobre os escritos de Marx, criou uma falsa expectativa que o seu colega tinha alcançado o

amadurecimento de suas teorias sociais a partir de pressupostos lineares e universais (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

Embasados nas compreensões de Engels, seus colegas marxistas foram unilaterais ao analisarem o processo histórico do capitalismo no campo, acreditaram que o modo de produção definido por Marx como categoria histórica poderia ser aplicado em todas as sociedades, não reconheceram os processos evolutivos e materiais de cada sociedade, em especial o campesinato. Por fim, os teóricos marxistas creem que a agricultura no modo de produção capitalista precisava atuar como um ramo da indústria, enquanto que Marx apenas tratou a agricultura industrializada como categoria de análise, afim de entender a evolução dos processos naturais até a industrialização da agricultura (ABRAMOVAY, 2012; GUZMÁN; MOLINA, 2005).

Neste contexto, Guzmán e Molina (2005) concluem que os paradigmas do narodnismo e marxismo articulam-se como duas práxis sociopolíticas do século XIX. Os narodnistas/populistas apresentam-se como defensores da permanência do campesinato com o seu potencial de resistência no campo. E os marxistas, que consideram o campesinato como uma fase histórica dissolúvel aos avanços do capitalismo, em prol da luta de classe como necessária para a estruturação do socialismo. Através destas correntes é possível compreender as dicotomias conceituais do campesinato e suas capacidades ou não de resistências aos avanços do capitalismo.

A partir das fragilidades teóricas sobre o campesinato e com objetivos de superá-las, foi que Alexander Chayanov fundamentou suas teorias. O teórico vivenciou a transição do século XIX para o XX na Rússia, em particular o autoritarismo político e a miséria social. Suas teorias são representantes do pensamento neopopulista, os neopopulistas defendiam a visibilidade da agricultura camponesa, assim como reivindicavam o direito a terra para as unidades camponesas particulares, através de projeto de reforma agrária. Chayanov destacou-se entre economistas agrícolas e engenheiros agrônomos da “Escola da Organização da Produção”, como o principal expoente dos estudos das potencialidades da unidade camponesa e seu papel cooperativo (ABRAMOVAY, 2012; GERARDI; SALAMONI, 2014).

Chayanov foi ativo nas lutas democráticas e sociais, em particular em defesa da reforma agrária no contexto da Revolução Russa. Com as discussões sobre a modernização da agricultura na Rússia, motivada pela revolução em 1818 prolongando-se até a coletivização

forçada por Stalin em 1930, passando pela NEP³, quando estava em jogo o modelo de desenvolvimento a ser implementado no campo, tanto na sua capacidade de responder as necessidades da revolução, quanto no papel do campesinato nesse modelo, as ideias populistas são reforçadas teoricamente pelos estudos da Escola da Organização da Produção (ABRAMOVAY, 2012).

A escola caracterizava-se como uma corrente do pensamento econômico russo, que congregava funcionários agrícolas como agrônomos, economistas, estatísticos, especialistas em cooperativas e extensionistas agrícolas que buscavam de forma pragmática, conhecimentos que pudessem contribuir na melhoria da produção e da vida camponesa, constitui-se na Rússia antes da primeira guerra, sendo que os seus principais teóricos se conheceram pessoalmente no Congresso de Agricultura de Oblast em Moscou, em 1911 (CHAYANOV, 1985).

Para fundamentar sua teoria, Chayanov utilizou vasta base empírica sobre a agricultura russa, analisou os dados estatísticos dos Zemstvos, já utilizados por Lênin e os novos conhecimentos gerados pelos estudiosos da escola, desenvolveu um esquema teórico explicativo sobre a persistência da economia camponesa na Rússia e a sua capacidade de se adaptar e contribuiu com o projeto de modernização agrícola da revolução, contrapondo-se ao esquema marxista clássico de Lênin e Kautsky (ARCHETTI, 2014).

A análise de Chayanov disponível no livro “A organização da unidade econômica camponesa” de 1922, parte do princípio de que o campesinato se configurava em um sistema de produção com uma racionalidade própria diferente da racionalidade capitalista, e, é esta racionalidade que tem conferido sua estabilidade histórica, que perpassa e pode se estabelecer por diferentes modos de produções. Essa “racionalidade camponesa” é conferida as unidades de produção agrícola que se organizam e sobrevivem da utilização predominante do trabalho familiar (CHAYANOV, 1985).

A centralidade da importância do trabalho familiar na abordagem Chayanoviana, se expressa logo no primeiro capítulo de sua obra, onde desenvolve uma análise exaustiva sobre o desenvolvimento biológico das famílias camponesas na Rússia, a partir dos dados estatísticos dos Zemstvos, agrupando-as a relação do número de consumidores pelo número de trabalhadores, depois relacionando esses agrupamentos familiares com a utilização dos meios

³NEP (Nova Política Econômica): é a política implantada pelo governo soviético desde o fim da Guerra Civil (1922) até 1928, onde se estimulava algo como economia mista, isto é, com forte peso da iniciativa privada. No meio rural, a NEP cessou a forte perseguição que sofreram os kulaks (camponeses ricos) no período da Guerra Civil e contava com eles para garantir o abastecimento nacional com produtos agrícolas e matérias primas. Com o fim da NEP vem a catastrófica coletivização forçada de Stalin (ABRAMOVAY, 2012).

de produção e com os resultados do volume de trabalho nas unidades familiares (CHAYANOV, 1985).

Chayanov explica que a diferenciação que os dados estatísticos da Comuna Russa apresentavam, não era social, mais sim biológica ou demográfica, baseado na evolução do tamanho das famílias, ou seja, na relação do número de consumidores por trabalhadores, expressão do volume de atividades produtivas. Ao contrário de Lênin que classificou os camponeses como ricos (compra a força de trabalho adicional), médios (baseia-se na sua e da sua família) e pobres (vendem sua força de trabalho para subsistir), a partir de critérios de compra e venda da força de trabalho (ARCHETTI, 2014).

Para Chayanov, o tamanho da família depende do processo de desenvolvimento doméstico, ou seja, as variações na força de trabalho dependem de cada grupo familiar, a sua configuração determina o acesso à terra. Deste modo, “[...] o ciclo de diferenciação familiar explica o fato de que diferentes grupos de camponeses apareçam como possuidores de parcelas de terra de diferentes tamanhos” (ARCHETTI, 2014, p. 24). Para o teórico além dos fatores sociais descritos por Lênin, era necessário reconhecer os aspectos biológicos familiares para compreender as particularidades do campesinato russo.

Para Chayanov (1985) o ponto de partida do cálculo econômico da unidade camponesa era o montante de força de trabalho familiar, que tinha a sua intensificação determinada pela relação entre número de consumidor por trabalhador. Essa relação ao longo do ciclo biológico de uma família apresentava diferenças no volume das atividades produtivas. As diferenças encontradas entre as famílias camponesas, serviram para contrapor o pensamento de Lênin, de que no próprio Mir, o germe da diferenciação social, da desintegração e proletarização do campesinato estava presente.

A racionalidade da produção baseada no trabalho familiar é o que garante a persistência das formas camponesas explorando a agricultura concorrendo com as formas capitalistas, baseadas no trabalho assalariado, consideradas tecnicamente como mais eficientes. Isto acontecia em função da capacidade de sobrevivência que a produção camponesa tem em situações de crises da produção capitalista, como situações de queda na taxa de lucro, devido ao fato em que o objetivo da economia camponesa é garantir a reprodução da força de trabalho familiar e das condições de sua reprodução, e não a reprodução de capital (CHAYANOV, 1985).

Costa (2012), assegura que a teoria de Chayanov baseia-se na microeconomia, pois considera a unidade camponesa como única, tais como unidade de produção e reprodução, a família é um lugar estrutural da existência primária dos indivíduos. A família “[...] é o

fundamento da empresa camponesa, na sua condição de economia sem assalariamento, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica” (COSTA, 2012, p. 95). Assim, a família era a fonte de força de trabalho e da produção, por isso não dependia do salário para produzir e sobreviver, uma vez que atende sua própria existência.

Chayanov (1985) considerava que existiam diferenças evidentes entre o modo de produção capitalista e camponês, pois o modo de produção capitalista é um sistema complexo, que envolve teorias econômicas sobre preço, salário, renda; enquanto que a produção camponesa é única e indivisível, onde os produtores detêm o controle de seu trabalho e suas atividades desenvolvidas para suprir as necessidades básicas da família, não de superprodução.

A reprodução camponesa é garantida a partir de uma lógica interna em que o objetivo central do cálculo econômico camponês é atingir um equilíbrio ótimo entre o atendimento das demandas da família e da fadiga força de trabalho. Em uma situação adversa, como por exemplo crise financeira, o atendimento das necessidades ficaria abaixo do ótimo, mas a unidade camponesa continua funcionando, enquanto o empreendimento capitalista não sobrevive (CHAYANOV, 1985; COSTA, 2012).

Nas adversidades, se expressa um aumento na capacidade de autoexploração que o camponês desenvolve para atender as necessidades da família, significando mais perda de energia dos trabalhadores, o que não acontece em empreendimentos capitalistas (ABRAMOVAY, 2012). Chayanov (1985, p. 81), assegura que “[...] o volume da atividade da família depende totalmente do número de consumidores e de nenhuma maneira do número de trabalhadores”. Logo, tem como objetivo a reprodução da força de trabalho e não a obtenção do lucro capitalista.

Os princípios básicos aplicados na economia camponesa, encontram-se nas próprias unidades econômicas do trabalho familiar, “[...] o trabalho se relaciona com o desgaste do esforço físico e os ganhos são proporcionais a este desgaste, se trate de uma unidade econômica artesanal, de indústria, de granja, ou simplesmente de qualquer atividade econômica de trabalho familiar” (CHAYANOV, 1985, p. 96). Esclarece Costa (2012) que na compreensão de Chayanov as dimensões econômicas da unidade de produção camponesa são determinadas pela disponibilidade de membros aptos ao trabalho, por isso era capaz de resistir no contexto do crescimento do capitalismo.

A capacidade mínima da produção não é definida pela capacidade de gerar capital como argumentavam os marxistas, assim como não há um nível máximo de atividade determinada pelo salário, como previam os teóricos neoclássicos. Pois, “[...] o que existe é um rendimento

por unidade de trabalho determinado pelas necessidades anuais da família camponesa, isto é, pelo caráter da empresa camponesa enquanto unidade de consumo (COSTA, 2012, p. 96).

Na tentativa de satisfazer suas necessidades, os camponeses priorizavam aquelas que conseguiam suprir em melhores condições as necessidades da reprodução da unidade familiar, considerando evidentemente a desgaste com o trabalho.

Contudo, as fundamentações teóricas de Chayanov contrapõem os marxistas, evidência que a agricultura camponesa não depende do modo de produção capitalista. Segundo Abramovay (2012) quando o modo de produção se torna dependente do mercado e incorpora seus avanços técnicos, não pode ser considerado como camponesa, uma vez que suas capacidades de organização e de produção estão para além do capital. Através destas contribuições, pode-se concluir que a agricultura camponesa independe do modo de produção capitalista, visa atender as necessidades dos consumidores familiares.

Outra importante contribuição de Chayanov para os estudos rurais, encontra-se na obra “A teoria das cooperativas camponesas”. É uma versão resumida da obra original “As ideias básicas e as formas organizacionais da cooperação agrícola”, publicada pelo teórico em 1919, foi revisada e atualizada pelo próprio autor em 1927, depois foi publicado em edição britânica. A partir desta versão, a obra foi traduzida e publicada no Brasil no ano 2017, pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para Chayanov (2017) as cooperativas são a base necessária para se estruturar um modelo social e econômico eficaz que potencializa o indivíduo por meio de resultados alcançados coletivamente. As relações cooperativistas não anulam a liberdade individual do produtor, mas possibilitam o seu fortalecimento através da coletividade. Ao discutir o conceito de cooperativa, Chayanov aponta dois fatores econômicos e sociais presentes no campo russo, a concentração vertical e horizontal.

A concentração horizontal caracteriza-se pela expansão das empresas capitalistas que absolveram outras propriedades, ou seja, representa a produção em larga escala. Este projeto de concentração considera que os mais pobres se transformariam em mão de obra proletária, os de rendas médias iria desaparecer, um pequeno grupo próspero sobreviveria. A concentração vertical da produção através da vinculação das unidades campesinas, possibilitava que o avanço das estruturas e práticas cooperativas organizassem de forma planejada as unidades camponesas de acordo com os interesses coletivos. Isto levaria de forma mais lenta, porém mais segura, a modernização da agricultura russa sem os traumas da coletivização forçada (CHAYANOV, 2017).

Segundo Chayanov (2017), para definir cooperativa é necessário reconhecer dois elementos fundamentais, que são o empreendimento cooperativo e movimento cooperativo. O primeiro refere-se ao processo econômico e organizacional, onde a gestão da cooperativa deve atender os interesses coletivos, e não particulares dos seus representantes, agir em prol do outro. O segundo elemento, denomina-se de movimento cooperativo pela característica ideológica da organização dos empreendimentos econômicos.

A partir desta compreensão, Chayanov contribui na formulação de parâmetros para ajudar minimizar os problemas agrários, defendeu que as cooperativas de unidades camponesas fosse a base do sistema agrário russo e que as terras estatais precisavam ser cedidas para estes coletivos, a devolução das terras deveriam ser acompanhadas de planejamento estatal e que respeitasse as particularidades regionais. Pois, acreditava que a organização da terra era o primeiro passo da resolução dos problemas agrários (DANILOV, 2017; SCHNEIDER, 2017).

Suas ideias foram fundamentais para a formação da Liga pela Reforma Agrária, cujo objetivo era discutir a questão agrária e encontrar soluções para seus problemas. Para o teórico a coletivização cooperativa era possível a partir de uma base econômica puramente voluntária (autocoletivização) e essa era a solução prática para o modelo político stalinista. Suas propostas sobre a coletivização cooperativa no meio rural da Rússia, em 1920, foram suficientes para a condenação e proibição de seus estudos pela repressão stalinista (DANILOV, 2017).

Realizou críticas profundas ao governo de Stalin, na sua opinião “[...] a proletarização do campesinato não pode, sob qualquer circunstância, ser parte de uma política soviética” (CHAYANOV, 2017, p. 59). A concentração horizontal de larga escala das unidades camponesas não representa os interesses familiares, porque é o instrumento que introduz os elementos da economia de larga escala no campo, por isso defende a coletivização cooperativa e vertical, com a participação dos camponeses (CHAYANOV, 2017).

Em suma, “[...] as cooperativas organizam os interesses e aspectos das vidas de grupos ou classes que já existiam antes de elas surgirem [...]” (CHAYANOV, 2017, p. 56). Os interesses particulares se somam com a necessidade da coletivização, tendo em vista que o cooperativismo é uma das maneiras encontrada pelo camponês de se relacionar com o capital de larga escala sem abrir mão das suas características camponesas. Através das cooperativas camponesas, o pequeno agricultor conseguia separar os interesses da produção de larga escala dos interesses coletivos (CHAYANOV, 2017).

A partir da abordagem dos teóricos clássicos, pode-se afirmar que cada um em seu tempo permitiu uma compreensão do campesinato. Os Populistas defenderam sua permanência e resistência, já os marxistas estabeleceram uma interlocução com os militantes dos partidos

revolucionários que desenvolviam suas teses a partir de um projeto cujo ator político é o proletário, evidentemente que a centralidade da atenção analítica vai estar sobre os aspectos que potencializam.

Por outro lado, Chayanov manteve a interlocução com técnicos e cientistas que desenvolviam suas atividades sobre a viabilização camponesa, ganhando importância os potenciais internos do campesinato, como a organização familiar, a lógica econômica própria e as suas estratégias produtivas.

Partindo-se do princípio que tanto os populistas e os marxistas agrários tinham razão, ou seja, no desenvolvimento capitalista agrário manifestam-se tendências tanto para o desaparecimento como para a persistência do campesinato é que vão surgir tentativas de conciliação entre os fundamentos marxistas e chayanovianos no estudo do campesinato. Percebe-se essa tentativa nos estudos do campesinato polonês, desenvolvido pelo economista agrícola Jerzey Tepicht, no livro “Marxismo e Agricultura” (1973), e também nos estudos do sociólogo lituano Theodor Shanin.

Tepicht utiliza em seu estudo da produção familiar as concepções marxistas e chayanoviana em processo de complementaridade. A partir de cinco pressupostos do estudo da produção familiar é possível perceber tais conciliações, são elas: 1º) defende o ponto de equilíbrio entre a produção/consumo, resultante da relação número de braços/número de bocas, é determinado por condições objetivas e exteriores à unidade de produção familiar e não subjetivas como observadas em Chayanov. 2º) reforça o desenvolvimento da simbiose entre a exploração agrícola e instituição familiar, para o teórico é o que constitui o elemento mais durável das relações internas da economia camponesa, enquanto suas relações externas com a economia englobante dão prova de uma grande servidão (TEPICHT, 1973).

No 3º pressuposto, evidencia que a economia familiar se caracteriza pelo forte individualismo, com respeito ao exterior e um coletivismo interno rigoroso. Este coletivismo cria uma delimitação muito estreita no patrimônio familiar em relação aos outros, ao mesmo tempo em que subordina a trajetória de cada membro da família ao interesse da empresa familiar, em termos da economia, do prestígio, entre outros. No 4º pressuposto, demonstra que a relação entre o trabalho e a renda familiar neste tipo de economia será sempre a valorização das forças que, não tendo acesso direto ao mercado de trabalho pela sua fraca mobilidade profissional, oferecem-se à sociedade sob forma de produtos a preço especial (TEPICHT, 1973).

O 5º pressuposto, defende que os aspectos econômicos favoráveis à persistência da economia camponesa é a possibilidade que ela tem de utilizar o trabalho em tempo parcial das

mulheres, velhos e crianças, além das margens de tempo disponível pelo chefe da família, em atividades ligadas a criação de pequenos animais. Para o qual Tepicht denomina de “forças marginais não transferíveis”, pela razão de que, se a família abandonar a exploração agrícola não poderá mais recorrer a estas forças para garantir a sua subsistência (TEPICHT, 1973).

Tepicht, considera o campesinato como um modo produção a parte, que subsistiu historicamente aos modos de produção passados, devido a sua capacidade de submissão, “[...] sem, portanto lhe prever uma existência eterna, como se faz ainda algumas vezes; sem também pretender que a sua própria evolução seja independente das ditas formações que, de volta, sofrem também sua marca” (TEPICHT, 1973, p. 41). Sua compreensão teórica aproxima-se dos marxistas pelo caráter evolutivo do camponês e também de Chayanov pela sua resistência a mudanças.

Ao se aproximar de Marx com a definição de modo de produção camponês, Tepicht também resgata as ideias de Chayanov ao definir as três principais características: unidade indissolúvel entre empreendimento agrícola e a família; uso intenso de trabalho; natureza patriarcal da organização social. Influenciado pelos marxistas o teórico compreendia que a família camponesa, cumpre um papel importante na oferta de produtos a preços inferiores em comparação com as grandes empresas (ABRAMOVAY, 2012).

Uma outra tentativa de conciliação das teorias populistas e marxistas encontra-se nos trabalhos de Shanin. O teórico delimitou o campesinato como “uma entidade social com quatro facetas essenciais e interrelacionadas” (SHANIN, 1973, p. 8). São elas: a exploração agrícola familiar como unidade básica multifuncional de organização social; o cultivo da terra e a criação de gado como o principal meio de vida; uma cultura tradicional específica intimamente ligada à forma de vida de pequenas comunidades rurais e a subordinação à direção de poderosos agentes externos. Em sua concepção, para compreender como funciona a vida camponesa seria necessário reconhecer seus fatores internos e externos.

Por isso, o “camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo” (SHANIN, 2005, p. 5). Segundo o teórico o camponês é uma mistificação, ou seja, não existe uma generalidade e homogeneização camponesa, cada região detém suas diversidades e particularidades.

A heterogeneidade de formas camponesas diz respeito aos diferentes níveis de desenvolvimento das estruturas capitalistas que submetem o campesinato, dos produtos produzidos e do nível de integração com o mercado. Um dos pontos relevantes na análise de

Shanin, foi considerar que “as políticas dos Estados modernos e os principais movimentos políticos que conduzem a poderosas intervenções, transformando o Estado moderno em um decisivo determinante do presente e do futuro da economia camponesa” (SHANIN, 1976, p. 52). Na sua visão o Estado é um fator externo que pode interferir na relação interna camponesa, assim como a industrialização.

O avanço da urbanização e industrialização, faz o campesinato perde a sua posição como principal produtor na economia nacional e se transforma em um fator desprezado da ação econômica. Quanto a estabilidade do campesinato, Shanin (1976), afirma que estão presentes dois pontos de coincidência. O primeiro, consiste em que as mudanças estruturais são geradas ou alavancadas por forças externas ao campesinato, no segundo tanto as mudanças na organização econômica, como o aumento da produção na agricultura camponesa era muito mais lento do que os planejadores previram.

Em síntese, os estudos de Shanin sobre a diferenciação do campesinato na Rússia, analisando dados de 1884 a 1910, mostram uma complexa mobilidade multidirecional nas famílias camponesas, com tendências tanto polarizadoras como niveladoras, o que ele chama de “mobilidade cíclica”, e que não pode ser considerada apenas como resultado do ciclo biológico das famílias do modelo de Chayanov, mas também, como efeitos de forças poderosas como flutuações naturais, os termos de troca entre os setores rural e urbano e a intervenção do estado (SHANIN, 1982).

Os principais expoentes teóricos que polarizaram, a análise clássica do desenvolvimento capitalista no campo, dentro de uma perspectiva crítica, construíram percepções que apesar de terem sido desenvolvidas num contexto bem diferente e com um objetivo central de alimentar o debate dos caminhos para o socialismo em voga naquela época, mantiveram vivas suas contribuições para a compreensão do mundo rural contemporâneo, com as devidas ressalvas, e, estão presente de uma forma ou outra nas análises dos teóricos mais recentes.

Os teóricos contemporâneos continuaram em busca da melhorar compreensão dos processos históricos e transformador da agricultura e do capitalismo. O capitalismo além das contradições inerentes as polarizações básicas, como trabalho versus capital, burgueses versus proletários ou grande versus pequena exploração, são obrigados a enfrentar a contradição capital versus natureza, que emerge fortemente com a crise ambiental. Neste processo, a agricultura não ficou inerte nas teorias contemporâneas, assim como o próprio capitalismo tornou-se objetos de estudos e indagações sobre suas potencialidades e fragilidades.

A herança clássica em relação ao campesinato e o capitalismo recebem aceitações e interpretações diferentes na contemporaneidade, as ideias de Kautsky tornou-se a herança

analítica que vê na tecnologia a saída que o capital e o Estado vão encontrando para superar as dificuldades que as condições sociais e naturais impõem à industrialização completa da agricultura.

De Lênin, herda-se a negação contínua das formas camponesas, mesmo com o concreto predomínio de unidades familiares em diversas regiões agrícolas do mundo. Enquanto Chayanov se encontra cada vez mais presente nas correntes que discutem a possibilidade de uma agricultura orgânica que aproveita os saberes populares em conjunto com o conhecimento científico discutindo a sustentabilidade da agricultura na Agroecologia.

A complexidade da análise científica do desenvolvimento do capitalismo no campo em função da persistência das formas camponesa, conforme visto nas suas raízes teóricas, nos remetem a uma necessidade de interdisciplinaridade para refletir o problema. No entanto, para Shanin (1976, p. 9), “[...] existem ao menos quatro disciplinas que se ocupam da economia camponesa: economia, sociologia, história e antropologia”. Logo, o debate das relações ou não entre campesinato e o capitalismo, não é de exclusividade científica disciplinar, como exemplifica o estudo de Abramovay (2012).

A partir da economia e de suas interdisciplinaridades, Abramovay (2012) demonstra o esforço dos economistas neoclássicos, quarenta anos após a publicação da obra de Chayanov, em desenvolver modelos teóricos para explicar o comportamento camponês na tomada de decisões, com o intuito principal de favorecer o processo de modernização da agricultura.

Autor destaca três principais modelos teóricos: o do “camponês como pobre mais eficiente” de Schultz, o do “camponês como avesso ao risco” de Lipton, e os modelos do “camponês avesso a penosidade do trabalho” de Mellor, Sen e Nakagima. Esses modelos foram construídos a partir de uma abordagem endógena, buscaram na própria família camponesa os elementos determinantes de sua conduta e na premissa de uma racionalidade estritamente econômica: lucros, minimização de riscos e a aversão a penosidade (ABRAMOVAY, 2012).

Ao analisar estes as produções destes teóricos, Abramovay concluiu que os estudos econômicos desenvolvidos por eles sobre o campesinato foram incompletos, “pois não analisam de maneira minimamente satisfatória o ambiente social onde a vida camponesa transcorre e suas leis operam” (ABRAMOVAY, 2012, p. 100). Seus posicionamentos não colocaram em questão os limites da racionalidade econômica, uma vez que os critérios de relações humanas (não econômicos) e que também são organizadores da vida ficaram esquecidos.

Por esta razão a contribuição da antropologia clássica tornou-se fundamental, tendo em vista que o campesinato pode ser considerado como um modo de vida, onde os laços

comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra econômico das próprias relações de dependência social é que explicam as particularidades do campesinato.

Neste sentido, o economista contemporâneo Frank Ellis sustentou que a manifestação da especificidade camponesa que acontece em ambientes de “integração parcial a mercados incompletos”, no capitalismo sua existência ocorre em condições precárias. Pois, as sociedades capitalistas com mercados completos aniquilam o campesinato e erguem a agricultura familiar como sua principal base de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2012).

Contudo, compreende-se que o campesinato mesmo diante das investidas do capitalismo foi capaz de resistir. A partir das teorias clássicas da questão agrária observou-se as concordâncias e divergências sobre as interrelações entre o modo de produção camponês e o capitalista, através dos teóricos das conciliações foi possível identificar as necessidades interdisciplinaridades nos estudos rurais. As teorias clássicas e contemporâneas da questão agrária são importantes para a compreensão histórica do campesinato no cenário internacional e nacional, tendo em vista que concepções marxistas e chayanovianas auxiliam estudos rurais no Brasil.

2.2 Questão agrária brasileira

Wanderley (2011) considera dois subperíodos como marcantes na história do país e dos estudos rurais. O primeiro refere-se aos governos militares de 1964 a 1985, conhecido pela intervenção militar, apoio do Estado à modernização agrícola, repressão aos movimentos sociais, entre outros fatores. O segundo iniciou na redemocratização em 1985, caracterizado pelo espaço democrático aos movimentos sociais, desenvolvimento de políticas públicas para agricultores desfavorecidos em políticas anteriores, entre outros. Para compreender a questão agrária no Brasil, nesta subseção foi reunido e discutido estudos rurais e momentos históricos desde a década de 40 até década de 2000.

A década de 40, registrou o enfraquecimento do liberalismo econômico que foi dominante no desenvolvimento capitalista mundial, sendo o Estado chamado para salvar o capitalismo de suas constantes crises. No Brasil, o debate teórico sobre o caminho do desenvolvimento foi polarizado entre Eugênio Gudín (1886 - 1986) e Roberto Simonsen (1889 - 1948) (MANTEGA, 1991). O debate era se o Brasil deveria continuar como um país agrário exportador ou caminhar para o modelo urbano industrial.

Eugenio Gudín, era defensor do neoliberalismo, tinha como projeto econômico o crescimento com equilíbrio das contas públicas, fundamentado no livre mercado e na Teoria

das Vantagens Comparativas do Mercado Internacional⁴ de David Ricardo, por isso defendia a permanência do modelo agrário-exportador brasileiro. Por outro lado, Roberto Simonsen representante da corrente desenvolvimentista e fundador do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), acreditava na criação de indústrias de base, como a siderurgia e a química (MANTEGA, 1991; SOUZA, 2012).

O ideal desenvolvimentista se fortaleceu com o aporte teórico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e passou a orientar os caminhos da industrialização brasileira a partir do governo do Getúlio Vargas. Entre as produções teóricas do desenvolvimentismo, estão “A formação econômica do Brasil” (1958) de Celso Furtado, “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (1961) e a “Inflação Brasileira” (1963) de Inácio Rangel. Estes autores identificam que a estrutura agrária brasileira era de caráter latifundiária e conservadora, operava como um obstáculo ao desenvolvimento nacional a partir do modelo de substituição de importações (MANTEGA, 1991; SILVA, 1981).

Souza (2012), define o modelo de substituição de importações como uma das alternativas para promover maior crescimento e aquisição tecnológica. Visava criar uma base industrial e diversificada, onde a economia fosse capaz de produzir especialização e vantagens comparativas, com a finalidade de aumentar exportação.

Um das críticas a este modelo de desenvolvimento refere-se ao excesso de proteção à indústria nacional, que promove ineficiências no sistema econômico, através de projetos com altos custos médios e baixas taxas de retorno. Em consequência, desprotege agricultura e prejudica a exportação (SOUZA, 2012).

A teoria de Celso Furtado reflete muitas das concepções sobre o desenvolvimentismo industrial e da agricultura brasileira, acreditava que o avanço do subdesenvolvimento para desenvolvimento seria através da expansão do comércio internacional. Para Furtado (2005) até metade do século XIX, ainda se concentrava no Brasil uma mão-de-obra escrava e de pouca técnica produtiva, enquanto que na Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA) a industrialização, as técnicas de produções avançavam e a mão-de-obra aumentavam. Na concepção do autor a herança econômica e produtiva do Brasil era tardia e impossibilitava os empreendimentos.

⁴De acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas, “[...] cada país deveria especializar-se naquelas produções que apresentassem vantagens comparativas de custo, proporcionando, portanto, vantagens para todos os países envolvidos no comércio mundial” (SOUZA, 2012, p. 83).

Pois, “[...] na economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A "roça" era e é a base da economia de subsistência” (FURTADO, 2005, p. 122). Assim, o teórico demonstra que o capital gerado pelo roceiro era suficiente apenas para sua alimentação e sobrevivência, mas insuficiente para tornar o Brasil industrial e desenvolvido.

Em Furtado, “o crescimento era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível, a terra, mediante a incorporação de mais mão-de-obra. A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão-de-obra” (FURTADO, 2005, p. 121). Neste caso, a terra não era suficiente para oferecer os bens necessários para desenvolver o país, a economia era de subsistência e agricultura rudimentar.

Furtado acreditava que para alcançar o crescimento as inovações tecnológicas podiam ser importadas, que o Estado era a instituição responsável pelo planejamento, deveria interferir e buscar o crescimento do país, através da superação das estruturas arcaicas que bloqueavam o desenvolvimento. A transformação das estruturas agrícolas, por meio da importação de técnica produtivas, aumentaria a produtividade (SOUZA, 2012).

Concluiu Furtado, que se o agricultor (roceiro) adquirisse técnicas agrícolas avançadas, teria que abandoná-las, pois o produto de seu trabalho não teria valor econômico. A falta de evolução das técnicas de produção e da sua organização do trabalho com o tempo transformariam esse homem em "caboclo". O processo histórico deste produtor, tornava-lhe sujeito dependente da sua condição de subsistência, dependente do seu chefe (proprietário da terra), por isso essa mão-de-obra era incapaz de promover a industrialização brasileira, diferente da realidade da Inglaterra e EUA, como era percebido pelo teórico (FURTADO, 2005).

Rangel, assim como Furtado se dedicou em estudar a agricultura e percebeu que o modo de produção agrícola tradicional estava vivendo um processo de crise com os avanços iniciais da industrialização. De acordo com o teórico, a agricultura tradicional caracterizava-se pela simples divisão de trabalho (produção de autoconsumo), com a evolução industrial se inseria no modo de produção complexo (intensa divisão de trabalho), onde o agricultor assumiria o papel de semiproletário e produtivo (RANGEL, 2011). O posicionamento de Rangel sobre o campesinato no Brasil diálogo com os teóricos marxistas (Lênin e Kautsky).

Para Rangel, a nova agricultura capitalista tinha interesse apenas por parte do tempo livre dos integrantes das famílias camponesa, denominado de sazonalidade produtiva, ou seja, o tempo livre que restava das atividades agrárias. Deste modo, assegurava que a agricultura capitalista resultava das próprias condições sociopolíticas do país, “[...] ao lado do latifúndio feudal, surgiu um latifúndio capitalista, que resolve o problema do aumento da produtividade

do trabalho agrícola, saltando pela etapa do parcelamento da terra” (RANGEL, 2011, p. 222). Assim, Rangel enfatiza que o processo industrial do Brasil, precisava romper com a agricultura tradicional de origem escravista, que se tornou feudal e deveria se modernizar.

Desta maneira, tanto Celso Furtado como Inácio Rangel são expoentes do pensamento cepalino no Brasil, embora de correntes teóricas diferentes, Furtado oriundo da economia clássica e neoclássica e Rangel de formação marxista. Ambos relacionam o subdesenvolvimento e/ou desenvolvimento do país, aos seguintes fatores: a) produção com técnicas rudimentares de cultivo, provocando a exaustão da fertilidade dos solos; b) a agricultura de caráter predominantemente feudal, incapaz de absorver os grandes contingentes populacionais agrários; c) sua ligação a uma estrutura de comercialização de grandes empresas que elevavam os custos dos produtos agrícolas, reduzindo de forma geral a capacidade de consumo de outros produtos pelos trabalhadores (FURTADO, 2005; MANTEGA, 1991; RANGEL, 2011).

Nas décadas 50 e 60 a estrutura agrária brasileira foi o centro de novas discussões entre intelectuais de formações marxistas e militantes políticos. De um lado estão os teóricos que compreendem a questão agrária brasileira a partir da formação semifeudal e por isso consideram como um obstáculo ao desenvolvimento capitalista no país. E outros que discordavam das concepções semifeudais (MANTEGA, 1991).

Os principais representantes do pensamento semifeudal, foram Nelson Werneck Sodré com as obras “Introdução a Revolução Brasileira” (1958), “Formação Histórica do Brasil” (1962) e “História da Burguesia Brasileira” (1964) e Alberto Passos Guimarães com “Quatro Séculos de Latifúndio” (1964). Para os referidos teóricos, o Brasil precisava romper com o semifeudalismo agrário, o caminho para superação seria através de uma “revolução burguesa” capaz de transformar a estrutura latifundiária através da reforma agrária, permitindo o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, ampliando o mercado consumidor da indústria (MANTEGA, 1991; STEDILE, 2011).

Do outro lado, com vários artigos sobre a agricultura publicados na Revista Brasiliense na primeira metade da década de 60, alguns transformados em livros como as obras “A questão Agrária” (1979) e “A Revolução Brasileira” (1966), estava o teórico Caio Prado Júnior que se contrapõe a tese feudal e a necessidade de uma revolução burguesa. Embora participe da mesma geração de Sodré e Guimarães, suas ideias divergem destes. Para Caio Prado Junior compreender o Brasil como semifeudal era apenas uma transposição da formação histórica dos países europeus, tendo em vista que o país oriundo da expansão mercantil europeia do século

XVI, nunca havia sido feudal e, por isso não poderia apresentar resquícios feudais (MANTEGA, 1991; STEDILE, 2011).

Segundo Stedile (2011), os teóricos desta geração militavam no Partido Comunista Brasileiro (PCB), visto como o principal partido de esquerda no Brasil na década de 60 e no campo ideológico um dos mais influentes. Essa ligação partidária estava presente nos próprios estudos da primeira e segunda vertente teórica.

Sodré e Guimarães analisaram a questão agrária e produziram suas obras em função de sua militância, motivados pelos ideais políticos. Tiveram contato com a III Internacional socialista onde predominaram as teses leninistas para os países coloniais, que preconizava uma aliança dos proletários com a burguesia industrial ainda incipiente, para destruir os resquícios coloniais e semifeudais, acelerar o desenvolvimento capitalista e as suas contradições, como etapa necessária ao socialismo (MANTEGA, 1991).

Guimarães (2011), na obra *Quatro Séculos de Latifúndios*, criticou Simonsen por ter influenciado diversos intelectuais com suas concepções de que em Portugal de 1500 não tinha mais estrutura feudal. Além da crítica realizada, apontou as dificuldades da transferência da Coroa Portuguesa para a colônia brasileira (Novo Mundo), a administração da metrópole não conseguia se adaptar devido as condições sociais e econômicas feudais clássicas da Colônia.

No Brasil colonial o sistema econômico é pré-capitalista, onde a propriedade é feudal e o maior bem é a terra. “[...] O fato de ser a terra o meio de produção fundamental na agricultura indica um estágio inferior da produção agrícola, peculiar às condições históricas pré-capitalistas (GUIMARÃES, 2011, p. 50).

Assim como os teóricos marxistas clássicos, o teórico brasileiro acreditava que apenas através da evolução dos meios de produção que em sua análise eram atrasados, seria possível o progresso no país, ou seja, trocar a terra como bem produtivo, pelos meios de produções capitalistas (máquinas, avanços científicos e outros) geradores de capital (GUIMARÃES, 2011).

A transformação do Brasil agrário colonial e semifeudal para capitalista encontra resistência, porque segundo Guimarães (2011, p. 52) “[...] nossa estrutura latifundiária se completa com uma conotação colonial, que é parte integrante do sistema e uma das condições que respondem pela sua resistência às transformações de caráter democrático e à sua evolução para o tipo de produção capitalista”. O teórico acreditava que as condições latifundiárias e a “incapacidade” para o progresso, determinaram os quatro séculos de atraso do capitalismo no país.

Para Guimarães (2011), o caminho para superar o atrasado do país, encontrava-se na “reforma agrária democrática”, através da distribuição da terra e divisão da propriedade latifundiária, seria uma reparação pelos danos e injustiças causadas pela manutenção dos antigos modos de produção. Objetivo principal da reforma seria “[...] romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extraeconômico, político e “jurídico” da classe latifundiária” (GUIMARÃES, 2011, p. 54). Assim, a “revolução agrária” serviria para libertar as forças produtivas, permitir a emancipação econômica capitalista e promover o progresso no país.

Sodré (1962, 2011), ao discutir a formação histórica do Brasil, em particular o século XIX, identificou a dificuldade de mudanças nas relações de trabalho no país, afirma que “[...] o fato de ter vigorado no Brasil por mais de três séculos o regime de trabalho escravo vincou tão profundamente o quadro que a sua transformação não se poderia operar com facilidade e muito menos em curto prazo (SODRÉ, 2011, p. 119). A citação refere-se aos dois processos de transformações do trabalho escravo, o primeiro que é a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, motivado pela imigração e o segundo a mudança do trabalho escravo para a servidão, este por sua vez com maiores tendências de mudanças, mas pouco contribuiu para o avanço.

Assegura Sodré (1962, 2011) que são vários os motivos que atrapalham as transformações do escravismo brasileiro em novas formas de trabalho e produção livre, entre eles os estereótipos construídos sobre os escravos africanos, o estigma da cor de pele, mão-de-obra é desvalorizada em comparação com trabalho livre, despreparo ao trabalho livre e o baixo consumo. Enfatiza que “[...] a consciência do nosso povo é alimentada por abstrações: a preguiça brasileira, a luxúria brasileira, o gosto do ócio e não do negócio, a influência climática como anestésico, a abundância de recursos naturais tornando desnecessário o esforço de trabalho, etc.” (SODRÉ, 2011, p. 119). Para o autor estas concepções são consequências da escravidão que refletiram na formação e no avanço do país.

A segunda corrente de intelectuais e militantes do PCB, representada principalmente pelo Caio Prado Júnior, discordava das teorias formuladas por Guimarães e Sodré sobre a questão agrária e a formação do Brasil. Para o intelectual na grande propriedade rural brasileira vigoravam relações capitalistas, por isso os trabalhadores rurais não eram camponeses que reivindicavam a posse da terra como os servos europeus da Idade Média, mas trabalhadores livres, vendedores da força de trabalho, cuja reivindicações consistiam em melhorias da remuneração, condição de trabalho e emprego (MANTEGA, 1991; PRADO JR, 1979).

Segundo Prado Jr (1979), a concepção que se apresenta sobre a transição das relações de “restos feudais” para a capitalista e progressista, configura-se como uma utopia de grupos, uma vez que ao analisarem a estrutura econômica e agrária brasileira basearam-se nos processos históricos europeus, que não valorizam os processos históricos brasileiros.

Para Prado Jr, a estrutura socioeconômica do Brasil era desenvolvida a partir do capitalismo internacional, no início com o capital comercial administrado pelos colonizadores portugueses e sustentado pela mão-de-obra escrava, primeiro passo foi o uso do trabalho forçado dos indígenas, segundo os africanos e depois a tentativa de imigração (MANTEGA, 1991; PRADO JR, 1979).

São essas condições socioeconômicas herdadas do passado que atrapalham o desenvolvimento do país, porque inferiorizam e isolam a massa popular brasileira. Era a partir do reconhecimento das condições precárias que o trabalhador agrário deveria iniciar o processo do real desenvolvimento, lutar para possibilitar o nivelamento social, cultural, econômico (PRADO JR, 1979, 2011).

O reconhecimento dos menos favorecidos do meio rural seria possível pela reforma agrária, “[...] uma vez que é no campo (a “roça”, como se dizia no passado) que se verificam os mais baixos níveis da população brasileira e mais graves condições em que se exercem suas atividades” (PRADO JR, 1979, p. 13).

Assim a reforma agrária era um processo dialético de oposição e antagonismo entre a massa trabalhadora do campo contra os grandes e poucos proprietários de terras que detinham o monopólio da mesma. A luta dos trabalhadores rurais seria o caminho para garantir a sobrevivência e melhores condições de vida, os benefícios deste movimento seriam recompensados com a oportunidade de trabalho e distribuição das terras (PRADO JR, 2011). No entanto, a reforma agrária embora necessária na década de 60, encontrava entraves como a inserção fiscal, especulação e aumento do preço das terras.

A solução seria a tributação das terras improdutivas, porque “[...] constitui assim a maneira principal, no momento, de golpear a concentração e virtual monopólio da terra, tornando-a acessível à massa trabalhadora rural, ou pelo menos a importantes parcelas dessa massa” (PRADO JR, 2011, p. 81).

Assim, tal medida deveria incidir na retenção especulativa, que provocaria o fatiamento e barateamento do preço da terra, que seria a oportunidade para os trabalhadores adquirissem suas próprias propriedades e iniciassem a preparação para a reforma agrária. Ressalta que “[...] esse processo dialético que a reforma agrária desencadeará, e que na fase subsequente levará a economia agrária para sua transformação socialista.” (PRADO JR 2011, p. 87).

Considera que se a tributação das terras e as lutas agrárias fossem realizadas, tornaria acessível a terra para a massa trabalhadora e por consequência as condições de vida dos trabalhadores empregados iriam melhorar, assim como a agropecuária sofreria mudanças no sentido de promover o desenvolvimento capitalista e avanços para o socialismo (PRADO JR, 1979, 2011). Em seus estudos Caio Prado Jr. aproxima-se dos marxistas por acreditar na transformação socialista e se diferencia ao propor a tributação e a reforma agrária como solução ao atraso e desigualdade agrária.

Nas décadas de 70 e 80, a produção do conhecimento do rural brasileiro deixou de ser uma preocupação ou estratégia política para um objeto científico acadêmico. As mudanças desse período resultam de dois importantes processos: a modernização da agricultura e a institucionalização das Ciências Sociais, com a expansão dos cursos de pós-graduação.

A modernização da agricultura possibilitou a expansão do capitalismo no campo e mudanças na base tecnológica da produção. E os cursos de pós-graduação em Ciências Sociais fortaleceu e ampliou a pesquisa empírica científica e recebeu influências de teóricos marxistas e chayanovianos (SCHNEIDER, 2009; SOTO, 2002).

Para Velho (2008), a fundação da Associação Nacional de Pesquisa e Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em 1977, foi fundamental para o surgimento de novos centros de pesquisas e suas participações em investimentos públicos e privados. Os centros de estudos das Ciências Sociais, deram “[...] ênfase na pesquisa empírica e na formação de uma rede institucional, está no fato de garantir-se recursos não só para núcleos de pesquisadores, mas também para massa ponderável de alunos” (VELHO, 2008, p. 367).

O caráter empírico e indutivo desta etapa, que Velho (2008) considera como “Ciências Sociais Pós 64”, que se estruturou sobre as bases da objetividade científica e da institucionalização, como uma nova maneira de fazer ciência social, buscava exigências não habituais até então para a pesquisa brasileira, são elas: rigor metodológico, elevado padrão de trabalho científico, financiamento das pesquisas, entre outros.

A institucionalização foi um processo também de marginalização das imaginações sociológicas, que sustentava as teorias das “Ciências Sociais do passado” de meados da década de 30, onde os estudos sociais eram dedutivos e não exigiam maior rigor científico (BARIANI; SEGATTO, 2010). Contudo, a ruptura nas pesquisas sociais interferiu na maneira de fazer e interpretar as realidades sociais brasileiras, assim como novos objetos e problemáticas surgiram.

A modernização da agricultura ou “Revolução Verde” como é citada por alguns teóricos, surgiu no cenário internacional após a 2ª Guerra Mundial a partir de um conjunto de

transformações nas relações de poder por meio da tecnologia, que visava os interesses políticos e ideológicos do sistema capitalista. Os principais objetivos da “revolução” era promover a modernização da agricultura e despolitizar os movimentos camponeses que lutavam contra a fome (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A modernização na agricultura foi implantada a partir de receitas prontas (os pacotes tecnológicos) que os produtores foram motivados a utilizarem. Para os produtores terem acesso aos pacotes tecnológicos, nos países subdesenvolvidos, foi realizada ampliação do crédito por meio de convênios, que financiavam a importação de insumos e de maquinário agrícola. Estas medidas representavam a perda da autonomia dos meios de produção e promoção da individualidade dos produtores (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Transformações tecnológicas e organizacionais foram implementadas, mediante o uso de agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e implementos, técnicas de irrigação e novas variedades agrícolas, estavam transformando a vida no campo. Assim, aprofundaram-se os problemas fundiários e populacionais, em função da exigência cada vez maior de terra e da mecanização agrícola aliada a monocultura (ALMEIDA, 2011).

Shiva (2003), afirma que o modelo de produção através de monoculturas ocupa primeiro a mente e depois são transferidas para o solo. Isso significa que a modernização agrícola e a monocultura têm a ver com a política adotada e poder exercido por um governo, que necessariamente as tecnologias utilizadas por eles.

Neste caso, continua Shiva (2003) o que define a postura agressiva da modernização da agricultura não são apenas os avanços tecnológicos, mas também o posicionamento político, econômico, ideológico adotados. A modernização da agricultura quando é implementada com intuito de gerar capital para grandes empresas, reflete negativamente na prática produtiva de agricultores, extrativistas, pescadores e entre outros.

Segundo Martínez Alier (2014), a “biopirataria” é uma das práticas desenvolvidas com o advento da modernização na agricultura que promove a desvalorização do conhecimento tradicional. As empresas químicas e de sementes negociam a baixo custo os serviços prestados por grupos tradicionais e transformam suas matérias primas em produtos industrializados, além do mais tornam os conhecimentos explorados em propriedades intelectual (patente), enquanto que o conhecimento tradicional sobre sementes, praguicidas e ervas medicinais em sua maioria não são reconhecidos e valorizados.

Almeida (2011) aponta quatro consequências recorrentes da modernização da agricultura: a primeira refere-se a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), que propõe como resposta ao desenvolvimento econômico e político de um país; a segunda diz

respeito ao fim da autonomia produtiva, em detrimento das técnicas industriais; a terceira está associado a noção de especialização (ou do fim diversidade produtiva) ao estimular a monocultura; a quarta celebra o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo, que se distânciava das práticas agrícolas agroecológicas e do associativismo.

No Brasil, a modernização da agricultura teve origem em meados da década de 1950, adotada como justificativa a necessidade de superar a baixa produtividade, tendo em vista que parte dos produtos da alimentação interna eram importados. Nas décadas de 60 e 70 a industrialização e a urbanização estava em processo de crescimento e o campo despertava olhares como um potencial econômico e alimentar, visto como a saída da carência alimentar (EMBRAPA, 2018).

As medidas estatais recorreram a modernização da agricultura com intuito de aumentar a produtividade e a disponibilidade de alimentos, tendo em vista que teóricos e políticos consideravam que a agricultura tradicional era incapaz de fornecer produtos suficientes para atender a necessidade da industrialização do país (GRISA; SCHNEIDER, 2015; TEIXEIRA, 2005).

Stedile (2013) afirma que de 90 a 2000 o Brasil viveu uma nova fase dos avanços da modernização da agricultura, priorizando os instrumentos da política comercial e cambial, criando condições macroeconômicas para a aliança política conhecida como agronegócio.

O agronegócio passou a ter uma expressiva função econômica no modelo do capital financeiro do país, gerou saldos comerciais para ampliar as reservas cambiais e com isso atraiu os capitais especulativos. No entanto, “o avanço do agronegócio bloqueia e protege as terras improdutivas para uma futura expansão dos seus negócios, travando a obtenção de terras para a reforma agrária” (STEDILE, 2013, p. 27).

Entres as consequências da modernização na agricultura, encontra-se: organização da produção agrícola na forma de monocultivo em larga escala, uso intensivo de máquinas agrícolas, expulsões dos trabalhadores do campo, a prática de uma agricultura sem agricultores, uso intensivo de venenos agrícolas, contaminação dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos, contaminação da atmosfera (evaporação da água da chuva), contaminação dos alimentos, uso cada vez maior de sementes transgênicas, produção com maior taxa de lucro em menor tempo (SOTO, 2002; STEDILE, 2013).

Nota-se que a modernização da agricultura não reconheceu as diversidades do meio rural brasileiro, a industrialização agrícola excluiu os agricultores familiares e prol dos interesses das elites agrárias. Para Soto (2002), as transformações da modernização da agricultura foram profundas que colaborou para mudar a percepção sobre o conceito de

camponês. Deixou de ser visto como o responsável por uma unidade de produção de subsistência e sem vínculo com o mercado capitalista, para ser considerado membro da unidade de produção familiar tecnificada e mecanizada.

Observa-se que de início as concepções sobre o campesinato eram ideológicas e políticas, depois o debate se intensificou entre a herança feudal (atrasado) versus desenvolvimento do capitalismo (progresso). Se, nos anos 50 e 60 o camponês, representava oposição ao latifúndio, na década de 70 perde espaço para o conceito de pequena produção, como uma relativa despolitização do tema (SOTO, 2002).

A partir do contexto sobre institucionalização das Ciências Sociais e a modernização da agricultura, em particular no contexto das décadas de 70 a 80, os autores Gnaccarini e Moura (1983) e Soto (2002), identificam quatro tipos de abordagens das produções científicas sobre a questão agrária, são elas: estudos sobre os pequenos agricultores; relações agricultura e capitalismo, cultura rural e lutas camponesas.

A primeira abordagem baseia-se nos estudos sobre pequena produção, onde o enfoque teórico foi a subordinação do campesinato/pequeno produtor ao capital, presente no livro “Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao Capital (1978)”, de José Vicente Tavares dos Santos.

Santos (1978), em Colonos do Vinho utiliza terminologia “pequeno produtor” para descrever a situação do camponês no Brasil, em particular do Sul e Sudeste, na sua discussão a situação precária encontrada nas pequenas propriedades no século XIX, resultaram das políticas colônias que visavam a substituição do trabalho escravo pelo livre, principalmente pelas medidas de imigrações. Para o teórico a pequena propriedade colonial estava vinculada e determinada pelas grandes propriedades que destinavam suas produções para a exportação, esse vínculo dificultava a visibilidade e a autonomia da pequena propriedade.

Santos (1978) descreve que houveram mudanças no modo de produção dos colonos do vinho, em Rio Grande do Sul, quanto maior era a inserção de empresas e políticas de governos na produção de vinho, maior era a subordinação dos camponeses ao capital. O camponês para Santos (1978, p. 69) “[...] é uma personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção (terra, objetos de trabalho, e outros meios de trabalho), e trabalha com estes meios de produção [...]”, ou seja, o camponês era o trabalhador que tinha autonomia da produção.

Essa definição traduz a realidade dos colonos no estágio inicial das plantações de uvas e produção de vinhos domésticos, produziam para suprir necessidades familiares e locais, e o

excesso da produção era vendido para comerciantes locais, para comprar outras mercadorias de necessidade familiar.

A mercadoria excedente tornou-se a principal fonte de matéria-prima dos comerciantes do início do século XX, foi a partir dos estímulos comerciais que colonos passaram a entregar suas produções, porém com a ampliação dos mercados pelos comerciantes as exigências da qualidade da produção artesanal aumentaram e o valor pago reduziu, exigindo cada vez mais a qualidade das mercadorias dos camponeses e sua exclusão do domínio da fabricação (SANTOS, 1978).

Por este motivo, Santos (1978) conclui que embora o trabalho do camponês seja utilizado pela produção industrial, não estava subordinado totalmente ao capital industrial. O camponês não pertencia ao capitalismo, não era uma criação do modo de produção capitalista, sua formação histórica estava vinculada ao modo de produção familiar, baseado no trabalho coletivo. Foi no processo industrial agrário, em particular na produção de vinho, que o camponês se tornou um colono, um sujeito subalterno e explorado pela burguesia industrial.

Na segunda abordagem das produções científicas sobre a questão agrária, os estudos buscaram entender e explicar as relações entre capitalismo e agricultura, encontram-se trabalhos de José de Souza Martins o “Capitalismo e Tradicionalismo” (1975); “A imigração e crise do Brasil Agrário” (1973), “O Cativo da Terra” (1979), e também os trabalhos de José Graziano da Silva com o “Progresso Técnico e Relações de Trabalho na agricultura” (1980), “Modernização Dolorosa” (1982), “Que é Questão Agrária” (1980).

Fundamentado na dialética de Marx e nos estudos do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, Martins (2013) considera que o cativo da terra determinou a estrutura histórica do Brasil, uma vez que o Estado defendia a coerção das relações de trabalho, pois “[...] se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava [...]” (MARTINS, 2013, p. 3). O teórico infere que a coerção laboral que sustentou o modelo econômico conservador, condenou a modernidade e a participação do Brasil ao capitalismo.

Martins (2013) ao discutir agricultura e o capitalismo no Brasil, principalmente a transição da economia agrícola de exportação (café) para a industrialização, crítica as contradições cometidas por teóricos brasileiros ao estudarem o processo formação histórica do país.

Entre os teóricos criticados, Martins (2013) cita Celso Furtado, pois questiona a ausência da discussão sobre a origem da indústria no Brasil na obra Formação Econômica do Brasil. Assim, justifica que “[...] o leitor fica sem saber de onde vem a indústria, cuja produção

passa a substituir as importações e que se desenvolve como novo centro dinâmico da economia brasileira” (MARTINS, 2013, p. 252).

Soto (2016), esclarece que a crítica realizada por Martins em *O Cativo da Terra*, demonstra seu interesse em fortalecer a pesquisa empírica e histórica nas Ciências Sociais. Através da pesquisa de campo percebeu equívocos de vários teóricos, em especial aqueles que acreditavam que a substituição do trabalho escravo em detrimento do livre, resultava em trabalho assalariado. Ao contrário, Martins (2013) observou que a crise do escravismo no final do século XIX deu lugar um novo regime de trabalho, conhecido como colonato.

O colonato para Martins (2013, p. 34), “[...] não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho [...]”. Logo, o colono ainda não era um trabalhador individual, mas familiar, por isso suas características impossibilitavam defini-lo como sujeito dotado de relações capitalistas.

Neste sentido, Martins (2013) demonstra que as novas relações de produção capitalistas de fato, se estabeleceram com a imigração de trabalhadores da Europa, foi utilizada tanto para a força de trabalho na cultura do café, como para substituir o “trabalhador livre”, mas com herança da escravidão. Foi a partir da imigração de trabalhadores italianos e espanhóis, motivado pelas elites brasileiras não interessadas na manutenção do trabalho escravo, que Martins considera a transição para o modo de produção capitalista no país (SOTO, 2016).

Assim como Martins, os trabalhos de Graziano da Silva são importantes para compreender a questão agrária, para ele não existe uma única agricultura como era percebida em tempos passados, trata-se das agriculturas, que evoluiu dos grandes complexos rurais (fazendas e extensas propriedades) onde atendia necessidades internas, para os complexos agroindustriais, caracterizada pela presença da indústria no campo. Este processo evolutivo rompeu também a barreira do mercado, pois na concepção plural de agricultura não existe uma delimitação sobre o mercado interno e externo, uma vez que a produção pode satisfazer ambos (SILVA, 2013).

Silva (2013) em seus estudos se preocupou com o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, compreendia que existiam duas características presentes neste desenvolvimento, seu processo profundamente desigual, porque os produtores menos favorecidos receberam menos incentivos (crédito, máquinas, etc.) e seu caráter excludente, porque a produção e renda se concentrava na mão de poucos, enquanto que maioria ficavam em situação de miséria.

No livro *O que é Questão Agrária*, Silva (1981) evidencia o cenário de desenvolvimento da agricultura brasileira em meados da década de 70, percebe-se um processo de diferenciação em três grandes regiões: o Centro-Sul onde a agricultura se modernizava através da incorporação de insumos industriais (fertilizantes e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas, etc.); no Nordeste, não apresentava grandes transformações agrícolas; na Amazônia, incluindo parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), que representava a zona de expansão da fronteira agrícola desde dos anos 60.

No caso da Amazônia, ela era usada como slogan de governo “integrar para não entregar”, uma ideologia de segurança nacional para combater investidas comunistas. O governo militar criou agências reguladoras, políticas de substituição de importações e criação de zonas de livre comércio. Estas iniciativas procuravam atrair grandes investimentos privados nacionais e internacionais. Assim, facilitaram a acumulação de capital e a concentração da terra e renda na mão da elite (BROWDER; GODFREY, 2006; LOUREIRO, 2009).

Este período foi marcante também pela criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970. Sua proposta inicial era desenvolver o urbanismo rural, porém, lotes foram demarcados sem considerar às condições ambientais locais da Amazônia. As famílias assentadas em agrovilas sofreram com as péssimas condições de estradas, saúde, saneamento, entre outros. A ausência de assistências aos produtores revelou o desconhecimento da região por parte dos gestores do programa e permitiu abandonos de muitos assentamentos (BROWDER; GODFREY, 2006).

Em síntese, Graziano da Silva considera o desenvolvimento do capitalismo na agricultura como uma corrida, “[...] nessa corrida nem todos partiram do mesmo ponto; partiram de pontos diferentes; alguns já estavam mais à frente do que os outros e, pior do que isso, além de já partirem em vantagem, alguns partiram de moto, outros de avião, e alguns partiram a pé [...]” (SILVA, 2013, p. 165). Sua compreensão corrobora que evolução da modernização da agricultura, através das agroindústrias foi um processo desigual e excludente.

Na terceira abordagem, estão presentes os estudos sobre a cultura rural, destacam-se os estudos de Antônio Candido com o livro “Os parceiros do Rio Bonito” (1964) e os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, como “Uma Categoria Rural Esquecida” (1963), “O messianismo no Brasil e no Mundo” (1965), o “Campesinato brasileiro” (1973), entre outros. São estudos que tentam a partir da análise da forma de vida dos camponeses, encontrar uma nova interpretação da problemática agrária.

Para Welch *et al.* (2009), Antônio Candido em sua obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, revelou modos de vidas de grupos sociais presentes no Sudeste do Brasil (Minas Gerais e São

Paulo), que outras literaturas não reconheceram. Seu objeto de pesquisa foi a cultura caipira, grupo com características étnicas e culturais próprias, que se aproximava da definição de camponeses pelo seu sentimento de localidade, pertencimento, mas ao mesmo tempo vivendo em condição social precária.

Em Candido (2009, p. 201), “[...] a cultura caipira se desenvolveu e conservou na base dos agrupamentos rurais mais ou menos autárquicos, onde aparecem, em toda a sua rusticidade equilibrada, aqueles mínimos de vida e sociabilidade [...]”. Estes caipiras viviam nas terras consideradas improdutivas dos latifúndios, formaram bairros rurais e em sua maioria constituído por famílias (laço de parentesco), suas atividades produtivas tinham como peculiaridade a solidariedade através dos mutirões entre vizinhos (CANDIDO, 1964, 2009).

Nos mutirões, Candido (2009, p. 194) “[...] não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram [...]”. O caipira que convocava ou recebia o mutirão voluntário (traição), sentia-se na obrigação de retribuir seus vizinhos com atividades prestadas (derrubada, roçada, plantio, etc.).

Além do comprometimento moral e solidário através dos mutirões da cultura caipira, Candido (1964, 2009) considera que o aspecto festivo dos mutirões nos encerramentos das atividades (alimentação e festa) era a marca profunda da vida cultural caipira.

Assim como Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz percebia as relações de solidariedades no campo, como cientista social interessou-se pela discussão da formação histórica do Brasil a partir dos modos de vidas dos pequenos agricultores sitiantes, embora sendo a maioria em quantidade populacional e presentes em diversas regiões, não eram reconhecidos como sujeitos históricos e políticos formadores do país, tanto pelo Estado, quanto pelos estudos das Ciências Sociais (OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Queiroz (2009), os pequenos agricultores moravam em bairros rurais e dispersos nas grandes propriedades, desenvolviam atividades de subsistência e em sua maioria baseadas pela solidariedade (mutirão), que tinham poucas relações com o mercado. Devido estas características não foram valorizados pelos projetos de modernização agrícola, bem como as pesquisas estatísticas e recenseamentos estatais que quantificavam apenas as habitações rurais, eram insuficientes para reconhecer e identificar a quantidade de agricultores distribuídos no campo.

No livro *O Campesinato Brasileiro*, Queiroz (1976) realiza uma reflexão metodológica das primeiras literaturas sobre o meio rural brasileiro, crítica postura de autores como: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, estes autores se prenderam em

relatar o meio rural e seus habitantes como sujeitos isolados e determinados pelas suas condições biológicas (características raciais) e naturais.

Queiroz, reconhece também os estudos de Prado Jr e Candido, sobre Caio Prado Jr ela afirma que “[...] foi talvez o primeiro a dar um lugar na paisagem social do meio rural brasileiro a esta camada que não podia ser incluída nem entre os fazendeiros nem entre os trabalhadores sem-terra [...]” (QUEIROZ, 1976, p. 11).

A camada intermediária que Queiroz se refere são os caipiras, que não são fazendeiros proprietários das terras, nem trabalhadores sem-terra. Queiroz (2009; 1976), descreve o modo de vida da camada intermediária como grupos familiares que habitam em bairros rurais e desenvolvem suas atividades em sua maioria vinculada a uma sociabilidade rústica. Seus estudos interagem com as concepções de Candido.

Queiroz reafirma que os “camponeses caipiras” não viviam em isolamento como muitos autores relatavam, “[...] integram-se em conjuntos que se alargam em diferentes graus: a) relações dos bairros entre si; b) relações com a região; e) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapasse; a região).” (QUEIROZ, 1976, p. 13). Significa que os caipiras eram solidários nas suas atividades produtivas, mas não isolados regionalmente, movimentavam-se entre si cotidianamente.

Na quarta e última abordagem deste período, os estudos tiveram como foco a prática política e as lutas sociais camponesas, principalmente relativas à conquista da terra e as lutas pelo reconhecimento. Entre os principais estudos estão as obras de José de Souza Martins: “Os camponeses e a política no Brasil” (1981) e “Caminhada no chão da noite” (1989).

No livro *Os camponeses e a política no Brasil*, o primeiro passo da discussão de Martins (1981), recai sobre o conceito de campesinato que demonstra ser variável de acordo com as regiões, são elas: o Caipira em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul; Caiçara no litoral paulista; Tabaréu no Nordeste e Caboclo no Norte. Estes termos carregam dualidades, em alguns momentos serviam para identificar quem não morava nas cidades e também eram termos depreciativos (atrasados, ingênuos, etc.). Foi a partir das lutas camponesas em busca de reconhecimento que os estereótipos foram sendo desconstruídos.

A palavra camponês na concepção de Martins (1981, p. 22 - 23) “[...] não designa apenas o seu nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico”.

Deste modo, o campesinato representa a unidade em prol da luta e contra as condições impostas no campo, uma vez que “[...] durante séculos excluídos, marginalizados e dominados,

têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição [...] (MARTINS, 1989, p. 12). Para Martins a exclusão camponesa era histórica, refletia na inserção política e na própria luta camponesa.

Segundo Martins (1981), as primeiras grandes lutas camponesas coincidem no Brasil com o fim do Império e o início da República, através dos movimentos messiânicos. O contexto desta resistência estava inserido em duas modificações sociais com a transição do país, a abolição da escravatura (1888) a partir de pressões da Inglaterra e as transferências das terras devolutas da União para os estados, que se concretizou com a Lei da Terra (1850). A Lei proibia a ocupação e divisão das terras, e atuava na devolução das mesmas para o Estado, porém o Estado era controlado pelos fazendeiros e os “trabalhadores livres” sem regularização da terra ficavam obrigados ao trabalho compulsório.

Para Martins (1981), as resistências camponesas sempre existiram no Brasil, mas a formação histórica do país não reconheceu devidamente, movimentos sociais camponeses como por exemplo, Guerra de Canudos (1896 - 1916), nos sertões da Bahia e Guerra do Contestado (1912 - 1916), no sul do país, ficaram invisíveis nos estudos sociais. Para o teórico estas lutas estão entre os acontecimentos mais importantes da história política camponesa, mas que passaram despercebidos por muitos intelectuais, estudantes universitários, pela igreja e por grupos políticos de esquerda.

Afirma que “[...] a história do Brasil é uma história das classes dominantes, é uma história de senhores e generais, é uma história de trabalhadores e de rebeldes.” (MARTINS, 1981, p. 26). Na citação critica a produção histórica sobre o campesinato brasileiro, pautadas em princípios dominantes e urbanos.

Martins (1981), critica também equívocos cometidos por teóricos que importaram a compreensão do camponês e a noção de um Brasil semifeudal como uma construção histórica, fundamentaram seus estudos nas teorias clássicas da questão agrária Rússia do final do século XIX sem considerar a realidade local, por isso tiveram dificuldades para reconhecer e valorizar as diversidades rurais brasileiras.

Contudo, Martins (1989) defende que a saída das construções negativas sobre o campesinato brasileiro, encontra-se nas lutas sociais, é o caminho para libertação e emancipação destes grupos. Corroborando que não são os “pobres” que encontram dificuldades para romper com as amarras políticas, ideológicas e espirituais, “[...] são os políticos, os intelectuais, os missionários da emancipação, isto é, os grupos de mediação, que não estão conseguindo interpretar essas transformações, por insuficiência de seus esquemas teóricos e por dogmatismo

de suas orientações políticas”. (MARTINS, 1989, p. 14). O teórico concorda que a valorização do campesinato, em particular de suas lutas, começa a partir das mudanças atitudinais de pesquisadores, Estado, instituições religiosas e outras.

A partir da década de 90, os estudos sobre a questão agrária estiveram inseridos em novos contextos, as discussões ambientais aliaram-se as questões agrícolas em defesa de uma agricultura sustentável⁵, com isso a agroecologia ganhou destaque nos estudos rurais no EUA e na América Latina, em particular no Brasil (WEZEL; SOLDAT, 2009). A agricultura familiar também ocupou espaço nas produções dos estudos rurais no país.

No livro de Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina, “Sobre a Evolução do conceito de campesinato” traduzido para português em 2005, é possível compreender a trajetória histórica do conceito de campesinato e a nova abordagem a partir da agroecologia. Para Guzmán e Molina (2005), o campesinato na agroecologia é mais que uma categoria histórica preste a desaparecer como acreditavam alguns teóricos clássicos, resistiu e exerce um papel fundamental no manejo dos recursos naturais.

Em pesquisa sobre o uso da agroecologia no mundo, Wezel e Soldat (2009) perceberam três principais concepções: agroecologia como movimento, agroecologia como ciência e como uma prática. Agroecologia como movimento refere-se as ações dos movimentos sociais na década de 60 em contraposição aos avanços da modernização da agricultura e em defesa da agricultura sustentável; agroecologia como ciência, demonstra sua consolidação como disciplina na década 90, em particular no EUA e na América Latina; agroecologia como prática, defende o uso das práticas agroecológicas na agricultura familiar, essas práticas potencializam a agricultura e evitam danos ambientais, são ações que valorizam os ecossistemas, através de reciclagem de nutrientes, regulação natural das pragas, conservação do solo e da água, entre outros (WEZEL *et al.*, 2013).

Segundo Petersen, Mussoi e Soglio (2013), após a década de 80 o processo de institucionalização da agroecologia no Brasil, obteve aliados importantes para sua consolidação, recebeu apoio dos movimentos sociais agrários e de Organizações Não Governamentais (ONGs). E nas instituições de ensino, contou com a tradução para português dos estudos Miguel Angel Altieri, referência internacional sobre a agroecologia, que contribuiu para fundamentar os estudos na área.

⁵ “[...] é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais [...]” (ALTIERI, 2008, p. 15).

Em consonância com os referidos autores, as resistências no campo brasileiro sempre existiram, o que teve de inovador na configuração dos movimentos sociais são suas proposições políticas baseadas em alternativas produtivas a partir de práticas agroecológicas. Deste modo, os movimentos rurais e ONGs reivindicavam dominação imposta pela elite agrária, se colocaram contra a modernização agrícola (monocultura), tendo em vista que com os avanços desta agricultura, como por exemplo agronegócio, elevaram o custo dos produção e endividamento dos agricultores, assim como a contaminação humana e poluição dos ecossistemas (PETERSEN; MUSSOI; SOGLIO, 2013).

Para Martínez Alier, as consequências advindas do processo de industrialização são imensas, pois “ [...] quanto mais se expande a escala da economia, mais resíduos são gerados, mais os sistemas são comprometidos, mais se deterioram os direitos das gerações futuras, mas os conhecimentos dos recursos genéticos são perdidos.” (MARTÍNEZ ALIER, 2014, p. 36). Por isso, defende como reação ao avanço da indústria no campo, a interrelação do conhecimento popular/tradicional com conhecimento científico, para pensar alternativas de contraposição ao modelo agrícola dominante.

Altieri (2002, 2008), defende que conhecimento agroecológico motiva os pesquisadores a adentrarem nas técnicas dos agricultores e a desenvolverem agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. Assim, fornecem elementos necessários para que os agricultores familiares possam manter seus modos de vida no campo, sem provocar grandes danos ao meio ambiente.

A permanência do agricultor familiar no campo é fundamental, porque promove o equilíbrio natural, preserva a biodiversidade não somente nas áreas cultivadas, assim como também mantém as áreas sem cultivos. Muitos agricultores além de cultivar a terra para produzir seus alimentos, mantêm em suas áreas a vegetação, os lagos e as paisagens naturais (ALMEIDA, 2008; ALTIERI, 2008).

Todavia, Altieri (2008), demonstra que uma nova forma de praticar agricultura a partir do viés sustentável, exige alguns desafios, entre eles: ambientais, tendo em vista que a agricultura substitui a vegetação natural por espécies diferentes, é preciso encontrar sistemas de produção adaptável a vegetação existente; desafios econômico e tecnológico, para minimizar as perdas da produção através de novas técnicas produtivas que atenda a necessidade da produção familiar e que agregue valor ao produto; social, em decorrência precária condição de vida no campo, que necessita de investimentos, a agricultura familiar necessita de valorização para gerar renda, alimento e assegurar a permanência do produtor em condições dignas.

No contexto da década de 90, a Amazônia tornou-se centro dos debates socioambientais, o cenário era de pressão ecológica e política contra os desmatamentos produzidos pelos grandes projetos agropecuários, emergindo da aliança entre os povos da floresta e movimentos ambientalistas, o conceito de sustentabilidade se incorpora na análise acadêmica do meio rural amazônico, buscando-se um novo enfoque ao extrativismo vegetal, nos conceitos de agroextrativismo e neoextrativismo (CAMPOS, 2002; FILOCREÃO, 2002; REGO, 1999).

Em Filocreão (2007) a construção social e gênese do agroextrativismo resultou da hegemonia da colonização europeia sobre o modo de vida indígena amazônico, enfatiza que “[...] na Amazônia Colonial são instituídos os fundamentos econômicos do agroextrativismo: um sistema agrícola e de coleta indígena que é direcionado para o mercado [...]” (FILOCREÃO, 2007, p. 182). A intervenção econômica colonial contribuiu para reconfigurações das práticas indígenas, inseriu no extrativismo a atividade agrícola.

Outro acontecimento marcante nos estudos rurais da década de 90 a 2000, foi o uso do termo agricultura familiar. Alguns trabalhos e autores dedicaram-se a estudar essa nova categoria social, entre eles estão: Ricardo Abramovay com o livro “Paradigmas Capitalismo Agrário em Questão” (1992), que foi fundamental para compreender as teorias da questão agrária; Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que resgata a discussão das teorias brasileiras sobre o rural brasileiro no livro “Um Saber Necessário: os estudos rurais no Brasil” (2011); Sérgio Schneider que evidencia no livro “A pluralidade na agricultura familiar” (2003), as trajetórias políticas e científicas da expressão agricultura familiar, assim como é uma referência atual nas pesquisas sobre políticas públicas para agricultura.

De acordo com Schneider (2009), o debate da agricultura familiar no Brasil é recente e sua definição está em processo de desenvolvimento, sua incorporação nos estudos rurais emergiu na primeira metade da década de 90. Neste contexto, o uso do termo agricultura familiar está associado a duas esferas distintas, uma esfera encontra-se vinculada ao cenário político, articulado pelos movimentos sociais e a outra esfera situada no ambiente acadêmico, motivada principalmente pela publicação do livro “Paradigmas Capitalismo Agrário em Questão” (1992) de Abramovay.

Na esfera política o termo agricultura familiar surgiu como necessidade de construção da identidade dos movimentos sociais rurais, entre eles o sindicalismo rural ligado a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Em decorrência da integração econômica dos países do sul da América Latina e consolidação do Mercosul, lideranças dos agricultores sentiram-se excluídos das decisões tomada pelo Estado brasileiro,

entendiam que a integração econômica do país permitia uma competição desigual com seus produtos.

Assim “[...] a expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente.” (SCHNEIDER, 2009, p. 30). Logo, as entidades rurais optaram por construir uma representatividade única através da agricultura família (pequenos agricultores, assentados, extrativistas, entre outros).

A agricultura familiar como uma identidade coletiva, permitia também os agricultores reivindicarem políticas públicas para nova categoria social formada. Para Schneider (2009), as lutas sociais rurais dos agricultores familiares foram bastantes expressivas, como resposta aos atos políticos o governo brasileiro também aderiu a terminologia agricultura familiar no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

Wanderley (2003) reflete se a agricultura familiar foi desenvolvida como uma identidade dos trabalhadores rurais ou se ela foi desenvolvida como uma política de Estado. A agricultura familiar “[...] mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e à diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas [...]” (WANDERLEY, 2003. p. 58). Logo, mesmo que o termo seja adotado, ele valorizou a coletividade dos trabalhadores agrícolas.

Para Wanderley (1996, 2003), a agricultura familiar não é uma categoria social nova, porque suas raízes históricas pertencem ao campesinato, a novidade é o uso da expressão nas discussões rurais atuais. O diferencial da categoria é sua capacidade de se adaptar as mudanças modernas, especialmente na agricultura.

Deste modo, a autora reconhece que o agricultor familiar “[...] não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural [...]” (WANDERLEY, 2003. p. 58). O agricultor além de sua construção de identidade familiar, representa a resistência no campo.

Deste modo, Wanderley (1996, 2003) considera o conceito de agricultura familiar como complexo em desenvolvimento, pois, ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, ela também desenvolve o seu próprio trabalho, visto que essa união entre relações familiares, propriedade e trabalho demonstra as particularidades e as complexidades desse modo de produção agrícola.

Para Schneider (2009), a expressão agricultura familiar surgiu tardiamente nos estudos acadêmicos, em particular na Sociologia, entre os fatores do atraso estão as concepções conservadoras fundamentadas nas teorias semifeudais e outras no predomínio das teorias marxistas (Marx, Lênin e Kautsky) nos estudos rurais brasileiro, que inviabilizaram outras análises que superassem a visão do camponês como “resquício feudal” ou assalariado.

Afirma que “[...] ao contrário do que ocorreu com a Sociologia de inspiração marxista nos países desenvolvidos, os estudiosos do mundo rural permaneceram, até recentemente, apegados à discussão sobre o sentido e o significado da “questão agrária brasileira.” (SCHNEIDER, 2009, p. 36). Para o autor não se trata de desmerecer a produção dos estudos sociais sobre o campesinato brasileiro, mas a ausência da valorização da diversidade camponesa, entre elas a agricultura familiar.

Schneider (2009), reconhece as contribuições de Abramovay (2012) que discute a ausência de uma teoria sobre o campesinato nas obras de Marx e que as concepções do Lênin e Kautsky foram muito mais política e ideológica, que uma construção científica.

Para Schneider, Abramovay “[...] contribuiu decisivamente para sepultar, no interior das Ciências Sociais do Brasil, a falaciosa dicotomia em torno do caráter moderno/tradicional ou capitalista/camponês dos indivíduos que habitam e trabalham no espaço rural [...]” (SCHNEIDER, 2009, p. 37). As contribuições de Abramovay não são apenas as críticas às teorias clássicas sobre campesinato, mas também para uma possível diferença entre o campesinato e agricultura familiar.

Para Abramovay (2012, p. 22), “[...] uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.”.

Para o autor existem características e capacidades na agricultura familiar que ultrapassam a definição de campesinato. Os camponeses são definidos pelo seu modo de vida, sua condição tradicional de trabalho (pouca divisão social de trabalho), sua produtividade está associada a sua subsistência, enquanto que o agricultor familiar além de produzir para sua subsistência, integra-se ao mercado, absorve técnicas produtivas e relaciona-se com Estado através de suas políticas (ABRAMOVAY, 2012; SCHNEIDER, 2009).

Em síntese, a agricultura familiar nos estudos de Abramovay (2012), Schneider (2009) e Wanderley (1996, 2003) refere-se a uma categoria social oriunda do campesinato, que se encontra em processo de desenvolvimento. É uma expressão nova nos estudos rurais, mas que representa a identidade coletiva dos trabalhadores e suas resistências no campo. Para Schneider e Nierderle (2008), a realidade do campesinato e agricultura familiar no Brasil, encontra uma

diversidade de definições tanto no senso comum como no conhecimento científico, os camponeses e trabalhadores familiares são representados de acordo com suas regiões, tais como: colonos, sitiantes, posseiros, ribeirinhos, extrativistas, entre outros.

No estado do Amapá, Silva e Filocreão (2014) consideram a agricultura familiar como marginal na sua expressão econômica, mas com forte potência de produção de alimentos. Os autores afirmam que a “[...] agricultura familiar do estado, destaca-se na agricultura vegetal e pecuária, a produção de mandioca, arroz, feijão, milho, café, bovinos para corte, leite, ovos de galinha, aves e suínos” (SILVA; FILOCREÃO, 2014, p. 89).

Deste modo, apesar de sua pouca visibilidade financeira, a agricultura familiar amapaense, assim como em outras realidades do país exerce papel fundamental na produção de alimentos para o campo e cidade, mesmo com limitações econômicas, políticas e acadêmicas no seu reconhecimento. Diante das literaturas estudadas nota-se uma necessidade de fortalecimento dos estudos da agricultura familiar no Brasil, em particular no estado do Amapá.

Portanto, a Seção 2 foi discutido as teorias internacionais e brasileira da questão agrária e as tentativas de conciliações, observa-se que as interferências diretas ou indiretas do capitalismo não foram suficientes para extinção do modo de produção camponês, porém suas interações com o modo de produção capitalista gerou uma nova categoria de análise que divide opiniões entre teóricos, até que ponto a agricultura familiar é uma extensão do campesinato ou uma nova categoria. Esta Seção dialoga com Seção 3, que analisa as políticas públicas para agricultura familiar no Brasil, em particular o desenvolvimento do PAA como política pública específica para agricultura familiar.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: PAA EM FOCO

Esta seção discute as definições e as funções das políticas públicas, bem como as trajetórias das políticas públicas para agricultura familiar no Brasil. A partir deste contexto, foi possível identificar o cenário político, econômico, social que o PAA se desenvolveu.

Há uma pluralidade de definições sobre Políticas Públicas, por isso optou-se nesta seção pelas referências das Ciências Sociais, em particular da Ciência Política. Souza (2002, p. 5), afirma que se “[...] admitimos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações [...]”. Uma das implicações é que o território da política pública não é apenas de domínio da Ciência Política, pois tornou-se objeto de outras disciplinas (Sociologia, Economia, etc.).

A outra implicação é que o caráter holístico não garante a coerência teórica e metodológica, mas possibilita novas abordagens sobre políticas públicas (SOUZA, 2002, 2006). Diante das implicações que possam existir no estudo das políticas públicas, a autora reconhece a necessidade de interrelações entre as diversas áreas de conhecimento para seus avanços teóricos e empíricos.

Ao analisar as diversidades de definições das políticas públicas, Souza (2002, 2006) trata como um campo de conhecimento que busca estimular ações do governo e/ou analisar essa ação, bem como pode propor mudanças na trajetória das ações. As considerações de Souza, aproxima-se do estudo de Muller e Surel (2002), que definem as políticas públicas como resultado das construções sociais (constructo social) e construções científicas (constructo de pesquisa).

Para Muller e Surel (2002), a política no seu viés social é desenvolvida a partir das disputas de poderes coletivos e individuais, pode-se considerar as lutas dos movimentos sociais como exemplo. E a política como construção científica é o caminho encontrado para compreender e organizar as ações públicas geradas pelas construções sociais, entende-se que pesquisas científicas sobre políticas públicas colaboram para sua execução e avaliação.

Em Boneti (2003, 2012), a política pública como construção social não emerge a partir de vontades individuais, mas do jogo de forças nas relações de poderes, para suprir interesses econômicos, políticos, sociais, culturais de grupos e classes.

O autor reforça que “[...] o tipo de intervenção do Estado na realidade social, o tipo de impacto que ela provoca nesta realidade, os benefícios que ela produz e quem ela beneficia, é construído durante o todo da sua trajetória, desde o momento da sua elaboração até a sua

operacionalização.” (BONETI, 2012, p. 28). Além de serem desenvolvidas a partir dos interesses coletivos, as políticas são construídas na sua trajetória de planejamento, elaborações e execuções, ou seja, a gestão da política pública é fundamental para alcançar seus objetivos.

Muller e Surel (2002) apresentam três elementos chaves na definição e execução de política pública: um quadro normativo de ação, expressão do poder público e sua ordem local. O primeiro elemento da política pública, envolve os conjuntos de medidas concretas e administrativas que formalizam tal política, envolvem as normas reguladoras, recursos financeiros, agentes participantes, os materiais, entre outros.

O segundo elemento representa a expressão do poder público (ações estatais), através de suas forças coercitivas, mas que não deve ser tratada pelo Estado como homogênea. O terceiro elemento envolve sua capacidade de ordem local, tem o papel de supera a concepção jurídico e administrativo das políticas, para atender e mediar os interesses individuais e/ou coletivos, que são os atores sociais (MULLER; SUREL, 2002).

Assim, os elementos da política pública envolvem o planejamento e/ou gestão normas/leis estabelecidas e execução/prática. Deste modo, “[...] após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação [...]” (SOUZA, 2006, p. 5). Contudo, as políticas públicas apresentam complexidades conceituais e práticas, conceitual diante das diversidades e necessidades de novos estudos, e prática pelo seu processo de desenvolvimento, que envolve a construção social, gestão, execução, acompanhamento, avaliação, entre outros.

A partir do cenário da complexidade das políticas públicas que o PAA foi discutido. Trata-se de um programa que envolve os elementos da construção social e científica. Sua construção social está relacionada as lutas sociais, que emergem da necessidade de políticas públicas para agricultura familiar. E sua construção científica, refere-se aos estudos sobre políticas públicas para agricultura familiar, suas contribuições e entraves.

Historicamente os agricultores familiares ou “pequenos agricultores” como eram denominados, ficaram as margens das ações do Estado brasileiro, porque não eram reconhecidos pelos planos de desenvolvimento do país. Entende-se que nem todas as políticas destinadas a agricultura atendiam os elementos teóricos e práticos de política pública. Apesar dos períodos de exclusão política, econômica, social, principalmente no período da ditadura militar, os agricultores familiares não foram omissos na defesa dos seus direitos, estiveram presentes nas lutas e proposições para conquistar ações públicas estatais (GRISA; SCHNEIDER, 2015; SCHNEIDER, 2009; WANDERLEY, 2003).

As políticas para agricultura no Brasil emergiram desde o período colonial. A distribuição das Sesmarias, uma das primeiras medidas estatais para as terras, permitia a doação de suas extensões aos donatários que, em muitos casos, transformavam as terras em latifúndios escravistas. Depois da crise do regime escravocrata no final do século XIX, foi instituída a Lei das Terras em 1850, que impedia a ocupação da terra devoluta pelos camponeses e incentivava compra das terras, ou seja, as terras eram negadas aos camponeses e ofertadas aos fazendeiros. Assim, o Estado monopolizava as terras e os fazendeiros de posses dominavam o Estado, como estratégia pretendiam eliminar o trabalho escravo sem extinguir os latifúndios, por isso recorreram a imigração de europeus para desenvolver o trabalho “livre” nas lavouras café e cana (MARTINS, 1981; SANTOS, 1978; SILVA, 1981).

A decadência do sistema latifundiário escravista começa com a proibição do tráfico de escravos, depois com a lei das Terras até a abolição da escravidão em 1888. Após a abolição, percebe-se o crescimento da produção mercantil, em particular de produção de alimentos, desvinculados das fazendas de café. Enquanto o latifúndio tentava resistir com a exportação, os “pequenos agricultores” eram inseridos na produção de matérias primas para as indústrias. Contudo, os incentivos estatais enfraqueciam o potencial agrícola importador para fortalecer a produção industrial do país (SANTOS, 1978; SILVA, 1981).

De acordo com Welch *et al.* (2009), a exclusão do modo de produção camponês/familiar ocorria porque ele não atendia os interesses da elite brasileira. Pois, produzir para a subsistência e com vínculos em pequenos mercados representava o atraso e a pobreza deste produtor. Deste modo, a demora de políticas públicas para agricultura familiar associa-se ao processo de desvalorização desse modo de produção e aos próprios interesses econômicos e políticos do Estado.

Grisa e Schneider (2015), demonstram que alguns acontecimentos foram fundamentais para mudança de concepção sobre a agricultura familiar e para desenvolvimento de políticas públicas no Brasil, entre eles estão: promulgação da constituição federal de 1988, que amplia participação e reconhecimento de direitos aos agricultores; o surgimento do PRONAF em 1995, que estimulou a criação de políticas para o desenvolvimento rural; criação do Ministério de Desenvolvimento Agrária (MDA) em 1999 e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001, foram instituições gestoras de políticas para o desenvolvimento rural; por fim a regulamentação da Lei da agricultura familiar em 2006 (Lei n. 11.326/24.07.2006), que institucionalizou a agricultura familiar como categoria social e possibilitou desenvolvimento de políticas públicas.

Para os autores existem três gerações de políticas públicas para agricultura familiar, a primeira geração de construção de um referencial agrícola e agrário; a segunda construção de um referencial social e assistencial; a terceira construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Estas gerações estão relacionadas com os conceitos de referencial global e setorial discutidos por Pierre Muller (2005), em seus estudos sobre abordagem cognitiva e mudanças de ações em políticas públicas.

Muller (2005) discute o referencial global e setorial a partir dos processos de mudanças nas políticas públicas⁶, conceitua o referencial como uma representação que um grupo tem de si, como agentes participantes de uma ação pública, afetados direta ou indiretamente. Deste modo, o referencial global simboliza o quadro de referências que a sociedade tem sobre sua própria realidade, ou seja, a sua visão de mundo e seus interesses que superam o referencial setorial.

Já o referencial setorial é a estrutura institucional (setor), ambiente onde são definidas as ações e público alvo da política. A relação entre os interesses do global e do setorial impulsionam mudanças de ações capazes de produzir novos resultados, em particular o “referencial da política pública” (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Entende-se a partir de Muller (2005), que a mudança no quadro referencial de uma política pública não significa a eliminação total das ações passadas, as mudanças são graduais e necessárias de acordo com os interesses globais e setoriais. Neste contexto, Grisa e Schneider (2015) ressaltam que as definições das três gerações de políticas públicas e seus referencias não são conclusivas e lineares, tendo em vista estão em processos e são resultantes de relações de conflitos e/ou harmônicas entre Estado e sociedade civil.

A partir da década de 1940, observa-se nas relações políticas e econômicas a busca pela industrialização do país, defensores da CEPAL acreditavam que a saída para o crescimento econômico e tecnológico seria através da substituição da importação. No campo intelectual, Furtado defendia a modernização da agricultura como uma solução para o atraso do Brasil, enquanto que o Prado Jr acreditava que a luta era o caminho para realizar a reforma agrária e o

⁶ Muller (2005) acredita que só haverá mudanças nas políticas públicas, quando mudar três fatores: As estruturas normativas que orientam a ação pública (objetivos); mudança nos instrumentos que permitem implementar e acionar a ação pública (relações de poderes) e mudança nos quadros institucionais que estruturam a ação pública (setores).

promover o desenvolvimento (FURTADO, 2005; MANTEGA, 1991; PRADO JR, 2011; SOUZA, 2012).

Em decorrência da ineficiência da política interna para os “pequenos agricultores”, intensificaram as reivindicações de movimentos sociais rurais, que culminou em 1964 na criação da CONTAG, instituição representante dos trabalhadores rurais. A criação da CONTAG foi importante marco para as lutas agrárias, porque resultou da aliança política entre os movimentos vinculados a Igreja Católica e o partido PCB. Assim, as mobilizações sociais se expandiram pelo país e os camponeses foram conquistando o espaço público e visibilidade política no cenário nacional. Entre pautas dos camponeses estavam a luta por reforma agrária, melhores condições de trabalho, resistência as expulsões pelos “proprietários das terras”, organização, participação de congressos, etc. (MARTINS, 1981; PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

Os movimentos rurais pressionaram o governo a desenvolver políticas de crédito rural, seguro agrícola, assistência técnica, extensão rural. Porém, as garantias dos direitos aos agricultores foram interrompidas com o golpe militar de 1964, marcado pela violência aos movimentos sociais e pela valorização da modernização agrícola. Incentivaram o uso de fertilizantes químicos como técnica de produção e mantiveram a concentração da posse da terra. O período de ditadura limitou os espaços de participação política dos agricultores, a própria CONTAG não conseguia dialogar com Estado autoritário (GRISA; SCHNEIDER, 2015; PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

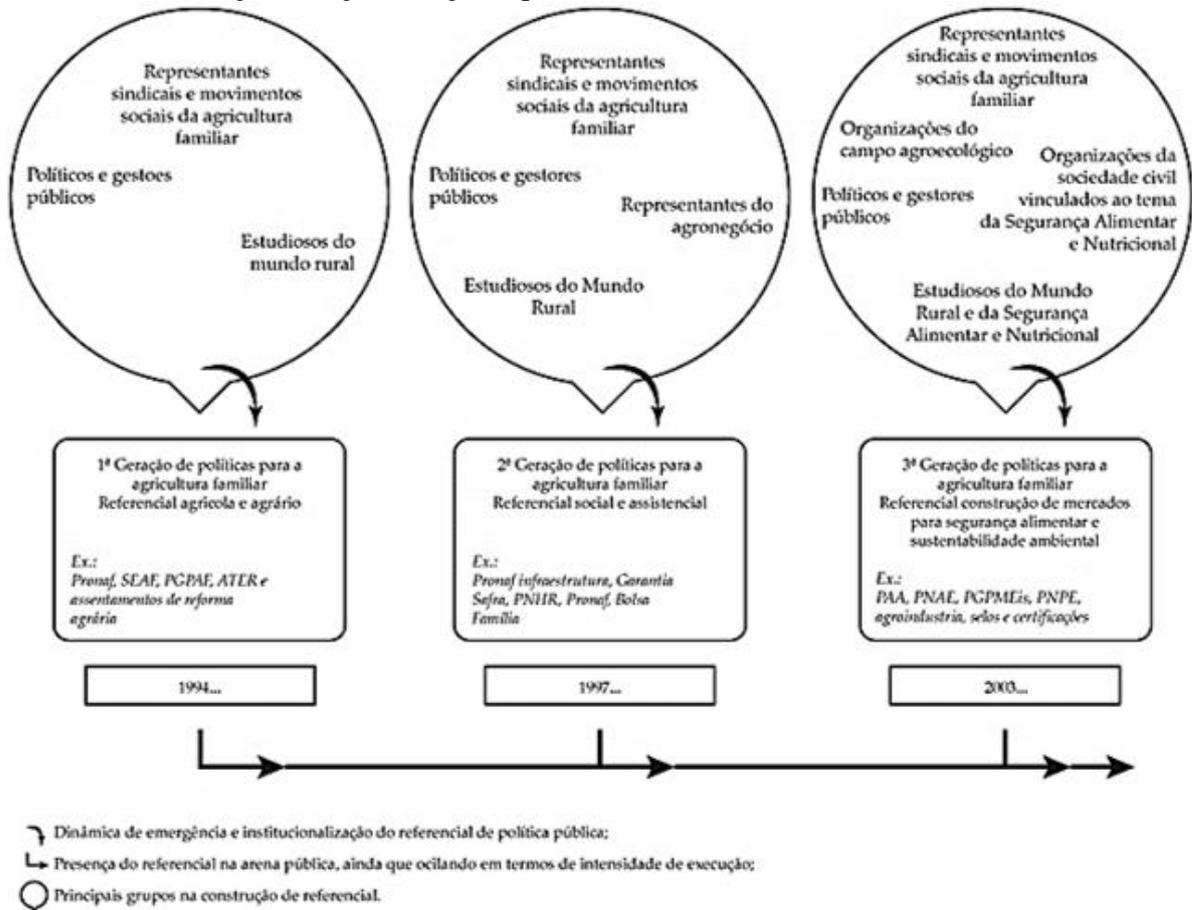
Em 1979 no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, evento realizado pela CONTAG, houve uma mudança de postura da instituição, em vez de encaminhar propostas ao governo, optou-se por pressionar e exigir respostas, observa-se neste momento uma mudança de postura dos movimentos. Porém, foi a partir da década de 80, com a transição da ditadura militar para a democratização do país. E principalmente com constituição de 1988 que a agricultura familiar foi inserida nos debates e ações estatais (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Segundo Altieri (2008), em meados da década de 80 os subsídios ao crédito diminuíram e as consequências da Revolução Verde para agricultura ficaram evidentes. Em contraposição a modernização da agricultura as manifestações sociais se intensificaram. Assim como o fortalecimento das reivindicações da CONTAG, novas entidades de lutas surgiram, são elas: Central Única dos Trabalhadores (1983), Departamento dos Trabalhadores Rurais (DNTR) (1988), Movimento Sem Terra (MST) (1984), entre outros.

As lutas destas entidades motivaram na década de 90 os fatores marcantes da primeira geração de política pública para a agricultura familiar (referencial agrícola e agrário). No

Organograma 1 é apresentado os principais grupos de atores atuantes na construção dos referenciais das três gerações de políticas públicas para agricultura familiar, ilustra os principais grupos de atores atuantes na construção dos referenciais das três gerações de políticas públicas para agricultura familiar.

Organograma 1 - Principais grupos de atores atuantes na construção dos referenciais das três gerações de políticas públicas para agricultura familiar



Fonte: Grisa e Schneider (2015).

Na primeira geração (década de 1990) as reivindicações e a redemocratização foram importantes para sua efetivação. Os movimentos sociais exigiram do presidente Itamar Franco políticas para agricultura familiar, como resposta o presidente criou o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP), que em 1995 foi reformulado como PRONAF. O PROVAP utilizava recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) para ofertar crédito rural aos “pequenos produtores”, mesmo diante de seus péssimos resultados, o programa tornou-se embrião para outras políticas para agricultura familiar (MATTEI; 2005; MIELITZ NETO; MELO; MAIA, 2010).

Em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso o PROVAP foi reformulado para ampliar seus objetivos e atender reivindicações de anos de lutas. Em 1996 o PRONAF foi institucionalizado pelo decreto 1.956 de 28 de julho, com o propósito de fomentar a agricultura familiar e gerar emprego e renda. Deste modo, o PRONAF é reconhecido como uma das primeiras e principais políticas públicas para agricultura familiar (MATTEI, 2005).

O programa representava a legitimação dos interesses coletivos dos agricultores, em particular, de agricultores familiares, que até então eram excluídos dos benefícios das políticas agrícolas. Apesar das dificuldades do PRONAF, ele propiciou avanços significativos para o fortalecimento da agricultura familiar e abriu espaço para novas políticas a fim de atender aos anseios dos movimentos sociais rurais (GRISA, 2012; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Para Mattei (2005), o PRONAF como estratégia operacional estruturava-se em quatro linhas de atuação: o financiamento da produção, onde o programa financiava atividades produtivas desenvolvidas nos municípios brasileiros; o financiamento de infraestrutura, era o apoio financeiro para obras de infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores, cursos e treinamentos para agricultores familiares através de grupos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento rural; financiamento de pesquisa e extensão rural, apoio financeiro para financiar a geração de transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

De acordo com Veiga (2003), o PRONAF avançou mesmo diante das sabotagens. Para o autor, o programa viveu no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) duas dicotomias, uma de reconhecimento do verdadeiro salto de qualidade da política agrícola brasileira, no sentido de promover financiamentos de produção e de infraestrutura nos municípios; e outra refere-se as posturas tomadas por lideranças do governo que desmentiam os resultados do programa para favorecer interesses particulares.

Mediante a importância do programa para agricultura familiar e para o desenvolvimento rural no Brasil, Favareto (2007, p. 156) alerta que “o Pronaf sempre esteve vinculado às rubricas orçamentárias e aos fluxos da hierarquia administrativa federal relativos aos programas de combate à pobreza”. Desta maneira, o PRONAF não conseguiu romper em sua totalidade com o enfoque setorial (isolamento institucional) das políticas para agricultura, pois promoveu nos discursos políticos uma nova visão institucional sobre o enfoque territorial (gestão participativa), mas manteve as práticas setoriais.

Favareto (2007), enfatiza em sua crítica, que as regras de acesso ao programa indicavam que seu foco principal era o combate à pobreza, não uma política permanente para a agricultura familiar e desenvolvimento rural. Exemplifica que de 1996 a 2000 os municípios beneficiados

com o PRONAF/Infraestrutura utilizavam como método de seleção o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Isso justifica que os financiamentos do PRONAF não foram planejados com objetivo de reduzir desigualdades e/ou dinamizar as economias rurais.

As metas dos governos de Fernando Collor de Mello e FHC estavam em consonâncias com interesses econômicos do neoliberalismo. As medidas de governo visavam a mínima intervenção na economia e fortaleciam a privatização de instituições públicas, com o propósito de estabilização financeira. Neste contexto, as políticas para agricultura familiar atuavam como uma estratégia para combater à pobreza rural. Foi a partir deste viés que a segunda geração de políticas públicas (referência social e assistencial) emergiram (GRISA; SCHNEIDER, 2015; PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

No governo de FHC com objetivo de diminuir os índices de pobreza, ampliou o PRONAF com a criação da Linha Infraestrutura e Serviços Municipais, instituiu o Programa Comunidade Solidária, que tinha como objetivos: reduzir a mortalidade Infantil, produção e distribuição de alimentos, apoio a educação fundamental, fortalecimento da agricultura familiar, entre outros. A Comunidade Solidária visava associar assistência alimentar e ações sociais, no seu processo de efetivação encontrou diversas dificuldades, entre elas, próprio descaso do governo que estava preocupado em solucionar os problemas econômicos do país e a dificuldade de gestão do programa nos municípios que predominavam práticas clientelistas (SILVA; MARQUES, 2004; TAKAGI, 2006).

Apesar das dificuldades na execução do PRONAF e da Comunidade Solidária, estas políticas promoveram mudanças nas ações públicas para agricultura familiar, as políticas transitaram do referencial agrícola e agrário para referencial social e assistencial. Os ideais da Comunidade Solidária são retomados pela gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), reformulado através do Programa Fome Zero (PFZ). Foi no contexto assistencial que a terceira geração de políticas públicas para agricultura familiar (referencial construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental) se desenvolveu.

A terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar iniciou em 2002, motivado pela eleição do presidente Lula. Devido sua história de lutas sociais e liderança sindical, gerou uma expectativa nos trabalhadores rurais e em movimentos sociais, no que se refere a melhorias no meio rural. Para atender as expectativas dos eleitores e reduzir os indicadores de pobreza e miséria no país, retomou-se os objetivos do Programa Comunidade Solidária através do PFZ, na perspectiva de assegurar alimentação saudável à população carente, por meio da melhoria de renda, valorização da produção ecológica/orgânica,

disponibilização de alimentos oriundos da produção familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015; PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

O PFZ resgatou o projeto de segurança alimentar e nutricional abandonado pelo presidente FHC. Desde 1991 com o “Governo Paralelo”, Lula e seus apoiadores já trabalhavam na Política Nacional para Segurança Alimentar (PNSA), entre os apoiadores estava o sociólogo Herbert de Souza (o Betinho) com as mobilizações sobre “Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela vida”, assim como o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (CONSEA)⁷, em 1993, foi fundamental para planejar a segurança alimentar, com objetivo de garantir alimentação proveniente da agricultura familiar a baixo custo para elevar a qualidade de vidas pessoas em situação vulnerabilidade social (GRISA; SCHNEIDER, 2015; TAKAGI, 2006; TOMAZINI; LEITE, 2016).

Para Tomazini e Leite (2016) o PFZ teve vida curta, porque encontrou dificuldades nos setores internos do governo Lula. Existiam grupos que defendiam o PFZ pelo seu caráter participativo e colaborativo junto aos representantes dos movimentos sociais, ONGs, empresas públicas e privadas, etc. E outro grupo que desvalorizavam PFZ em detrimento da transferência de renda (Bolsa Família) como essencial para erradicar a pobreza, justificavam a demanda de estruturas intersetoriais e a complexidade para sua efetivação. Diante dos interesses internos, o PFZ enfraqueceu e o Bolsa família em 2004 se concretiza como uma medida viável e rentável na perspectiva de política do governo.

A partir de uma noção de “guarda-chuva ministerial”, em particular inseridos no Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), foi possível uma convivência entre os defensores dos dois programas. O enfraquecimento do PFZ como política de segurança alimentar duradoura, permitiu o desenvolvimento de outros programas para agricultura familiar, em especial PAA (TOMAZINI; LEITE, 2016).

Foi mediante as contribuições do PFZ e do PRONAF que o PAA surgiu em 2003, com objetivo de melhorar a renda dos produtores rurais e fornecer alimentos com baixos custos aos consumidores. Seus recursos eram financiamentos do governo federal, administrado pela CONAB e pelo Grupo de Gestão do PAA (GGPAA) composto por representantes do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda

⁷O CONSEA foi extinto em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique em substituição ao Comunidade Solidária, restabelecido em 2003 pelo presidente Lula, vinculado ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

(MF) e Ministério da Educação (MEC), em parceria com os estados brasileiros (BRASIL, 2012).

Os beneficiados com Programa são: assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais Sem Terras, acampados, quilombolas, agroextrativistas, comunidades indígenas e famílias atingidas por barragens. Um dos documentos exigidos na adesão ao programa é o Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), funciona como identificação do agricultor familiar, usado para as prestações de contas dos alimentos fornecidos. A CONAB através do PAA compra os alimentos e/ou sementes dos agricultores familiares individuais e associados/cooperados, estimula a doação dos alimentos para entidades públicas de alimentação e nutrição, as entidades atuam na rede socioassistencial e famílias em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2012).

De acordo com lei federal 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, os agricultores familiares são todos aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra oriunda da própria família e renda vinculada ao próprio estabelecimento gerido pela família. São também beneficiados pela lei: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2006). Para Grisa e Porto (2015), o PAA se dividiu em seis modalidades, assim como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Modalidades e objetivos do PAA

(continua)

Compra com Doação Simultânea	Compra alimentos dos produtores familiares e realiza doação aos consumidores. A participação dos produtores nesta modalidade pode ser de forma individual ou coletiva. O limite individual DAP/ano é de R\$ 6.500,00; para quem participa de cooperativas/associações, o limite do DAP/ano é de R\$ 8.000,00 e por organização pode receber até R\$ 2 milhões.
Formação de estoques	Serve como apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público. Seu limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00 e por organização/ano: R\$ 1,5 milhão.
Compra Direta	Visa a compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA com o objetivo de sustentar preços. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e MDA. Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 500 mil.
PAA Leite	Possibilita a compra de leite que, após beneficiamento é doado aos beneficiários consumidores. E operada por governos estaduais da região nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS. Limite por DAP/semestre: R\$ 4.000,00.

conclusão	
Compra institucional	Realiza a compra da agricultura familiar por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador. Limite por DAP/ano/órgão comprador: R\$ 20.000,00.
Aquisição de sementes	Atua na compra de sementes, mudas e materiais propagativos para a alimentação humana ou animal, para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. O limite por DAP/ano: R\$ 16.000,00 e por organização/ano: R\$ 6 milhões.

Fonte: Grisa e Porto (2015) e Silva, Filocreão e Lomba (2016).

Segundo Salgado *et al.* (2017), as contribuições do PAA são evidentes, promovem segurança de mercado e renda aos agricultores familiares, assim como garante alimentos para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social. Além dos pontos positivos, o autor aponta também as limitações que o PAA encontrou ao longo de sua existência no país, são elas: insuficiência na abrangência do programa, desigualdade regional na distribuição dos recursos, falta de articulação com outros programas direcionados à agricultura, dificuldades relacionadas à operacionalização do programa e atraso na liberação dos recursos. Autor acredita que para ampliação do PAA, garantia de segurança de mercado, alimentar e nutricional, é preciso avaliar o programa e minimizar suas limitações.

Para Souza (2018) os programas como PAA e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) representam a postura política democrática das políticas públicas para agricultura familiar no Brasil. Possibilitaram a participação de entidades e movimentos camponeses, ampliação do mercado institucional (políticas públicas e programas governamentais), através da comercialização dos produtos agrícolas familiares, melhores preços, incentivo ao associativismo e práticas agroecológicas.

Porém, no cenário atual da política pública para agricultura familiar brasileira, em particular a partir do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016) o PAA vivencia momentos difíceis. O presidente Michel Temer rompeu com as trajetórias das políticas públicas para agricultura familiar, motivado pelas pressões dos conservadores do campo e defensores do agronegócio, propôs políticas de Estado que minimizaram os programas e executaram cortes orçamentários as políticas existentes (SOUZA, 2018).

De acordo com Souza (2018, p. 675) [...] após o golpe do governo Temer, severos ataques ao PAA foram tramados nos porões de Brasília. São vultosos os cortes que tentam extinguir e inviabilizar as ações e avanços que tinham norteado a agricultura camponesa nos governos anteriores”. O PAA sofreu profundamente com as decisões políticas do governo Temer, a partir de 2016 o programa demonstrou grandes perdas orçamentárias. A

desvalorização do programa são externalizadas pelos representantes das associações pesquisadas, que lamentam a perda do PAA como aliado da produção familiar.

De acordo com Nackiluk e Silva (2019) no primeiro ano da gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019) o PAA viveu novos momentos de instabilidades, o governo através da Medida Provisória n. 870, de 1 de janeiro de 2019, extinguiu o CONSEA e transferiu para o Ministério de Cidadania, que representou a desconfiguração do Conselho e de suas finalidades.

Outra iniciativa negativa do atual governo para agricultura familiar foi a transferência da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) para o MAPA. Tais medidas setoriais retrocederam as conquistas dos movimentos sociais para agricultura familiar, uma vez que diminuem recursos de programas para a categoria, em particular do PAA, prejudicam a produção e acesso aos alimentos oriundos da agricultura familiar (NACKILUK; SILVA, 2019). Os resultados desta pesquisa ajudam compreender melhor a realidade atual do PAA no Brasil, Amazônia, Amapá e Mazagão.

Portanto, ao longo das trajetórias das políticas para agricultura familiar, entende-se que poucas delas conseguiram alcançar as definições de políticas públicas, muitas ações foram tomadas para atender interesses políticos partidários e ideológicos particulares, em contraposição aos interesses coletivos.

Em sua maioria a construção de políticas públicas para agricultura familiar, emergiam mediante resistências dos agricultores familiares organizados em movimentos sociais e em parceria diversas organizações sociais. No caso do PAA não foi diferente, resultou de um longo processo de lutas sociais, que diante do cenário atual necessita manter as resistências para continuar existindo.

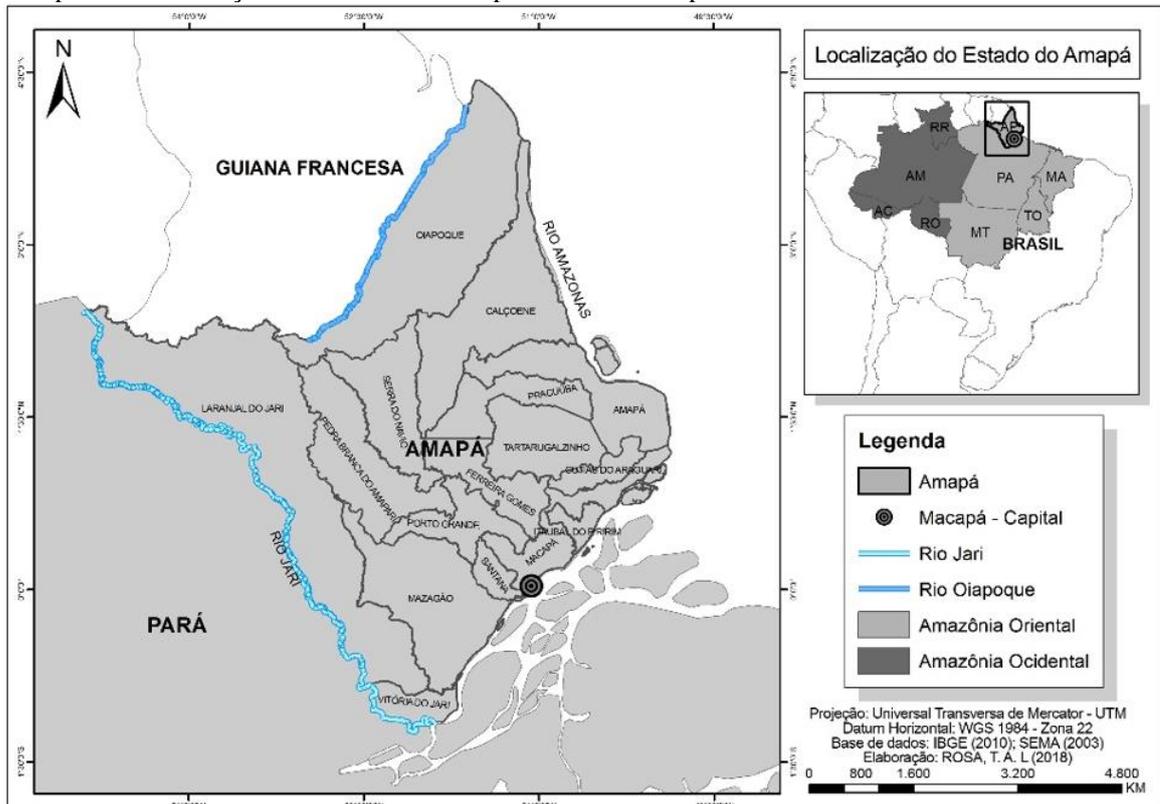
4 CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 Estado do Amapá e seus processos de formação institucional

O Estado do Amapá foi criado em 1988, está situado na Amazônia Oriental, seu território representa uma área de 142. 815 km², composto por 16 municípios, seus limites fronteiriços são dotados de características diversificadas, ao sul com rio Amazonas, Oeste com rio Jari e Pará (Monte Dourado), a Leste Oceano Atlântico, ao Norte com rio Oiapoque e França (Guiana Francesa) e a Noroeste com Suriname (TOSTES; FERREIRA, 2016; PORTO, 2007). No Mapa 1 está a localização do estado do Amapá e seus municípios, que apresenta as delimitações geográficas.

Seus aspectos econômicos produtivos baseiam-se no extrativismo vegetal, agricultura familiar, exploração mineral, pecuária, serviço público (SILVA; FILOCREÃO, 2014). A agricultura familiar é responsável pela produção de grande parte dos alimentos que abastecem o campo e a cidade, assim como desenvolve um papel importante na geração de emprego e renda, que contribui para a permanência dos agricultores em suas propriedades (SILVA; LOMBA, 2011).

Mapa 1 - Localização do estado do Amapá e seus municípios



Fonte: Elaborado por Rosa (2018).

Para Tostes (2014a), o Amapá no seu processo de formação institucional vivenciou três principais momentos: o primeiro representado pela criação da Vila de Macapá, com a posterior construção da Fortaleza de São José de Macapá para fins de defesa estratégica de proteção do território, que atendia os interesses dos colonizadores. O segundo momento marcado pela criação do Território Federal do Amapá em 1943, resultado das políticas desenvolvimentistas que promoveram a implantação dos projetos minerais e agroflorestais. E o terceiro momento, a criação do estado do Amapá em 1988, e posterior criação da Área de Livre Comércio Macapá e Santana (ALCMS), que representa em parte a autonomia estatal e a intensificação do processo de urbanização, em especial as cidades de Macapá e Santana.

O momento inicial da institucionalização do Amapá esteve estritamente relacionado a proteção e a ocupação territorial. De acordo com Filocreão (2015a), “a intensa disputa pelas terras da Guiana brasileira determinou que o início do processo de ocupação do Amapá pelos portugueses fosse permeado por fins estritamente militares”. As características deste período são representadas pelas fortificações construídas neste período, exemplo da Fortaleza de São José de Macapá. Os resquícios do processo de colonização portuguesa, através da existência de fortificações simbolizam as políticas coloniais e caracterizam as cidades de beira de rio definidas por Oliveira (2004).

No segundo momento de formação institucional, destaca-se as políticas e projetos destinados a exploração de minerais, principalmente pelo projeto de mineração do manganês no município de Serra do Navio, liderado pela Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI). Apesar da magnitude dos projetos destinados para Amapá, eles não garantiram o desenvolvimento regional projetado, o fim das atividades minerais propiciou novas problemáticas, tais como: concentração de população nas cidades de Macapá e Santana, o aumento dos índices de pobreza urbana, entre outras (TOSTES, 2014b).

Chagas *et al.* (2016), corroboram que a exploração mineral na década de 1950, transformou o Amapá em um dos principais polos de atração de migrantes do país, atingiu o maior crescimento demográfico de 83,82%, valor superior ao crescimento do país (36,3%) e do conjunto de estados que compõem a Amazônia Legal (52%). As consequências desse crescimento demográfico desenfreado refletiram na má qualidade de vida dos moradores nos municípios afetados pelos projetos.

No caso de Serra do Navio, Tostes (2014b) reflete que a ICOMI representou o “sonho e o pesadelo”, uma vez que no início do projeto a Vila de Serra do Navio foi construída com todos os requisitos necessários para implantação de um empreendimento de magnitude nacional

e internacional. E após mudanças políticas e econômicas na década de 90, desencadearam duas grandes mudanças, a transformação do distrito de Serra do Navio em Município 1993 e a saída da ICOMI 1998, que simbolizou o fracasso da condição da vida sonhada no início do projeto.

O terceiro momento de formação institucional, caracteriza-se pela criação do estado do Amapá em 1988, que representa o início da ruptura administrativa com o Território Federal. De acordo com Porto (2007), este processo constitucional proporciona os primeiros passos da autonomia e capacidade de auto-organização do Amapá.

Neste viés, dois programas de governos foram marcantes: O Plano de Ação Governamental (1992-1995), desenvolvido na gestão do governador Annibal Barcellos (PFL), com intuito de potencializar as políticas regionais do estado, afim de promover o desenvolvimento. E o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA) (1995), nos mandatos do governador João Alberto Capiberibe (PSB), sendo que o foco principal foi planejar as questões ambientais e sociais a partir dos anseios das comunidades locais (PORTO, 2007).

Segundo Filocreão (2015b), as políticas de gestão ambiental direcionadas principalmente a mesorregião sul do Amapá, foram importantes para o reconhecimento estatal das áreas tradicionais de extrativismo vegetal, proporcionou a criação de “reservas extrativistas” na forma de Projetos, tais como: Assentamento Agroextrativista no rio Maracá (PAE Maracá), a Reserva Extrativista do rio Cajari (RESEX Cajari) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru.

A criação de áreas protegidas foram fundamentais para legitimar o direito ao uso das terras por extrativistas, indígenas, pescadores, agricultores familiares, entre outros. Lima e Porto (2008) apontam quatro aspectos que devem ser considerados na gestão de áreas protegidas no Amapá, são eles: definir critérios apropriados (científicos, social, político e econômico) para a criação de novas áreas; definição de modelos de gestão que sejam compatíveis com a política ambiental e agrária na Amazônia; propiciar estudos nas áreas de savana e definir critérios de ocupação e uso do solo; criar parâmetros viáveis de definição de “populações tradicionais”, para não promover exclusão de grupos sociais em detrimentos de outros.

Para Chagas *et al.* (2016), a transformação do Amapá em estado federado, provocou um novo salto no crescimento demográfico em comparação com a região norte e com o país. Entre os fatores de estímulo ao crescimento demográfico encontram-se a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) (1991), a pavimentação de perímetros da BR-156, a abertura da rodovia BR-156 no trecho Macapá a Laranjal do Jari, que provocaram novos saltos demográficos no estado.

Em 1990, o índice de crescimento demográfico atingiu 64,84%, quase três vezes maior do que o crescimento ocorrido no conjunto dos estados da Amazônia Legal (23,95%) e quatro vezes maior que o crescimento nacional (15,65%). No ano de 2000 observa-se uma queda no crescimento populacional, resultado do fim de atividades minerais e pouca efetividade da ALCMS (CHAGAS *et al.*, 2016).

No Censo 2010 (IBGE, 2010a), a população do estado atingiu 669.526 pessoas e a maioria dos habitantes ocupavam as áreas urbanas total de 601.036 e 68.490 áreas rurais. Os resultados preliminares do Censo Agro 2017 apontam um aumento de 141% no número de estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área total de 1. 506. 294 hectares. Em comparação ao Censo Agro 2006, verifica-se que o crescimento da área ocupada atingiu 72% (equivalente a 97% da área de Macapá) (IBGE, 2017a).

Estes resultados evidenciam que o meio rural amapaense está vivendo uma nova dinâmica, seja ela na perspectiva da expansão da agricultura familiar e/ou do agronegócio. São necessários estudos específicos para apontar os reais fatores que motivaram o crescimento de áreas rurais ocupadas.

4.2 A “Nova” Mazagão: a cidade que nasceu na Amazônia

A partir de Renata Malcher de Araújo compreende-se a “Mazagão, a Memória das conquistas” (1998), em Laurent Vidal a “Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico” (2008) e Paulo de Assunção “Mazagão: cidades em dois continentes” (2009). Em consonância com estes autores, trata-se neste diálogo da “Nova” Mazagão que nasceu na Amazônia, sua trajetória iniciou no Norte da África (Marrocos), ancorou em Lisboa (Portugal), chegou ao Brasil (Belém) e depois foi deslocada para seu destino final (rio Mutuacá), atual estado do Amapá.

Vidal (2008), reforça que através da Mazagão em deslocamento surgiram outras três “cidades”: a colonial (Nova Mazagão) planejada pelos portugueses; a memória (a praça-forte marroquina) são as lembranças do passado; a vivida (Belém) transição para o destino final. Na “cidade” colonial ou Nova Mazagão os mazaganenses encontravam-se desorientados devido ao longo e turbulento processo de deslocamento, mas ainda guardavam na memória as lembranças do passado, que é a “cidade” das memórias, onde permanecem os sonhos de reconstruir uma vida pautada na Mazagão Africana.

Já a “cidade” vivida, representa a realidade social encontrada em Belém e o desejo de reconstruir a “cidade” da memória, porém o destino dos mazaganenses ainda não tinha chegado

ao fim, eles tiveram que se adaptar a outra realidade, que foram as condições da Nova Mazagão, as margens do rio Mutuacá (VIDAL, 2008).

Assunção (2009), enfatiza que a Mazagão Africana tornou-se uma cidade em trânsito, estava localizada no Norte da África, foi ocupada no século XVI (1514) pelos colonizadores portugueses e transferida para América Portuguesa no século XVIII (1769).

A cidade resultou da Expansão Marítima no Continente, através dos interesses da Coroa Portuguesa de expandir seus poderes econômico (Mercantilismo) e religioso (Cristianismo). A estratégia de proteção das cidades ocupadas na África, em particular Mazagão, ocorreu pela sua fortificação (Fortaleza) e a organização militar, com intuito de garantir o domínio da região e a proteção contra as investidas do imperador Mulay Mohamed, que não aceitava a permanência dos portugueses na região e lutava para recuperar a cidade (ARAÚJO, 1998; ASSUNÇÃO, 2009).

A “fortaleza de Mazagão assumiu um papel estratégico no controle e defesa do território, adequando-se às necessidades conforme a evolução das estratégias militares e da arte da guerra” (ASSUNÇÃO, 2009, p. 27). Proteger a Mazagão Africana, representava defender a localização privilegiada que a cidade tinha para conquistar outros territórios. Porém, a vida dos mazaganistas não era constituída de liberdade, as ameaças e ataques do imperador era um risco aos moradores (ASSUNÇÃO, 2009).

Em decorrência da restrita liberdade para desenvolverem suas atividades diárias (caça, pesca, coleta, agricultura, etc.), os habitantes da cidade fortificada sofriam com a escassez de alimentos, epidemias, mortes. Fatores como o terremoto de 1755, que atingiu Lisboa e também a África, causou prejuízos estruturais e financeiros para Mazagão, que abalou o projeto de manutenção da cidade (ASSUNÇÃO, 2009).

Mediante aos acontecimentos, os “encargos com a defesa de Mazagão eram elevados e o quadro que se apresentava naquele momento apontava para a conveniência de defender as terras americanas, onde a exploração aurífera constituía a base de captação de recursos da coroa portuguesa” (ASSUNÇÃO, 2009, p. 30). Logo, tornava-se insustentável a permanência de Mazagão na África, mas acreditava-se que os mazaganistas desempenhariam um papel importante na ocupação e proteção territorial do Grão-Pará.

Cambraia e Lobato (2013), corroboram que a política de proteção e fortificação da Amazônia portuguesa, se intensificou a partir da assinatura do Tratado de Madri (1750) quando a Espanha reconheceu o direito definitivo de Portugal sobre a região amazônica. O Tratado motivou a transformação de Macapá em Vila (1758) e a criação da Vila de Mazagão com intuito de ocupar e proteger as “terras do Cabo Norte”. Ainda no século XVIII, foi criada a Companhia

Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão com a finalidade de organizar a produção e o comércio na região (CAMBRAIA; LOBATO, 2013; MARIN, 1999).

Em carta de 16 de março de 1769, o governador do Grão-Pará (Fernando da Costa Ataíde e Teive), recebeu a informação do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar de Portugal (Mendonça Furtado) sobre a decisão régia de abandonar Marrocos e transferir os moradores, armas, “igreja”, suprimentos alimentares, para Belém. A justificativa do abandono referia-se aos gastos expressivos com manutenção, a dificuldade de expansão religiosa, constantes ataques do imperador e seus aliados, as dificuldades para ampliação comercial, entre outros (ARAÚJO, 1998; ASSUNÇÃO, 2009).

A partir das recomendações de Mendonça Furtado, Ataíde Teive providenciou a transferência das famílias de Mazagão Africana para a Amazônia. Estima-se que em março de 1769, 2.092 pessoas, entre elas 469 famílias embarcaram em direção a Belém, chegaram até Lisboa e ficaram até 15 setembro do mesmo ano. Do total dos mazaganenses, apenas 1.022 pessoas, em média 371 famílias embarcaram para Belém. Calcula-se que 300 pessoas morreram em Lisboa, algumas ficaram devido suas péssimas condições de saúde e outros resistiram ao embarque (ARAÚJO, 1998; ASSUNÇÃO, 2009; VIDAL, 2008).

Os mazaganistas chegaram em Belém em janeiro de 1770, após o falecimento de Mendonça Furtado, que era o principal defensor do projeto de transferência da Mazagão Africana para Amazônia, esse acontecimento representou o enfraquecimento político deste projeto (ARAÚJO, 1998).

Embora o deslocamento estivesse sob o controle da Coroa Portuguesa, não aconteceu como o planejado, surgiram as dificuldades para finalizar a infraestrutura da Nova Mazagão, não tinha moradia para todos, faltavam materiais para as obras, escassez de mão de obra e suprimento alimentar, fugas de trabalhadores indígenas, doenças (Malária), entre outros fatores (ARAÚJO, 1998; MARIN, 1999; VIDAL, 2008).

A construção da cidade foi planejada com antecedência, imaginava-se que as moradias ficariam prontas antes da chegada dos mazaganistas, o que não foi possível. Segundo Vidal (2008), em abril de 1770 apenas uma família tinha sido transferida para a Nova Mazagão, depois desta primeira viagem, em 23 de maio de 1771, foram transportados 29 mazaganistas, acompanhados de 11 escravos. Em uma análise anual (entre maio de 1771 a maio de 1772), foram transferidas 113 famílias, ou seja, 403 mazaganistas e 103 escravos, que equivale a um terço da população que desembarcou em Belém.

Araújo (1998, p. 280), considera o “projeto de Mazagão como uma fundação “ex-novo”. O “lugar de Santa Ana” é praticamente desprezado por Sambucetti, que desenha a malha da

nova vila ignorando a antiga povoação de índios”. Percebe-se que na construção da Nova Mazagão com planejamento urbano do referido engenheiro, não foi respeitada a estrutura habitacional indígena presente no local. Por isso, “ex-novo” significa que no lugar já existiam habitantes, que além dos seus territórios ocupados, foram utilizados como mão-de-obra para a construção da Nova Vila.

Vidal (2008), contabiliza que nos primeiros meses do 1770, mais de 100 índios foram destinados para trabalharem no desmatamento, terraplanagem e construção da Nova Mazagão. O autor considera estes trabalhadores (construtores) como os “sem rosto” pela carência de registros que identifiquem suas origens étnicas. Através de alguns relatos em registros da época, demonstram que a realidade dos índios construtores era de sofrimento, escassez de alimentos (se alimentavam com farinha de peixe), doenças (Malária), trabalho forçado e outros. Em decorrência das péssimas condições de vida, tornavam-se recorrentes as fugas como reação a realidade vivida (ASSUNÇÃO, 2009; MARIN, 1999).

Cambraia e Lobato (2013), abordam que durante o século XVII e primeiras décadas de XVIII, predominava na Amazônia a exploração e escravidão indígena. Em meados de 1700 as características econômicas passavam por transformações e a escravidão do indígena era “substituída” pela escravização do africano. Deste modo, o “projeto pombalino para Amazônia previa a substituição do braço indígena pelo africano e da economia extrativista pela agrária” (CAMBRAIA; LOBATO, 2013, p. 54).

No entanto, a escravização do indígena continuou, a construção da Nova Mazagão evidencia essa “transição” do uso e exploração do trabalho indígena e africano, os índios eram explorados nas construções e proibidos de desenvolverem suas atividades agrícolas e os africanos escravizados para desempenharem o trabalho agrícola.

Os mazaganistas também sofreram mudanças nas suas relações de trabalhos que desempenhavam na Mazagão Africana. Afirma Vidal (2008, p. 176) que “os mazaganenses mudaram de natureza jurídica, passando do estatuto de soldados para o de povoadores, como consequência da mutação operada pelas autoridades coloniais. Em Nova Mazagão, eles devem pôr em prática a nova identidade de *colonus*, soldado-agricultor”. Assim, o soldado da Mazagão Africana transformou-se em colono na “Nova” Mazagão, ou seja, na concepção portuguesa o soldado era forte suficiente para resistir ao trabalho agrícola na Amazônia (produção de algodão e arroz).

A transferência dos mazaganistas para a “Nova” Mazagão tinha como garantia o pagamento de ajuda de instalação (pensões) e o direito de constar o nome na lista de beneficiário de moradia, o pagamento foi dividido em dois momentos: primeiro na Praça de Lisboa e outro

em Belém. Para Marin (1999) esse acordo com os mazaganistas (soldado-agricultor) promoveu um sistema de dívidas e obrigação da venda de produto exclusivamente a Companhia de Comércio. Tornou os colonos dependentes das regras estabelecidas pela Coroa e exigidas pela Companhia, “o trabalho da terra era obrigatório, podendo os colonos receberem honras por sua aplicação e, caso contrário, punição” (MARIN, 1999, p. 38).

Os colonos foram estimulados a produzir arroz e algodão para suprir demandas do mercado externo, bem como o abastecimento da metrópole. Esta tentativa de transformar os mazaganistas em colonos, foi um projeto de implantação de colônia agrícola defendida por Mendonça Furtado desde a fundação de Macapá, pois acreditava-se que o norte do delta do Amazonas era um solo fértil para a plantação de arroz (MARIN, 1999; VIDAL, 2008).

Cambraia e Lobato (2013, p. 44) afirmam que, “[...] em meados do século XVIII, devido à queda das drogas do sertão no comércio internacional, a economia amazônica foi reorientada para a produção agrícola”. Esta política econômica foi adotada no povoamento da “Nova” Mazagão, Vidal (2008) demonstra através dos recenseamentos produtivos, que os colonos mazaganenses não foram grandes produtores de arroz e algodão, sim pequenos produtores com diversidade produtiva e de subsistência.

Em 1797, na “Nova Mazagão” a produção de arroz, algodão, mandioca, milho representava 4.858 réis, em Macapá era de 10.969 réis. Além da comparação entre a vila, observa-se que Mazagão era dependente de Macapá, necessitava do beneficiamento da matéria prima e encontrava dificuldade para escoar a produção (MARIN, 1999).

Mediante as imposições e condições precárias em que se encontravam os mazaganistas, Araújo (1998) afirma que eles não aceitavam o papel de colonos, reivindicavam aos representantes da coroa os benefícios prometidos no início do deslocamento e solicitavam através de cartas atitudes da Rainha sobre a precária condição de vida. Após diversas tentativas, no ano de 1783 os mazaganistas conseguiram a autorização da Rainha para deixar a “Nova” Mazagão, porém tinham como condição permanecer no Estado do Pará, devido o papel da manutenção do povoamento na região.

A referida decisão provocou o abandono da “Nova” Mazagão, segundo Araújo (1998, p. 286), “[...] no século XIX começou a instalação de um novo núcleo urbano nas suas proximidades e aquela que fora batizada de Nova Mazagão, passou a ser Mazagão Velho”. Assim, a “Nova” Mazagão (Mazagão Velho) declinava para nascer a outra Nova Mazagão (atual sede municipal).

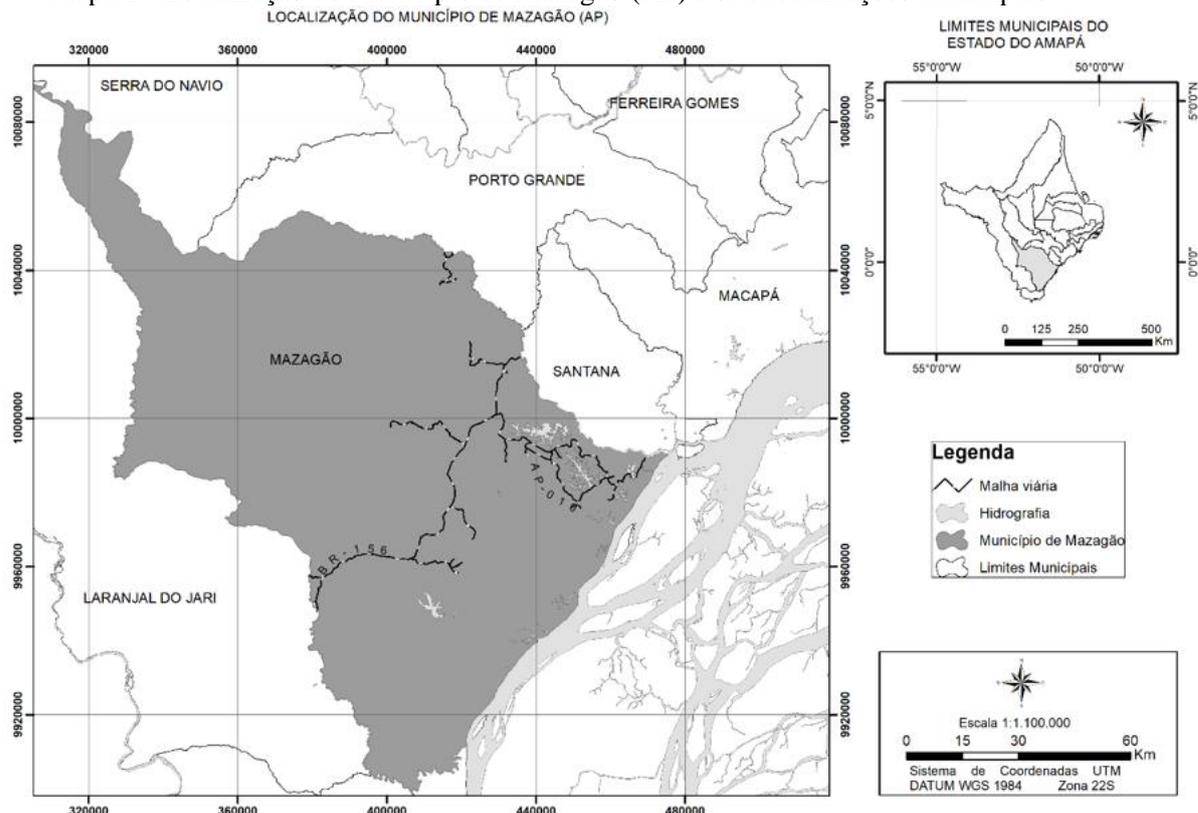
O processo histórico e geopolítico de Mazagão revela que apesar das dificuldades enfrentadas pelo mazaganistas, eles foram capazes de resistir e promover o renascimento da

“Nova” Mazagão na Amazônia. Parafraseando Assunção (2008), a cidade morreu em Marrocos para renascer como fênix do outro lado do Atlântico (Amazônia). Através da Mazagão Africana (Marrocos) foi possível renascer a “Nova” Mazagão no rio Mutuacá, com o declínio desta, renasceu a Mazaganópolis (atual Mazagão Novo), sede do município de Mazagão (AP).

O município de Mazagão situa-se ao sul do estado do Amapá a 32 Km da capital Macapá. No Mapa 2 é demonstrando a localização do Município de Mazagão (AP) e sua delimitações municipais, o município tem limites com os municípios de Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Vitória do Jari (COSTA, 2016; IBGE, 2010b).

Mazagão foi o 2º município instituído no estado do Amapá (1890), desmembrado de Macapá em 1856, sua área representava 46.787,9 km². Após seu desmembramento e a formação dos municípios: Laranjal do Jari e Vitória do Jari, reduziu sua área para 13.189,6 km². Em divisão territorial de 1995, o município passou a ser dividido em três distritos: Mazagão, Carvão e Mazagão Velho. No censo de 2010 a população do município era de 17.032 pessoas, entre elas 8.272 moravam na zona urbana e 8.760 na zona rural, com a estimativa do ano 2019 de 21.632 pessoas (COSTA, 2016; IBGE, 2010b; RABELO *et al.*, 2005).

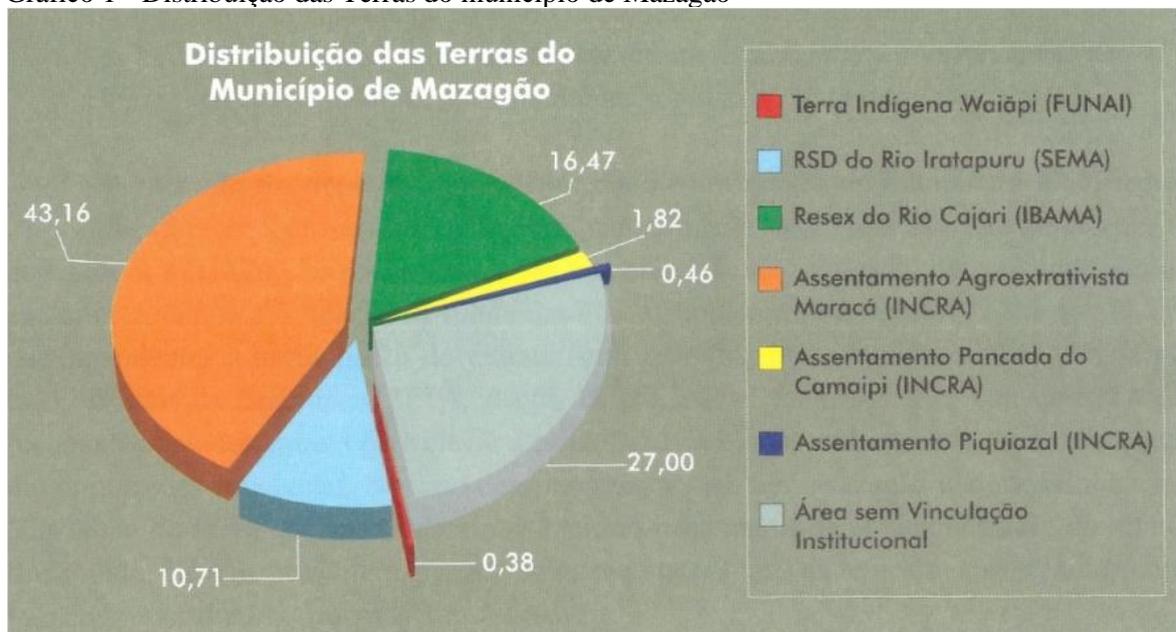
Mapa 2 - Localização do Município de Mazagão (AP) e sua delimitações municipais



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No Gráfico 1 é demonstrado a distribuição das Terras do município de Mazagão, sendo que 73% do território de Mazagão encontra-se ocupado por áreas institucionais: Terra indígena regulamentado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ocupado pelos Waiãpis (0,38%); Assentamentos de reforma agrária (INCRA), representado pelo Assentamento Agroextrativista Maracá (43,16%), Assentamento Pancada do Camaipi (1,82%) e Assentamento Piquiazal (0,46%); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RSD) instituída pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA), território da RSD do Rio Iratapuru (10,71%); Reserva Extrativista vinculada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), representado pela Resex do Rio Cajari (16,47%). Os 27% de áreas não institucionalizadas, compreende-se a sede municipal, aos distritos, pequenas posses e atividades produtivas (RABELO *et al.*, 2005).

Gráfico 1 - Distribuição das Terras do município de Mazagão



Fonte: Rabelo *et al.* (2005), dados do Centro de Ordenamento Territorial (COT) e Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) (2003).

Os assentamentos rurais no Amapá emergiram da política de reforma agrária em 1987, promovida pelo INCRA e pelas ações do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a medida visava atender as reivindicações sociais rurais que exigiam direito a terra. Como resultado deste processo existem 54 assentamentos rurais no estado do Amapá. Em Mazagão, o primeiro assentamento foi criado em 1987 (Assentamento Piquiazal) com 26.000 hectares, já no ano de 1988, foram criados os Projetos de Assentamentos Extrativistas Maracá I, II e III (363.500 hectares) e unificados em 1997, se tornaram o Assentamento Agroextrativista do

Maracá (569.208 hectares), considerado o maior assentamento do estado do Amapá, que concentra uma área importante no extrativismo de castanha-do-brasil (RABELO *et al.*, 2005).

O acesso aos territórios ocorre pelas vias estaduais AP-010 (Mazagão Velho) e AP-020 (Ramal do Camaipi) que adentram as áreas no sentido do rio Vila Nova, Mazagão Velho e o entroncamento da AP-020 com a BR-156 (Laranjal do Jari). Nas vias estaduais e ramais, localizam-se as vilas de Carvão, Ajudante e Mazagão. O acesso fluvial ocorre através do canal Norte do Rio Amazonas e outros rios conexos, utilizados para circulação de pessoas (ribeirinhos) e produção local (açai, camarão, banana, etc.). Nestes territórios encontra-se os principais setores e núcleos de colonização rural, habitados pela população ribeirinha⁸ nos rios Vila Nova, Preto, Mutuacá, Mazagão, Furo do Mazagão e canal Norte (RABELO *et al.*, 2005; RIBEIRO, 2011).

Segundo o Relatório Municipal de Informações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos Municípios brasileiros (MDS, 2018), o município de Mazagão desempenha importante papel na agricultura familiar, em 2016 apresentava 351 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e 34 estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar. Entre os alimentos mais produzidos no ano 2015, foram: a raiz da mandioca 12.558,00 toneladas, banana 1.558 toneladas, Laranja 924 toneladas.

De acordo com Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), Mazagão possui um baixo índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁹ com 0,592 em 2010, ocupava a 4.331ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. No ranking, o município brasileiro com o maior índice (0,862) é São Caetano do Sul em São Paulo e o menor (0,418) de Melgaço no Pará (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Na avaliação o indicador que mais contribuiu para o IDHM de Mazagão foi a Longevidade com 0,758 (70, 5 anos), seguida de Renda com 0,609 (a renda per capita média cresceu 117,38% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 162,67, em 1991, para R\$ 173,83,

⁸A vida ribeirinha caracteriza-se pelas diversidades de relações que as populações locais vivem com o meio natural (produção de alimentos, construções de moradias, etc.), utilizam os rios e seus regimes de cheias e vazantes como principal fluxo de transporte (RABELO *et al.*, 2005).

⁹O número de IDHM varia de 0 a 1, próximo de 1 significa maior desenvolvimento do município. As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal encontram-se representadas desta maneira: 0 a 0,499 (Muito baixo); 0,500 a 0,599 (Baixo); 0,600 a 0,699 (Médio); 0,700 a 0,799 (Alto) e 0,800 a 1 (Muito alto) (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

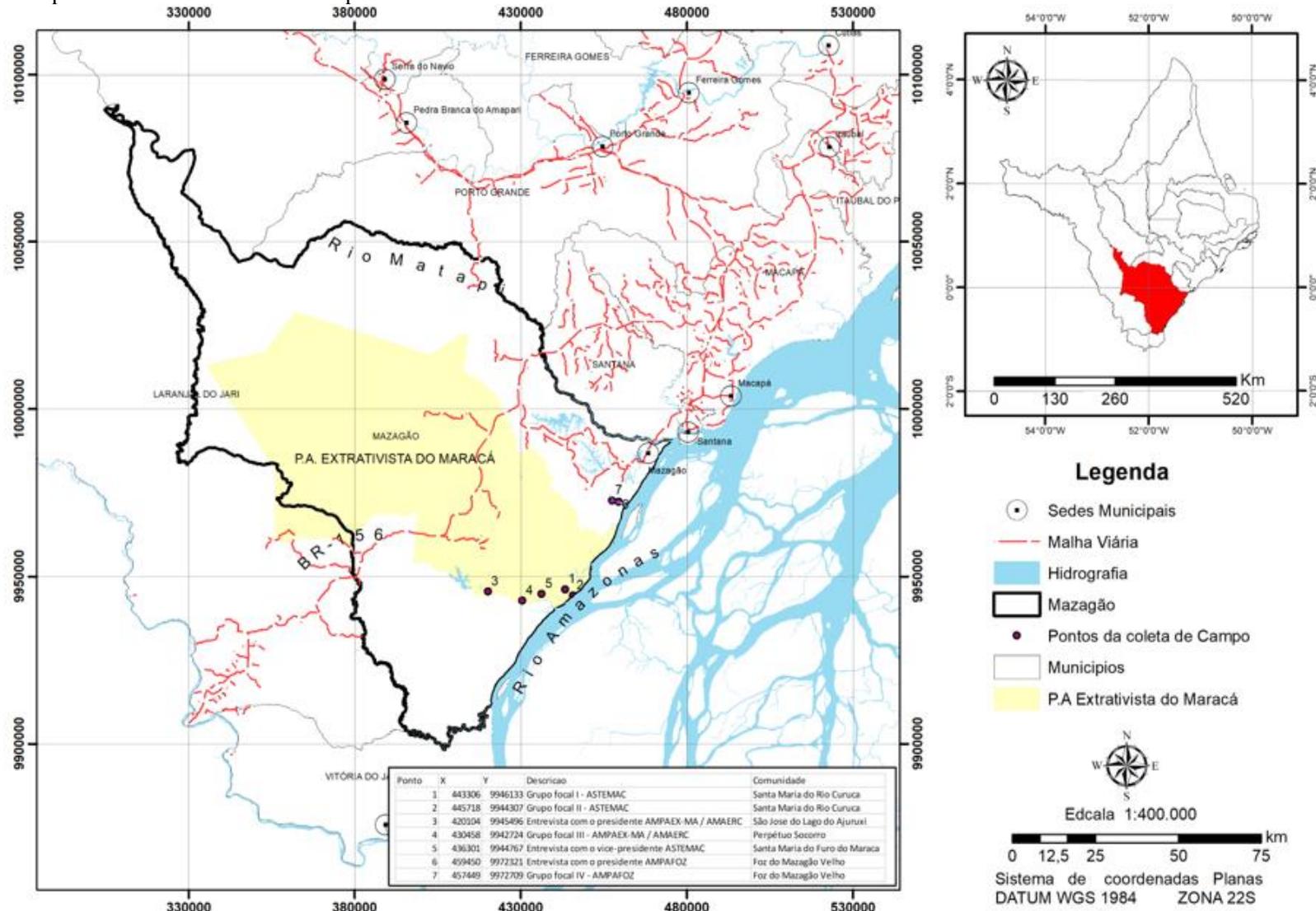
em 2000, e para R\$ 353,61 em 2010) e Educação com 0,449 (75,19% da população de 6 a 17 anos estavam cursando o ensino básico regular) (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Portanto, o renascimento da Mazagão na Amazônia possibilitou uma nova formação geopolítica do município, na realidade atual estão presentes os contrapontos entre as suas potencialidades territoriais, produtividades e o baixo IDHM. O baixo IDHM foi identificado como um dos principais motivos para a maior participação do município de Mazagão no PAA/CDS no estado do Amapá.

4.3 Lócus da pesquisa

As associações participantes estão situadas em comunidades ribeirinhas pertencentes ao Assentamento Agroextrativista do rio Maracá e Assentamento Foz do Mazagão Velho. O Assentamento Agroextrativista do rio Maracá existe desde 28 de abril de 1997, formado por 1.993 famílias e com capacidade para 2.500. Enquanto que, o PAE Foz do Mazagão Velho foi criado em 16 de julho de 2012, com área de 13.835 hectares, a capacidade para 300 famílias, constituído por 261 famílias assentadas (FILOCREÃO; SILVA, 2016; INCRA, 2017) (MAPA 3).

Mapa 3 - Pontos de coleta de campo



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O principal acesso as comunidades pesquisadas são fluviais, o deslocamento para pesquisa de campo foi realizado em lancha metálica com capacidade para 6 passageiros (FOTOGRAFIA 1) e esse transporte pertence a ASTEMAC.

No período da pesquisa de campo os representantes da ASTEMAC e da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Maracá (ATEXMA) tinham atividades nas comunidades do Assentamento Maracá e Foz do Mazagão Velho, através do diálogos com os mesmos foi feito o deslocamento até as comunidades dos agricultores participantes da pesquisa. Foram três dias de pesquisa de campo (mês de outubro 2019), a duração da viagem até a primeira associação pesquisada (ponto 1 e 2, ASTEMAC) tendo em média 3 horas, com a saída do Igarapé da Fortaleza município de Santana até a comunidade Santa Maria do rio Curuçá em município de Mazagão.

Fotografia 1 - Transporte utilizado na pesquisa de campo



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

Os pontos 1 a 5 no Mapa 3, representam as comunidades de agroextrativistas situados no Assentamento Agroextrativista do rio Maracá. Os pontos 1 e 2, representam os Grupos Focais I e II realizados na ASTEMAC, localizado na comunidade Santa Maria do rio Curuçá, composta por 68 famílias. Na Fotografia 2 pode ser observado as moradias e meios de transportes em Santa Maria do rio Curuçá, onde observa-se as características ribeirinhas da comunidade Santa Maria do rio Curuçá, Mazagão.

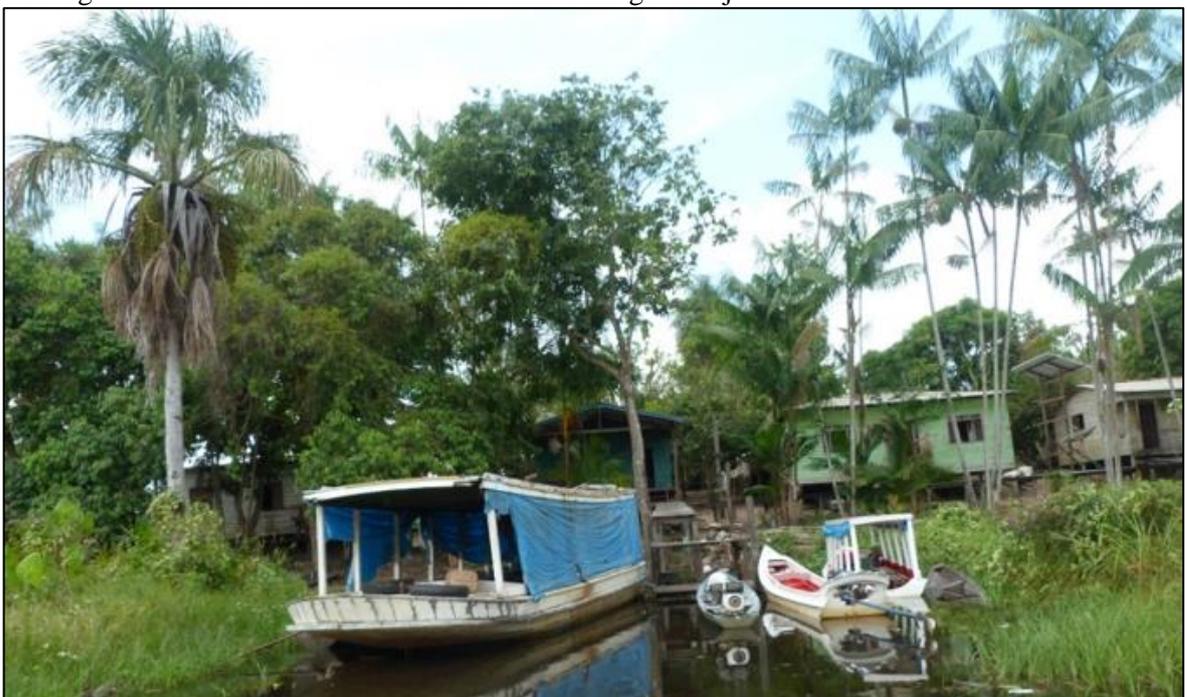
Fotografia 2 - Moradias e meios de transportes em Santa Maria do rio Curuçá



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

O ponto 3 identifica as entrevistas com as representantes da AMAERC e AMPRAEX na comunidade São José do Lago do Ajuruxi, constituída de 50 famílias (em média 206 pessoas). Na Fotografia 3 é evidenciado o local de embarque e desembarque de pessoas e alimentos, os meios de transportes fluviais, bem como as moradias.

Fotografia 3 - Porto da comunidade São José do Lago do Ajuruxi



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

O ponto 4 representa o Grupo focal III formado por agricultores familiares da AMAERC e AMPRAEX, realizado na comunidade de Perpétuo Socorro, onde residem em média 15 famílias (35 pessoas). Na Fotografia 4 um panorama da comunidade Perpétuo Socorro, com os meios de transportes e a igreja da comunidade.

Fotografia 4 - Vista da comunidade Perpétuo Socorro



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

O ponto 5 identifica a entrevista com a Vice-presidente da ASTEMAC na comunidade de Santa Maria do Furo do Maracá, onde residem 59 famílias. Na Fotografia 5 é apresentado a arquitetura das moradias (suspensas de madeira, algumas com cobertura de telha e outras de palha) e ponte de acesso as casas.

Os pontos 6 e 7 no Mapa 03, estão situados na PAE e comunidade Foz do Mazagão Velho, onde residem 150 famílias (média de 936 pessoas). A formação da comunidade é resultante de escravos fugitivos do processo de instalação da Mazagão Africana (Nova Mazagão), que resistiram a dominação portuguesa e buscaram desenvolver atividades agrícolas e recomeçar a vida nas regiões atualmente compreendidas como Carvão e Foz do Mazagão (LOMBA; FONSECA, 2017).

Neste sentido, o ponto 6 indica o local de entrevista com a representante da AMPAFOZ na comunidade Foz do rio Mazagão Velho. Na Fotografia 6 um registrou no momento de reunião de associados e seus meios de transportes.

Fotografia 5 - Casas da comunidade de Santa Maria do Furo do Maracá



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

Fotografia 6 - Centro comunitário da Foz do rio Mazagão Velho



Fonte: Pesquisa de campo, registro da AMPAFOZ (2019).

O ponto 7 localiza a reunião do Grupo Focal IV e na Fotografia 7 é o registro da casa de uma família da comunidade e participante da pesquisa.

Fotografia 7 - Espaço da reunião do Grupo Focal IV - AMPAFOZ



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

Em um estudo na comunidade Foz do rio Mazagão, Lomba e Fonseca (2017) destacam características dos modos de vida ribeirinho, que foram encontrados em todas as comunidades onde estão situadas as associações participantes da pesquisa. Observou-se que as estruturas das casas são de madeiras e suspensas para proteger do aumento do nível do rio, algumas comunidades fazem usos de pequenas serrarias para beneficiamento da madeira. Os principais meios de transportes são barcos a motor (Catraio e rabeta) e canoa a remo, alguns com estruturas simples (canoas, rabetas e catraios) e modernas (voadeiras de alumínio).

Em geral, os participantes da pesquisa têm como características comuns o que Rabelo *et al.* (2005, p. 32) definem por sistema produtivo ribeirinho “é caracterizado por padrões de subsistência, onde predomina o uso da mão-de-obra familiar e de baixa apropriação de recursos tecnológicos”. Pois, desenvolvem atividades, tais como: agricultura familiar (lavoura convencional) de plantação de mandioca, banana, milho, etc.; e o extrativismo de frutos, peixes, madeiras, entre outros. São utilizados para suprir as necessidades internas (familiares) e para o mercado externo (Santana, Macapá, CONAB, etc.).

Assim, o Lócus da pesquisa de campo possibilitou compreender os modos de vidas dos participantes (representantes das associações e agricultores familiares associados), suas realidades econômicas, sociais, geopolíticas e culturais, entre outros. Contribuiu para analisar e compreender os dados da pesquisa.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar as contribuições e limitações do PAA/CDS em associações do município de Mazagão/AP, adotou-se a metodologia de pesquisa quantitativa-qualitativa, que Minayo (1994) define como um conjunto de métodos que não se opõe, mas se complementam, porque ambos podem estudar a mesma realidade através de dinâmicas diferentes (subjetividade e objetividade). Por isso, foram executados um conjunto de procedimentos metodológicos, dividido três etapas: primeira etapa - pesquisa exploratória e bibliográfica, segunda etapa - documental, terceira etapa - pesquisa de campo (entrevistas narrativas, grupos focais e aplicação do Método MAS do PAA/CDS).

Após a qualificação do projeto de pesquisa, foi submetido a Plataforma Brasil e recebeu parecer aprovado pelo Comitê de Ética da UNIFAP (CAAE: 13259419.4.0000.0003, Número do Parecer/CEP: 3.374.205).

5.1 Primeira etapa: Pesquisa Exploratória e Bibliográfica

A pesquisa exploratória levantou informações sobre o objeto estudado, contribui para a delimitação do campo de trabalho e suas manifestações. A pesquisa exploratória representa o primeiro contato do pesquisador com seu objeto de pesquisa (SEVERINO, 2007). Pois, para analisar as contribuições e limitações do PAA/CDS, foi necessário conhecer previamente as teorias sobre agricultura familiar e políticas públicas, bem como sua abrangência do programa no cenário nacional, regional e local. Após a escolha do objeto de estudo e sua delimitação, a pesquisa bibliográfica se delineou através de livros, periódicos, dissertações, teses, entre outros (MARTINS; THEÓFILO, 2009).

Costa (2012) corrobora que a discussão sobre a agricultura familiar e/ou camponesa está centrada sobre fundamentos teóricos metodológicos diversificados, em particular concepções teóricas dedutivas e indutivas. Nas abordagens dedutivas marxistas por exemplo, percebe-se os interesses em compreender os avanços do modo de produção capitalista e a resistência do modo de produção não capitalista (campesinato). Enquanto que na concepção indutiva, tendo como um dos expoentes o Chayanov, identifica-se no processo de expansão do capitalismo a participação camponesa nas relações de mercado e suas configurações cooperativas.

Assim, a diversidade teórica da compreensão da agricultura familiar e suas inter-relações com as políticas públicas (PAA), permitiu recorrer a outros procedimentos metodológicos (pesquisa documental e pesquisa de campo) para o aprofundamento da pesquisa.

5.2 Segunda etapa: Pesquisa documental

A pesquisa documental envolve fontes já existentes, são documentos (imagens, relatórios, dados estatísticos) que necessitam de análise e interpretação do pesquisador para os fins desejados (FLICK, 2013). A pesquisa documental foi realizada em dois momentos: o primeiro refere-se as consultas no banco de dados da Transparência Pública do PAA (consultaweb.conab.gov.br) (CONAB, 2019), onde se coletou informações sobre valores e a situação dos projetos do PAA formalizados.

Na Captura de Tela 1 é demonstrado que a página inicial permite acessar os valores destinados para cada estado do Brasil e seus respectivos anos, bem como a modalidade do programa e os órgãos financiadores.

Captura de Tela 1 - Página inicial da Transparência Pública do PAA

UF	Quantidade de CPRs		Valor Formalizado R\$
ACRE	ENCERRADO	1	200.000,00
	Total	1	
ALAGOAS	ENCERRADO	76	17.206.982,75
	Total	76	
AMAPÁ	ENCERRADO	23	9.299.060,50
	Total	23	

Fonte: Extraído da Transparência Pública do PAA (CONAB, 2019).

No momento em que o usuário seleciona o estado, tem acesso aos municípios que participaram e seus respectivos valores anuais, como apresentado na Captura de Tela 2 os municípios com recursos formalizados.

Ao selecionar o município, o usuário tem acesso as organizações que receberam recursos, como demonstrado na Captura de Tela 3, na parte inferior da página estão os dados sobre os produtos ofertados, os fornecedores/agricultores e as instituições beneficiadas com a doação. Na referida ilustração, os números dos documentos e valores individuais recebidos pelas associações estão ocultos em respeito aos princípios éticos da pesquisa

Captura de Tela 2 - Municípios com recursos formalizados

Fonte: Extraído da Transparência Pública do PAA (CONAB, 2019).

Captura de Tela 3 - Organizações receptoras do município de Mazagão/AP em 2014

CPR	CNPJ	Organização Fonecedora	Data de Vencimento	Situação	Valor Formalizado R\$	Valor Executado R\$	Devolução R\$
		ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DA RESERVA CAJÁ-ARCEÇA	30/12/2015	ENCERRADO			0,00
		ASSOC. DAS MULHERES M T DA CADEIA DE PRODUTOS DA SOCIOBIOVERSIDADE NO ALTO RESEX-CAJARI-AMOBIO	23/12/2015	ENCERRADO			0,00
		ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EXTRATIVISTAS DAS COMUNIDADES DO CURUÇA E PURO DO MARACA	30/12/2015	ENCERRADO			0,00
		ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES DA RESERVA AGROEXTRATIVISTA DO BAIXO CAJARI	30/12/2015	ENCERRADO			0,00
Total					4.413.951,00	4.413.951,00	0,00

De dados ora disponibilizados podem surgir alterações a qualquer momento, determinadas pela dinâmica da atividade agrícola.

Fonte: Extraído da Transparência Pública do PAA (CONAB, 2019).

O segundo momento da pesquisa documental e de campo tornou-se necessário para suprir ausências de dados não encontrados na Transparência do PAA, em particular sobre informações do início do programa no estado do Amapá. Este momento foi realizado no dia 07 de outubro de 2019 na CONAB em Macapá/Ap, mediante autorização da CONAB

(APÊNDICE A), analisou-se documentos (físicos) de projetos das organizações participantes aprovados em 2009 (FOTOGRAFIA 8).

Fotografia 8 - Primeiros projetos do PAA/CDS contemplados no estado do Amapá



Fonte: Pesquisa de campo e documental, registro do autor (2019).

O acesso a Transparência do PAA e os arquivos físicos (processos de participações) foram fundamentais para um resgate histórico, quantitativo e qualitativo do PAA no estado do Amapá, em particular do município de Mazagão. Através da pesquisa documental foi possível identificar as associações e cooperativas participantes, agricultores familiares (fornecedores), os produtos ofertados e as instituições beneficiadas (consumidores) com as doações.

5.3 Terceira etapa: Pesquisa de campo – Entrevista Narrativa (EN), grupo focal e o MAS

A partir da pesquisa exploratória, bibliográfica e documental foi identificado que no período em análise, o PAA/CDS beneficiou 16 organizações entre associações e cooperativas do município de Mazagão, No Apêndice B é informado as participações das organizações de Mazagão, os nomes das organizações agroextrativistas beneficiadas (ordem de decrescente de participação) e os valores de recursos recebidos em cada ano.

De acordo com a CONAB e a Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI) (2019), no ano de 2019 foram 26 projetos classificados no Amapá, de sete municípios (Mazagão, Vitória do Jari, Tartarugalzinho, Porto Grande, Macapá, Itauba e Santana), o total

dos valores dos projetos somaram R\$ 3.888.051, 97. O município de Mazagão ocupou os quatro primeiros lugares no ranking da classificação estadual, mas até o momento da pesquisa documental e campo (outubro 2019) não existiam recursos disponíveis para execução dos projetos.

Foram selecionadas e convidadas a participarem da pesquisa de campo seis associações, entre elas: duas primeiras com os maiores recursos e participações no PAA/CDS, duas intermediárias e duas com os menores participações e recursos. Porém, não foi possível realizar pesquisa de campo em todas, os representantes da 2ª associação com maior participação e a outra intermediária (7ª colocada) demonstraram interesse em participar da pesquisa, mas no período da realização do trabalho de campo os mesmos estavam viajando para tratar de assuntos de interesses das associações.

Justifica-se também que a 16ª não foi selecionada para participar da pesquisa de campo porque ela encontrava-se na Transparência do PAA como recurso devolvido, logo não existia registro de entrega de alimentos pelos seus agricultores familiares (CONAB, 2019).

Deste modo, participaram da entrevista narrativa cinco representantes das associações dos agricultores: a presidente (Representante ASTEMAC I) e a vice-presidente da ASTEMAC (Representante ASTEMAC II), presidente da AMPAFOZ (Representante AMPAFOZ), presidente da AMPAEX-MA (Representante AMPAEX-MA) e tesoureira da AMAERC (Representante AMAERC). Foi entrevistada também a superintendente da CONAB no Amapá (Representante CONAB), uma das primeiras servidoras da instituição e que trabalha desde o início com o PAA no Amapá.

Na Tabela 1 é apresentado o nome das associações participantes e a quantidade de agricultores beneficiados por ano.

Tabela 1 - Associações participantes da pesquisa

ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES DA PESQUISA										
ASSOCIAÇÕES/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
1º ASTEMAC	36	49	50	90	214	192	73	-	-	704
8º AMPAFOZ	-	-	-	-	-	20	31	-	-	51
14º AMPAEX-MA	-	-	-	-	-	-	-	19	-	19
15º AMAERC	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
Total de agricultores beneficiados										794

Fonte: Dados da Transparência PAA (2019), organizado pelo autor (2020).

A pesquisa com os agricultores familiares foi realizada através da formação de grupos focais, compostos por três agricultores em cada grupo. Antes das sessões dos grupos focais os

agricultores individualmente responderam o questionário do MAS. Foram realizados dois grupos focais com os agricultores familiares da ASTEMAC, um grupo focal com agricultores familiares AMPAFOZ e um grupo focal heterogêneo¹⁰ com agricultores familiares AMPAEX-MA e AMAERC. Assim, amostra da pesquisa foi de 18 participantes (1 representante CONAB, 5 representantes associações e 12 agricultores familiares).

A pesquisa de campo apresenta-se como o fortalecimento dos procedimentos já apresentados. Segundo Cruz Neto (1994), a pesquisa de campo é a relação entre fundamentação teórica do objetivo e o a realidade empírica estudada. Neste caso, o pesquisador torna-se um mediador de informações teóricas e práticas, assim a pesquisa de campo produz refutações ou corroborações para a hipótese levantada.

Na sua realização adotou-se três técnicas de pesquisa: Entrevista Narrativa com os representantes das associações de agricultores familiares e representante da CONAB; sessões de grupos focais e aplicação do questionário do MAS com agricultores familiares.

A entrevista narrativa é um método de pesquisa qualitativa não estruturada, ou seja, não segue um roteiro de perguntas e respostas formal. Esta proposta de investigação científica surgiu na Alemanha da década de 80, formulado pelo cientista social Fritz Schütze, que criticava os métodos tradicionais de pesquisa na Sociologia (Ciências Sociais), entre eles a entrevista estruturada e semiestruturada (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008; RAVAGNOLI, 2018). A entrevista narrativa torna-se uma alternativa para coleta de dados a partir dos relatos das experiências e vivências dos entrevistados.

Para Jovchelovitch e Bauer (2008) a realização da entrevista narrativa necessita de quatro procedimentos, são denominados de iniciação, narração central, fase das perguntas e fala conclusiva. No Quadro 2 é apresentado os procedimentos da cada entrevista narrativa, caracterizando cada fase desta técnica. A preparação é um processo que antecede os procedimentos, ou seja, é a preparação e organização para a entrevista narrativa.

Os quatro procedimentos da entrevista narrativa foram preparados e utilizados junto aos representantes das associações e representante da CONAB, o texto inicial e as questões exmanentes encontram-se detalhados no Apêndice C.

Flick (2009), alerta aos pesquisadores para riscos na condução desta entrevista, em casos de não fluidez de uma narração que dialogue com o objeto de estudo proposto. Nesta pesquisa,

¹⁰De acordo com Flick (2009) existem dois tipos de grupos focais o homogêneo e heterogêneo: homogêneo os participantes perfis semelhantes e o heterogêneo os participantes são dotados de características diferentes e relevantes para a pesquisa .

os problemas foram mínimos, os participantes sentiram-se à vontade para relatar suas experiências de vida e as instituições que representam, bem como contribuíram para um resgate histórico do PAA no Amapá, específico no município de Mazagão.

Quadro 2 - Principais procedimentos da entrevista narrativa

PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DA ENTREVISTA NARRATIVA	
FASES	REGRAS
Preparação	Exploração do campo e Formulação de questões exmanentes
1ª Fase: Iniciação	Formulação do tópico inicial para a narração, ou seja, elaboração de um texto inicial
2ª Fase: Narração central	Tempo necessário para o entrevistado relatar suas história e fatos relacionados e o entrevistador não interrompe o entrevistado até atingir a saturação.
3ª Fase: Fase das perguntas	Relacionar as questões exmanentes da preparação com a história narrada pelo entrevistado.
4ª Fase: Fala conclusiva	O entrevistador desliga o gravador e pode realizar anotações e tirar dúvidas ainda não esclarecidas.

Fonte: Organizado a partir de Jovchelovitch e Bauer (2008).

Em Jovchelovitch e Bauer (2008) e Schütze (2011), a análise da entrevista narrativa envolve seis principais passos, o primeiro é a transcrição detalhada das informações orais/verbais; o segundo é a divisão textual do material em indexado (ações temporais: quem fez o quê, quando, onde e por quê) e não indexado (valores subjetivos dos fatos narrados); o terceiro são os ordenamentos dos acontecimentos narrados (trajetórias); o quarto é a realização da análise das dimensões não-indexadas como conhecimentos (concepção do informante sobre a temática estudada), o quinto é o agrupamento e as comparações entre as trajetórias narrativas individuais dos informantes (aproxima-se as narrativas pela afinidade) e o sexto é a formulação de trajetórias coletivas (semelhanças entre as narrativas).

Após a realização das entrevistas narrativas desta pesquisa, as informações foram analisadas de acordo com as sugestões de Jovchelovitch e Bauer (2008) e Schütze (2011), transcritas detalhadamente, respeitando as temporalidades dos fatos narrados, agrupamento das trajetórias individuais e coletivas, assim como as narrativas citadas estão com o travessão (–), que indica a expressão do entrevistado.

Já os grupos focais ou sessões profundas são modalidades de entrevistas realizadas em ambientes informais, que possibilitam reunir os participantes da pesquisa e proporcionar o

diálogo sobre a temática de interesse do estudo (MARTINS; THEÓFILO, 2009; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Para Creswell (2012), os tamanhos dos grupos variam de acordo com a complexidade da temática abordada e do interesse da pesquisa, os grupos focais são formados em média com 3 a 10 pessoas. Os grupos com 3 a 5 pessoas tratam de questões profundas e complexas e os grupos com 6 a 10 se referem a questões cotidianas. Logo, a escolha da quantidade e das características dos participantes dos grupos são definidos em consonância com a dimensão da problemática estudada e os objetivos propostos.

Na realização do grupo o moderador (pesquisador) exerce o papel de motivador das discussões. É importante que o moderador se utilize de um roteiro para explicar os objetivos e as finalidades da pesquisa, bem como para utilizar temas para motivar a participação dos entrevistados (FLICK, 2009; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A partir destas sugestões foi elaborado um roteiro aberto (APÊNDICE D) com temáticas relacionadas com os objetivos da pesquisa e com o método MAS.

Segundo Flick (2009), as principais vantagens desta técnica de entrevista são as riquezas dos dados e o baixo custo para sua realização. Assim, em decorrência da sua riqueza na coleta de dados e também devido à dificuldade para alcançar um quantitativo maior de participantes que residem nas regiões ribeirinhas de Mazagão, optou-se pela formação de quatro grupos focais com três agricultores familiares associados que forneceram alimentos para o PAA.

Os grupos focais foram realizados entre os dias 26 a 28 de outubro de 2019, nas casas de agricultores, as discussões tiveram como foco as contribuições e limitações do PAA/CDS para a agricultura familiar, que possibilitaram elogios, críticas e proposições ao PAA.

No registro fotográfico estão os momentos com os agricultores participantes: Grupo focal I – ASTEMAC (FOTOGRAFIA 9), Grupo focal II – ASTEMAC (FOTOGRAFIA 10), Grupo focal III - AMPAEX-MA/AMAERC (FOTOGRAFIA 11) e Grupo focal IV – AMPAFOZ (FOTOGRAFIA12).

Os locais dos grupos focais estão representados no Mapa 3 – Pontos de coleta de campo, onde a Fotografia 9 – Grupo focal I (ASTEMAC) representa o ponto 1 e a Fotografia 10 – Grupo focal II (ASTEMAC) o ponto 2, ambos situados na Comunidade de Santa Maria do rio Curuçá. Já a Fotografia 11 – Grupo focal III (AMPAEX-MA/AMAERC) identificada no ponto 4 (Comunidade Perpétuo Socorro) e Fotografia 12 – Grupo focal IV (AMPAFOZ), ponto 7 (Comunidade Foz do Mazagão Velho).

Fotografia 9 - Grupo focal I (ASTEMAC)



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

Fotografia 10 - Grupo focal II (ASTEMAC)

Fotografia 11 - Grupo focal III (AMPAEX-MA/
AMAERC)

Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

Fotografia 12 - Grupo focal IV (AMPAFOZ)



Após as sessões de grupos, os diálogos foram transcritos e codificados em consonância com a concepção de análise de dados para grupos focais de Morgan (1996). Para o autor, a análise de dados em grupos focais deve ser codificada para evitar que seja reconhecida apenas concepções individuais ou que o diálogo do grupo seja tratado como uniforme. Por isso, enfatiza que é necessário equilibrar as concepções individuais e coletiva (unidade de grupo) em análises de entrevistas em grupos focais.

Para analisar as informações transcritas, foram observados três fatores: a existência de um código (uma linguagem codificável para pesquisa); se cada integrante mencionou um código (linguagem individual de cada participante) e se a discussão em grupo conteve um determinado código (linguagem de grupo) (MORGAN, 1996).

A codificação de dados dos grupos focais revela as concepções individuais dos participantes e suas interrelações comuns (unidade grupo), essa união de informações representam a compreensão do grupo sobre a temática estudada. Assim, para identificar as concepções dos grupos focais na análise e discussão dos dados, foram denominados como: Grupo focal I – ASTEMAC, Grupo focal II – ASTEMAC, Grupo focal III – AMPAEX-MA/AMAERC e Grupo focal IV – AMPAFOZ.

Antes do início das sessões em grupos, foram aplicados individualmente o Modelo de Avaliação de Satisfação (MAS) do PAA/CDS com os participantes, trata-se de uma metodologia desenvolvida por Nascimento (2015), com a finalidade de proporcionar uma avaliação do grau de satisfação de agricultores familiares sobre o PAA/CDS. A elaboração do MAS tem como base o Modelo Lógico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Escala do Tipo Likert.

Deste modo, o MAS é composto por três variáveis: Variável I, que avalia o perfil socioeconômico dos agricultores familiares; Variável II, que avalia a dimensão política e socioeconômica do PAA/CDS e Variável III, que verifica a satisfação dos agricultores em relação a participação e gestão das associações e/ou cooperativas. Estas variáveis compõe o formulário de coleta de dados (51 perguntas), formuladas de acordo com as Variáveis e Categorias de Construção dos Indicadores do MAS (ANEXO A).

Segundo Malhotra (2011) e Nascimento (2015), a escala de tipo Likert é uma medida que utiliza cinco ou sete categorias de respostas, na escala de cinco respostas adotada neste estudo, os valores das categorias são: “0 = Muito Insatisfeito”; “1 = Insatisfeito”; “2 = Indeciso/Neutro”; “3 = Satisfeito”; “4 = Muito Satisfeito”. Após aplicação dos formulários, os dados são tabulados a partir da metodologia elaborada por Bertolini (2004) e adaptada por Nascimento (2015) ao estudo do PAA, como demonstrado no Quadro 3.

De acordo com o Nascimento (2015, p. 57), “[...] multiplicando-se o número de vezes de cada resposta (**a**) pela respectiva pontuação (pesos) a ela atribuída (**b**). Todos estes resultados são somados (**c**) e, em seguida, divididos pelo número de questões relacionadas à satisfação dos agricultores familiares (**d**)”. Assim, o (**e**) representa o Grau de Satisfação agricultores familiares sobre o PAA que é comparado a escala de classificação como demonstrado no Quadro 4.

Quadro 3 - Alocação de Pesos e cálculo do Grau de Satisfação dos agricultores familiares

(a) N° Respostas	(b) Pesos	(a x b)	Resultado (c)
A - Muito Satisfeito	4	(a x b)	
B - Satisfeito	3	(a x b)	
C - Indeciso/Neutro	2	(a x b)	
D - Insatisfeito	1	(a x b)	
E - Muito Insatisfeito	0	(a x b)	
Soma dos Resultados (c)/ N° de questões (d) (e = c / d) = Grau de Satisfação do PAA (e)			

Fonte: Adaptado de Nascimento (2015).

Quadro 4 - Classificação do Grau de Satisfação em Relação ao PAA/CDS

Grau de satisfação em relação ao PAA	Valores
A) Está altamente satisfeito	Entre 3,3 e 4,0
B) Está satisfeito	Entre 2,5 e 3,2
C) Está indeciso sobre os efeitos do PAA	Entre 1,7 e 2,4
D) Está insatisfeito	Entre 0,9 e 1,6
E) Está altamente insatisfeito	Até 0,8

Fonte: Nascimento, Johann e Basso (2018).

Para verificar se os agricultores familiares estão: Muito Insatisfeito, Insatisfeito, Indeciso/Neutro, Satisfeito, Muito Satisfeito, é necessário analisar o valor (e) na escala de classificação, que “[...] obedecem a intervalos de 0,7 pontos e são coloridas para facilitar a visualização dos resultados de acordo com a pontuação: entre 3,3 e 4,0, verde; entre 2,5 e 3,2, azul; entre 1,7 e 2,4, amarelo; entre 0,9 e 1,6, laranja; e até 0,8, vermelho [...]” (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2018, p. 83).

Após aplicações do MAS em pesquisa de campo, Nascimento (2015) percebeu a necessidade da mediação do pesquisador na sua aplicação, ou seja, pesquisador realiza a leitura das questões do formulário aos agricultores e anota as respostas. Nascimento também identificou a ausência de indicadores no formulário de coleta de dados do MAS, são eles: escolaridade e renda.

Contudo, para atender as necessidades deste estudo, foi reformulada a Variável I e incluído o indicador de escolaridade (IBGE, 2017b) e de Renda *per capita* (BANCO MUNDIAL, 2019; IBGE, 2018), já as variáveis II e III foram reformuladas e se tornaram apenas

a Variável II, estas alterações tiveram como finalidades: atender os objetivos desta pesquisa, reduzir o tempo da aplicação do formulário e fortalecer o MAS sem perder sua essência.

Na Variável I o formulário ficou com 25 perguntas (1 a 25) e na Variável II com 20 perguntas (26 a 45), total de 45 perguntas no formulário. Os dados coletados foram tabulados seguindo as orientações de Nascimento (2015) e representados em gráficos de Pizza e Coluna.

Na realização da pesquisa de campo e aplicação das técnicas de pesquisa, foram utilizados documentos, tais como: Parecer Consubstanciado do CEP, Carta de Anuência das associações e CONAB (APÊNDICE A), Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para agricultores familiares e representantes das associações (APÊNDICE E), Formulário MAS (APÊNDICE F), Questões Exmanentes da Entrevista Narrativa (APÊNDICE C) e Roteiro aberto de grupo focal (APÊNDICE D). Os materiais de apoio, foram: Gravador de voz, Sistema de Posicionamento Global (GPS), câmera fotográfica semiprofissional, folhas de papel A4, canetas, prancheta A4, Lancha metálica e combustível (gasolina) para motor (contribuição).

6 CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO PAA/CDS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO/AP

6.1 Perfil socioeconômico das representantes das associações e agricultores familiares

A partir da pesquisa documental e da divisão textual indexada das entrevistas narrativas, estruturou-se as informações sobre as associações participantes que reúne os períodos de criação das associações, quantitativos de sócios e seus respectivos sexos (homens e mulheres) (TABELA 2).

Tabela 2 - Características das associações participantes

CARACTERÍSTICAS DAS ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES		
Nome (Sigla)	Data da criação	Número de agricultores associados 2019
AMAERC	04 de dezembro 2016	43 sócias (100% mulheres)
AMPAEX-MA	08 de dezembro de 2016	53 sócias (100% mulheres)
AMPAFOZ	29 de junho de 2002	130 (100% mulheres)
ASTEMAC	22 de junho de 2007	196 sócios (70% mulheres)

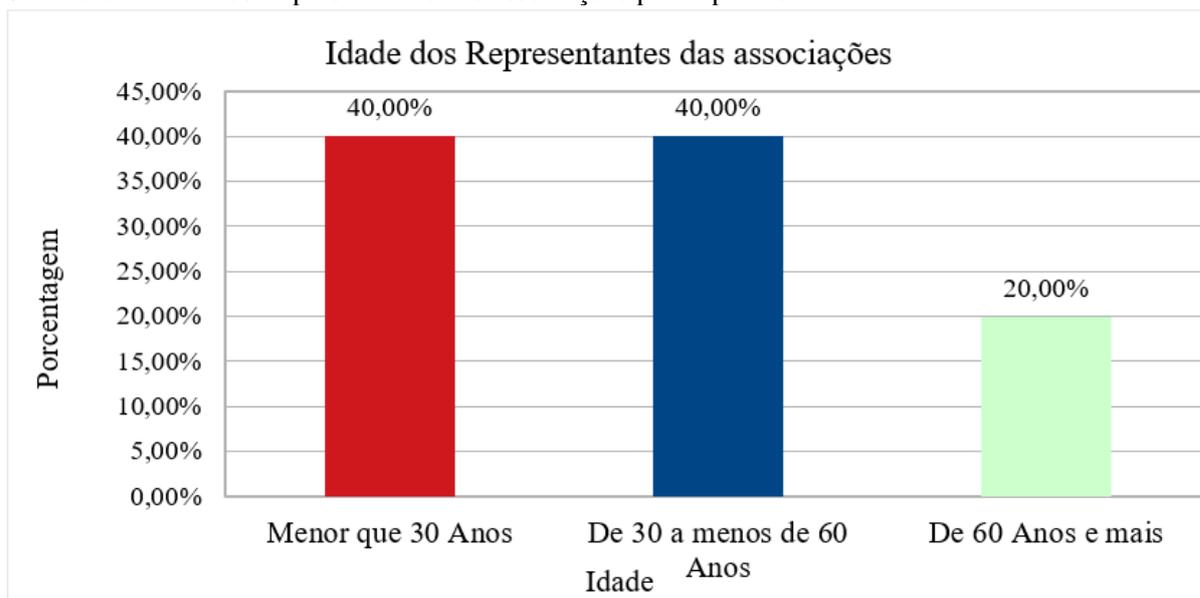
Fonte: Dados da pesquisa de campo (EN), organizado pelo autor (2019).

Participaram da entrevista narrativa cinco representantes das associações, cujo objetivo da entrevista foi compreender as contribuições e limitações políticas e econômicas do PAA/CDS nas organizações e entender os processos participativos dos agricultores familiares associados na elaboração e execução dos projetos do programa. No Gráfico 2 é demonstrado que 80% dos entrevistados tinham até 60 anos idade, ou seja, 40% com idades menores de 30 anos, 40% entre 30 e 40 anos e 20% acima dos 60 anos.

Nas entrevistas narrativas os participantes relataram fatos de suas vivências como representantes das associações e expuseram suas concepções sobre o PAA/CDS. Do total dos representantes entrevistados foram 100% de mulheres, como demonstrado na Tabela 2, as associações participantes tinham a maioria, mulheres como sócias, fator que evidencia o papel das mulheres na agricultura familiar, nas gestões e participações coletivas.

Em estudo realizado na AMPAFOZ por Lomba e Fonseca (2017), perceberam que na região a relação de trabalho dominado pelo marido sofreu mudanças com a organização das mulheres em associações, os autores afirmam sobre a AMPAFOZ que “[...] a associação promoveu a inserção das mulheres na atividade extrativista, de modo que elas tivessem acesso a renda obtida com a venda do produto” (Lomba; FONSECA, 2017, p. 270).

Gráfico 2 - Idade dos Representantes das associações participantes



Fonte: Dados da pesquisa de campo (EN) (2019).

A formação de associações por mulheres foi fundamental para seus reconhecimentos socioeconômicos, assim como contribuiu para descentralização da renda familiar. Observou-se que o PAA/CDS foi um dos motivadores para a participação de mulheres nas organizações, através de seus critérios de pontuações dos projetos (ANEXO B), que atribuía 10 pontos para propostas entre 90% a 100% de mulheres, 8 pontos para propostas entre 60% a 89% de mulheres e 6 pontos para propostas abaixo de 60% de mulheres (CONAB, 2018b).

Nas concepções das entrevistadas os critérios motivaram as participações das mulheres nas organizações. Em relação ao PAA/CDS e suas contribuições para a participação política das mulheres, as representantes da AMAERC e AMPAFOZ relatam que: AMAERC – “[...] foi através do PAA que a gente conseguiu trabalhar ano passado, conseguiu ajudar essas mulheres com projeto” (informação verbal)¹¹. Para AMPAFOZ – “[...] se interessar mais, se associar mais! [...]. Quando eu assumir a associação eram 60, agora somos 130 [...]” (informação verbal)¹².

¹¹ ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAERC). **Entrevista Narrativa V: Representante AMAERC**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (22 min).

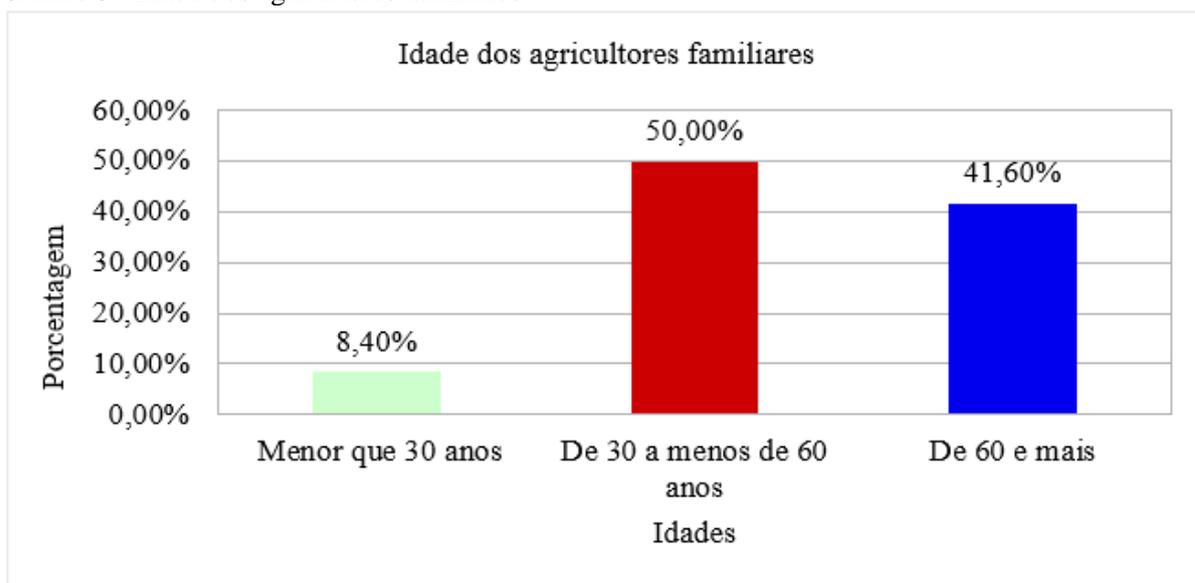
¹² ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTA DA FOZ DO RIO MAZAGÃO VELHO (AMPAFOZ). **Entrevista Narrativa VI: Representante AMPAFOZ**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (18 min).

A representante da AMAERC reconhece a importância do programa como fonte de renda para as mulheres associadas. E a representante AMPAFOZ relata que o PAA/CDS foi motivador para o associativismo das mulheres, bem como relata o aumento no número de mulheres associadas em sua gestão. Observou-se também na pesquisa de campo que mesmo que a maioria das beneficiadas sejam mulheres, alguns maridos apresentam-se como os líderes familiares, ou seja, algumas mulheres são as beneficiadas com o PAA, mas nem sempre são as gestoras familiares do programa.

Nos grupos focais e aplicação do MAS participaram 12 agricultores familiares, as duas técnicas de pesquisa visaram analisar a partir das concepções dos agricultores as contribuições e limitações do PAA/CDS para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão/Ap. Nas discussões dos grupos focais e nas respostas ao formulário (MAS), os participantes dialogaram sobre as contribuições e limitações do PAA/CDS.

O sexo dos agricultores familiares participantes, foi de 58,4% homens e 41,6% mulheres. Suas idades de acordo com o Gráfico 3, 50% estão entre 30 a 60 anos, 41,6% de 60 anos ou mais, apenas 8,4% menor que 30 anos de idade.

Gráfico 3 - Idade dos agricultores familiares



Fonte: Dados da pesquisa de campo (MAS) (2019).

O estudo constatou que 75% dos agricultores participantes da pesquisa, trabalhavam a mais de 10 anos na agricultura familiar, sendo esta a principal atividade econômica. E

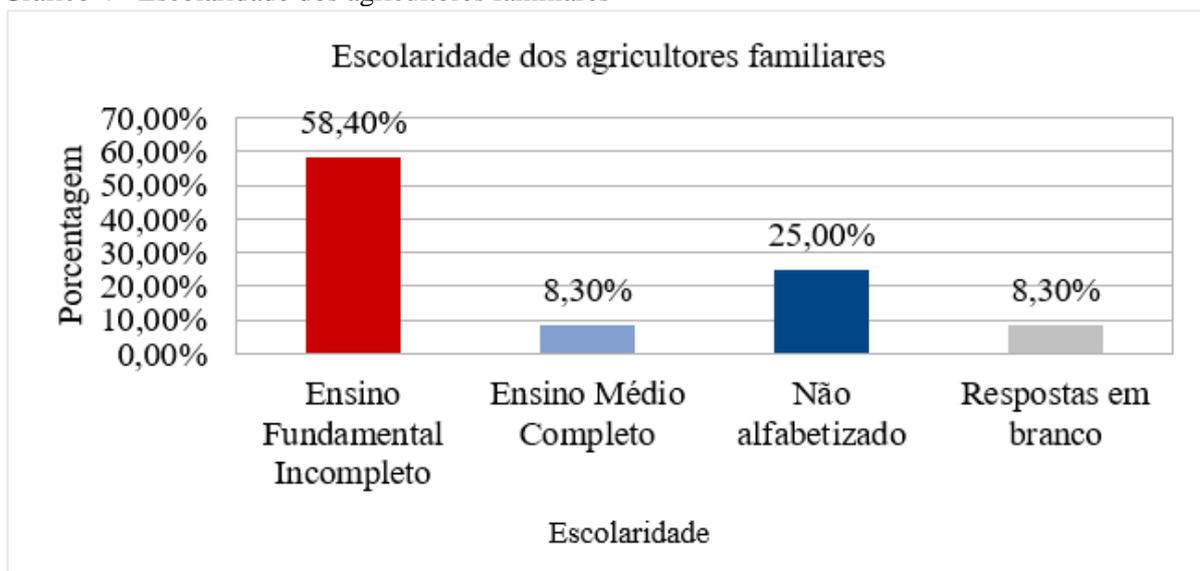
afirmaram que suas propriedades são inferiores a quatro módulos fiscais¹³, esse é um dos requisitos da política nacional da agricultura familiar para caracterizar o agricultor familiar.

A permanência dos agricultores/agroextrativistas em suas propriedades e com suas atividades produtivas familiares, retoma a discussão dos paradigmas teóricos sobre o campesinato. Embora a gênese do agroextrativismo tenha resultado do processo de colonização europeia sobre o extrativismo indígena como a finalidade de atender o mercado (FILOCREÃO, 2007).

Observou-se que atividades agroextrativistas dos participantes estão para além do mercado local e institucional (CONAB), atendem interesses internos da família. Na concepção teórica de Chayanov (1985) eles possuem uma racionalidade produtiva própria que predomina o trabalho e organização familiar o que diferencia da racionalidade capitalista (trabalhador assalariado).

Quanto a escolaridade dos participantes, dos representantes das associações, 40% tinham o Ensino Fundamental incompleto, 20% tinham Ensino Médio incompleto e 40% o Ensino Médio completo. Já o percentual dos agricultores familiares encontra-se representado no Gráfico 4, onde 58,4% tinham o Ensino Fundamental incompleto, 8,3% Ensino Médio completo, 25% não alfabetizado, 8,3% representa resposta em branco (não coletada).

Gráfico 4 - Escolaridade dos agricultores familiares



Fonte: Dados da pesquisa de campo (MAS) (2019).

¹³ De acordo com a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o agricultor familiar não deve ter área superior a 4 módulos fiscais. Em Mazagão 1 módulo é igual 70 ha (BRASIL, 2006; EMBRAPA, 2019).

Segundo o Gráfico 4, 83,4 % dos agricultores familiares não concluíram o Ensino Médio, estão entre não alfabetizados e Ensino Fundamental incompleto. O perfil da escolaridade dos agricultores reflete os dados apresentados no IDHM de Educação (2010), que analisou escolaridade de pessoas adultas do Mazagão (25 anos de idade ou mais), constatou que 29,33% não eram alfabetizados (11,82% média nacional), 32,56% tinham o ensino fundamental completo (50,75% média nacional), 23,24% possuíam o ensino médio completo (35,83% média nacional) e 3,24%, o superior completo (11,27% média nacional) (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

No IDHM de Educação, o número de pessoas adultas não alfabetizadas é maior que das pessoas que concluíram o Ensino Médio e Superior, assim como os índices de escolaridade apresentam-se abaixo da média nacional.

Em estudo da “Avaliação de desempenho dos municípios amapaenses” Costa (2016), aponta que Mazagão apresentou os piores indicadores de “melhoria de qualidade de vida” e “escolaridade”, ocupava o menor índice de alfabetização na faixa etária de 10 anos ou mais, com 81,3% em comparação com os municípios do seu estado, a maior taxa de analfabetismo entre 15 anos ou mais, com 29%. Estes dados negativos contribuíram para o baixo IDHM do município (0,592) em 2010, no ranking do estadual o Mazagão ocupou 15º posição entre os 16 municípios.

O aumento do IDHM municipal era uma das finalidades do PAA/CDS, neste sentido a CONAB adotou o menor valor do IDHM (ANEXO B) como o 1º critério de desempate para pontuação dos projetos, ou seja, a associação ou cooperativa vinculada ao município com menor índice tinha essa vantagem em caso de empate na pontuação do projeto (CONAB, 2018b).

Deste modo, a maior participação do município de Mazagão aos recursos do PAA/CDS releva seus baixos índices de desenvolvimento (Alta Insegurança Alimentar e nutricional, Menor IDHM e menor valor renda per capita por beneficiário fornecedor). Outros fatores que merecem destaque nos critérios de pontuação do PAA/CDS são: a participação de mulheres, participação de assentados de reforma agrária, produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos, valores dos projetos.

Contudo, a caracterização do perfil socioeconômico dos Representantes e Agricultores possibilita compreender as realidades dos atores sociais, que são na concepção de Muller e Surel (2002), elementos chaves na definição e execução das políticas públicas. Em relação aos baixos índices de crescimento do município de Mazagão, em particular no rural, cabe a reflexão de Veiga (2003) que aposta na ruptura da visão vulgar e provinciana do campo e da agricultura familiar, que não valoriza a agricultura como geradora de emprego, renda e bem-estar no

campo. Pois, afirma que para garantir direitos, é necessário criar condições (saúde, escola, logística, entre outras).

Desta forma para entender as contribuições e limitações do programa, assim como as condições em que foi ofertado, é que a seção 6.2 discute o PAA/CDS na perspectiva do desenvolvimento regional.

6.2 PAA/CDS na perspectiva do Desenvolvimento Regional na Amazônia: 10 anos no estado do Amapá

A partir de Sen (2000), compreende-se o desenvolvimento como garantia das liberdades substantivas das pessoas, a definição de “desenvolvimento como liberdade” desmitifica a noção de desenvolvimento como dependência do crescimento econômico. Embora este seja um fator importante para promover a liberdade e o desenvolvimento, ele não é o único indicador de liberdade. O desenvolvimento para além do crescimento econômico valoriza a participação efetiva da população e reconhece os anseios da comunidade para minimizar as desigualdades (CARTIER; OLIVEIRA; NUNES, 2011; ENGELMANN, 2004).

O desenvolvimento regional como uma das possibilidades de desenvolvimento, evidencia o potencial de um determinado espaço regional, bem como sua capacidade de promover a distribuição de bens e serviços, expansão e diversificação dos mercados (MATTEDI; THEIS, 2002; SOUZA, 2012). As potencialidades ou entraves de uma região estão interligadas também com seus processos históricos de formação do espaço, para Souza (2012) o espaço supera as delimitações territoriais das regiões.

Em Becker (2005), para compreender o desenvolvimento na Amazônia, por exemplo, é necessário entender seus diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão nas bases dos conflitos regionais. Para a autora, conhecer a realidade da região, identificar os interesses que a envolve é uma das sugestões para pensar e planejar o desenvolvimento.

O estado do Amapá, a partir dos seus processos de formação institucional, observa-se que as medidas estatais e privadas nem sempre foram exercidas em favor do desenvolvimento regional ou local, em sua maioria buscaram alcançar o crescimento econômico (PORTO, 2007; TOSTES, 2014a), ou seja, a existência de crescimento econômico no estado, não significa dizer que o mesmo promoveu ou promove desenvolvimentos.

O estado do Amapá, como já visto nesta dissertação, detém de recursos minerais, energéticos, hídricos, agrícolas, entre outros, mas que nem sempre são explorados para atender os interesses da região. Suas potencialidades são objetos de disputas e/ou acordos no poder

público ou privado, matérias primas são exploradas e exportadas, impostos são arrecadados, mas as problemáticas continuam (aumento dos índices de pobreza urbana, crescimento demográfico, baixos IDHM municipais, crimes ambientais, etc.) (CHAGAS *et al.*, 2016; TOSTES, 2014a).

Para Sen (2000), a garantia do desenvolvimento requer a superação dos principais entraves de liberdade, tais como: pobreza, falta de oportunidades, supressão de direitos, descasos dos serviços públicos, autoritarismo ou intolerância estatal. Pois, a promoção de oportunidades sociais adequadas, possibilitam que os indivíduos sejam ativos para planejarem seus próprios futuros e como sujeitos participantes ajudem outras pessoas se desenvolverem.

A interação Estado e sociedade é necessária para proteção das capacidades humanas, pois para que isso ocorra ambos precisam se desprender dos pacotes prontos de desenvolvimento, assim serão capazes de estimular a participação e a busca pela liberdade (SEN, 2000). Neste caso, o PAA como política pública resultante dos anseios sociais rurais e de ações estatais, exerce um importante papel no desenvolvimento das regiões brasileiras, em particular na Região Norte.

O PAA como política pública existe desde 2003, porém no Amapá ela foi adotada apenas em 2009, ou seja, o programa demorou em média 6 anos para ser aderido como política na agricultura familiar amapaense e essa disparidade temporal reflete ausência de ações efetivas do poder público.

Em estudo realizado sobre o PAA de 2003 a 2008, Fuscaldi (2009, p. 10) identificou que “Amapá e Roraima foram os únicos estados que não receberam nenhum tipo de apoio do programa. Os estados que mais se beneficiaram do programa foram Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Rondônia, Acre, Pernambuco e Alagoas”. A referida Autora demonstra que as regiões menos beneficiadas no período com os recursos do PAA foram Norte e Centro-Oeste. Em 2003 no cenário nacional foram atendidas com o PAA 41.341 famílias e aplicado em todas suas modalidades um valor de R\$ 81,5 milhões, em 2007 ainda sem a participação do Amapá foram atendidas 61.527 famílias de agricultores, em 750 municípios brasileiros.

Para Fuscaldi (2009), os entraves para a participação dos estados, em particular o Amapá deve-se a pouca articulação associativa dos agricultores, precária infraestrutura de comércio institucional, entre outros fatores que não favorecem a agricultura familiar. Deste modo, MDA (2011) enfatiza que a demora na adesão ao PAA no Amapá, justifica-se tanto pela pouca organização política e associativa dos agricultores, como também a necessidade de investimentos e a valorização do poder público a agricultura familiar no estado. A ausência do

poder público no processo de adesão ao PAA/CDS fica explícito quando somente em 17 de maio de 2010 o programa foi aprovado pelo CONSEA-AP.

Em 2006 foi realizada uma Oficina de Documentação do PAA na Região Norte e Amazônia Oriental, iniciativa da CONAB com o MAPA, segundo MDA (2011, p. 74) o “[...] Estado do Amapá contou com apenas dois representantes de uma mesma organização, enquanto os outros estados estavam mais bem representados”.

No evento, enquanto o Amapá buscava conhecer e propor projetos ao programa, “[...] outros Estados da região Norte do Brasil já planejavam aumentar o valor mínimo de recursos por produtor, dar maior flexibilidade no prazo de pagamento da CPR, criar uma REDE para todos os envolvidos no PAA na Região Norte, entre outros” (MDA, 2011, p. 74). Assim, percebe-se que a adesão ao programa no Amapá foi realizada a partir de um distanciamento regional em relação a outros estados.

A trajetória do PAA no Amapá também está vinculada a chegada da Superintendência da CONAB no estado, segundo a Representante da CONAB, antes de 2009 a Companhia funcionava a distância e era destinado um representante para gerenciar uma das modalidades do PAA que era a Formação de Estoque. Assim, relatou a Representante da CONAB: – “[...] Superintendência Regional aqui começou em 2009, [...] antes as pessoas faziam a distância, [...] mandava o representante a cada período para verificar o Estoque da organização” (informação verbal)¹⁴.

Neste diálogo, a Representante reafirma que o PAA/CDS começou no Amapá em 2009 motivado pela instalação da CONAB no estado. De acordo com a pesquisa documental e as narrativas da Representante da CONAB, no referido ano o recurso destinado ao PAA/CDS do Amapá foi de R\$ 600.025, 000, foram aprovados sete projetos de cinco municípios, foram: Santana, Tartarugalzinho, Porto Grande, Laranjal do Jari e Calçoene.

A Representante da CONAB também narrou as dificuldades no início do programa no Amapá: – “[...] Muitos tinham medo, chegava lá diziam: “eles não vão pagar a gente não, isso tudo é mentira”, eles não acreditavam porque quando você faz essa proposta, o dinheiro todo do projeto ele fica preso em uma conta, só a CONAB tem acesso [...]” (informação verbal)¹⁵.

A Representante expõe duas dificuldades evidentes na implantação do PAA/CDS, que corroboram com as limitações apontadas por Salgado *et al.* (2017), são elas: a desconfiança dos

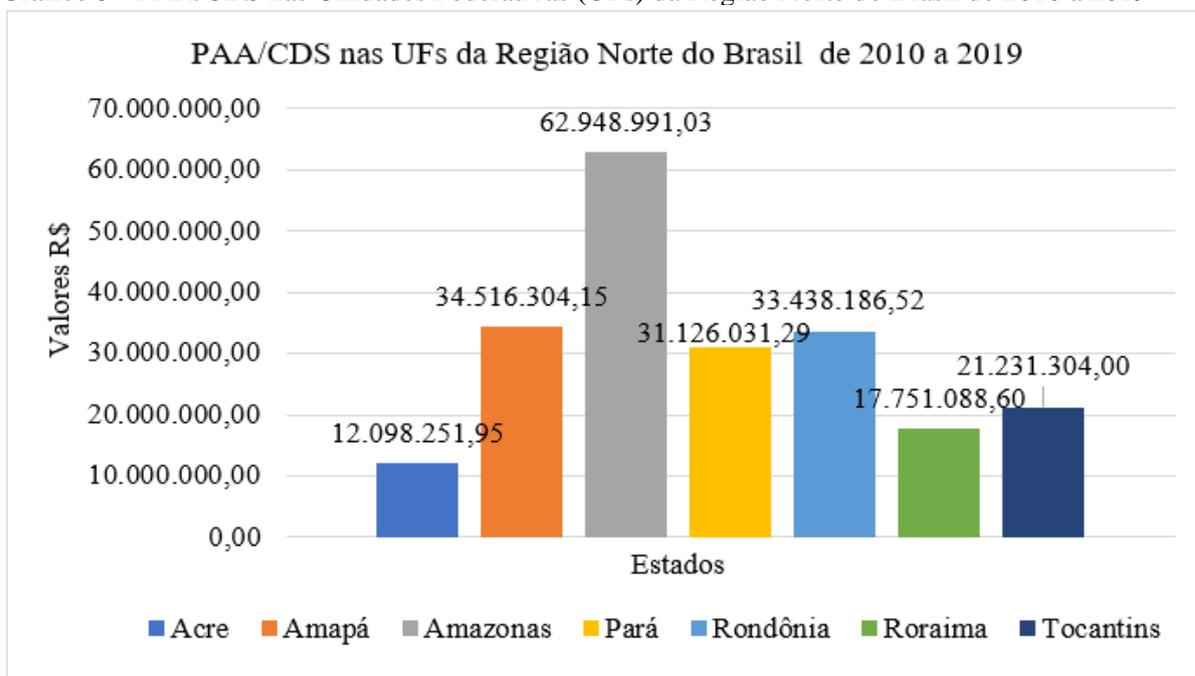
¹⁴COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Entrevista Narrativa I: Representante CONAB.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Macapá/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (60 min).

¹⁵Idem.

agricultores com o programa, uma vez que o recurso financeiro do projeto aprovado era controlado pela CONAB e só após a entrega e prestação de conta dos alimentos o valor era liberado aos representantes das organizações beneficiadas. A outra foi a necessidade de suporte logístico e financeiro para ampla divulgação e execução do programa nas comunidades distantes da sede da CONAB, em Macapá/AP.

Percebe-se que apesar de seu início tardio e permeado de dificuldades, a participação do Amapá aos recursos do PAA/CDS foi significativa no cenário da Região Norte do país. No Gráfico 5 é demonstrado que o Amapá foi o 2º estado que mais recebeu recursos, com R\$ 34.516.304,15, 1ª foi estado de Amazonas com R\$ 62.948.991,03 e 3º Rondônia 33.438.186,52. O Acre foi o estado com o menor acesso aos recursos (R\$ 12.098.251,95).

Gráfico 5 - PAA/CDS nas Unidades Federativas (UFs) da Região Norte do Brasil de 2010 a 2019



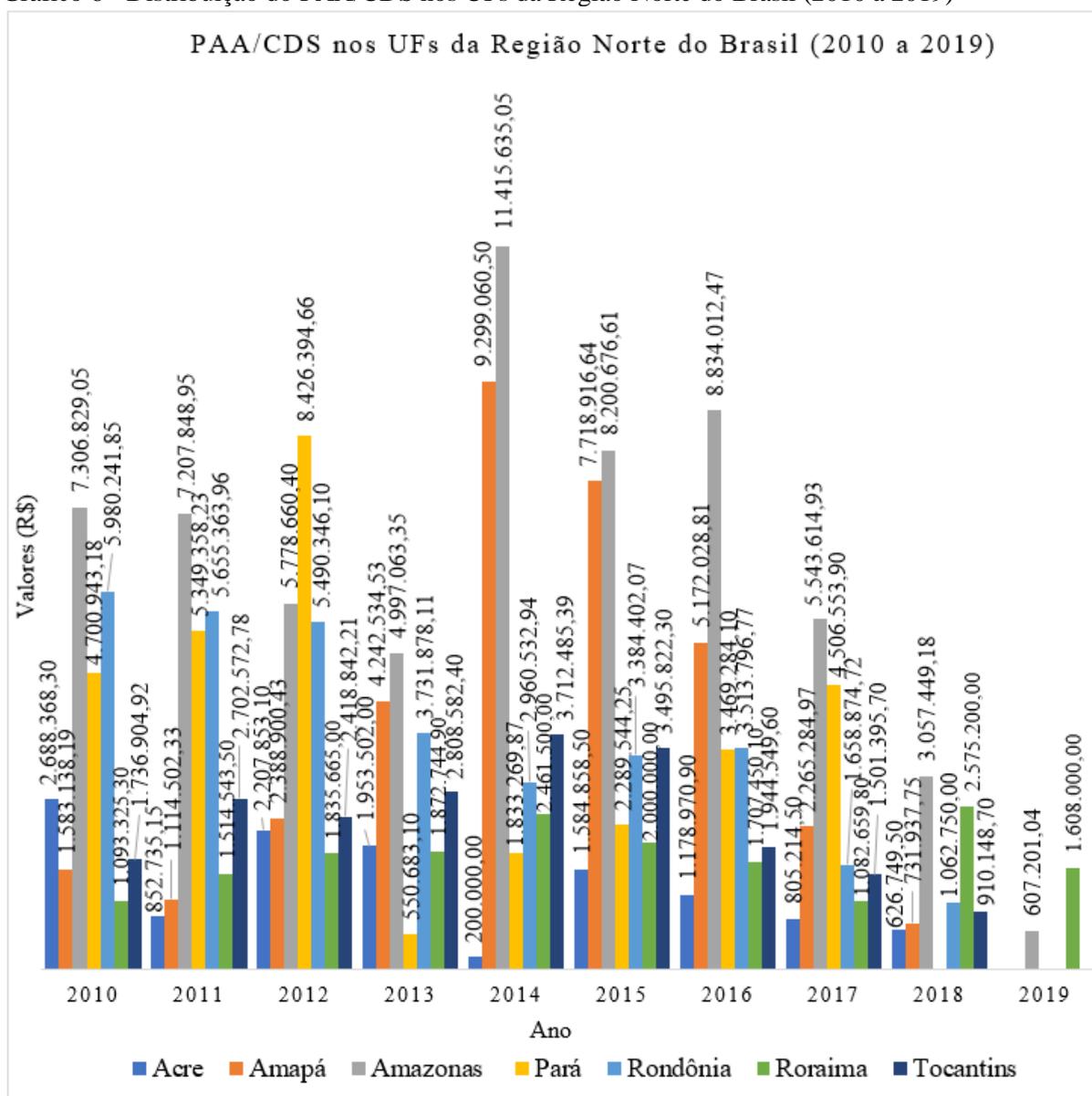
Fonte: Dados da Transparência Pública do PAA (CONAB, 2019), organizado pelo autor (2019).

No período em análise o total de recursos recebidos pelos estados do Norte foi R\$ 213.110.157,54. Para Salgado *et al.* (2017, p. 674) o PAA “[...] carece de ampliação e alocação regionalizada de suas ações, principalmente nas regiões mais demandantes, caso do Nordeste e Norte”. Pois, além da ampliação de recursos para os municípios que precisam do apoio através do programa, os municípios já beneficiados dependem de assistência para executar os recursos recebidos para potencializar a agricultura familiar em suas localidades.

No Gráfico 6 pode-se visualizar ao longo dos anos de 2010 a 2019 os recursos formalizados para cada estado da Região Norte. Em 2014 por exemplo, foi o ano de maior

arrecadação da região, os maiores recursos foram acessados pelos estados do Amazonas e Amapá, menores valores Acre e Pará. No ano de 2019, até data de encerramento da pesquisa quantitativa (outubro), apenas os estados de Amazonas e Roraima tinham recebidos recursos do PAA/CDS.

Gráfico 6 - Distribuição do PAA/CDS nos UFs da Região Norte do Brasil (2010 a 2019)



Fonte: Dados da Transparência Pública do PAA (CONAB, 2019), organizado pelo autor (2019).

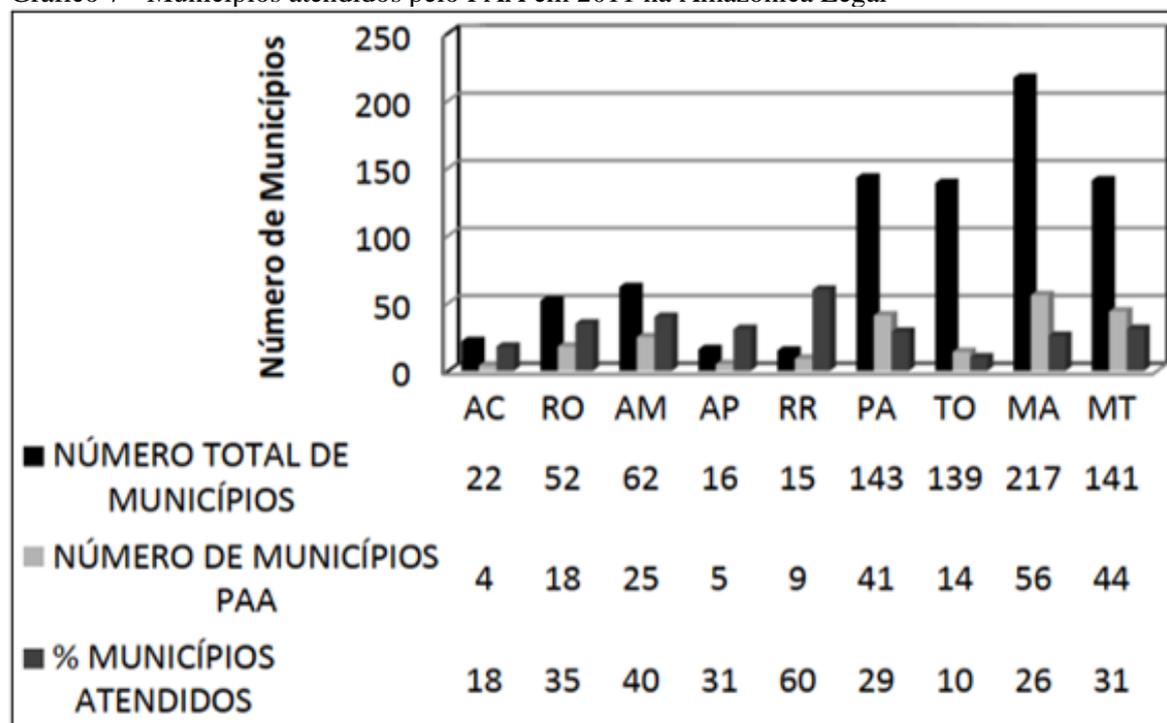
Diante da participação dos estados da Região Norte, Salgado *et al.* (2017), avaliam que a eficácia do programa nas regiões brasileiras é desigual, em particular nas regiões do Norte e Nordeste do país. Nestas regiões encontra-se uma baixa capacidade de execução do PAA, trata-se de um programa que depende de elevado poder organizacional e logístico. Logo, a precária

condição de infraestrutura no campo e as dificuldades de articulações coletivas e administrativas são entraves para maior participação dos municípios de Norte e Nordeste.

A partir de Cavallari *et al.* (2015) e Valnier e Ricci (2013), compreende-se as contribuições e limitações do PAA/CDS para o desenvolvimento na Região Norte, especificamente na Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão). Entre os estados da Amazônia Legal que mais participaram de 2003 a 2011 foram Acre e Rondônia.

Valnier e Ricci (2013), constataram que o PAA no Acre e Rondônia foi importante para melhoria da qualidade de vida dos agricultores, por valorizar os produtos da agricultura familiar e por ter aproximado o produtor do consumidor. Os agricultores familiares destes estados antes da participação no PAA entregavam seus produtos a baixo custo e eram frustrados e desestimulados com o mercado local. No Gráfico 7 é ilustrado os municípios atendidos pelo PAA em 2011, bem como a reflexão dos autores.

Gráfico 7 - Municípios atendidos pelo PAA em 2011 na Amazônia Legal



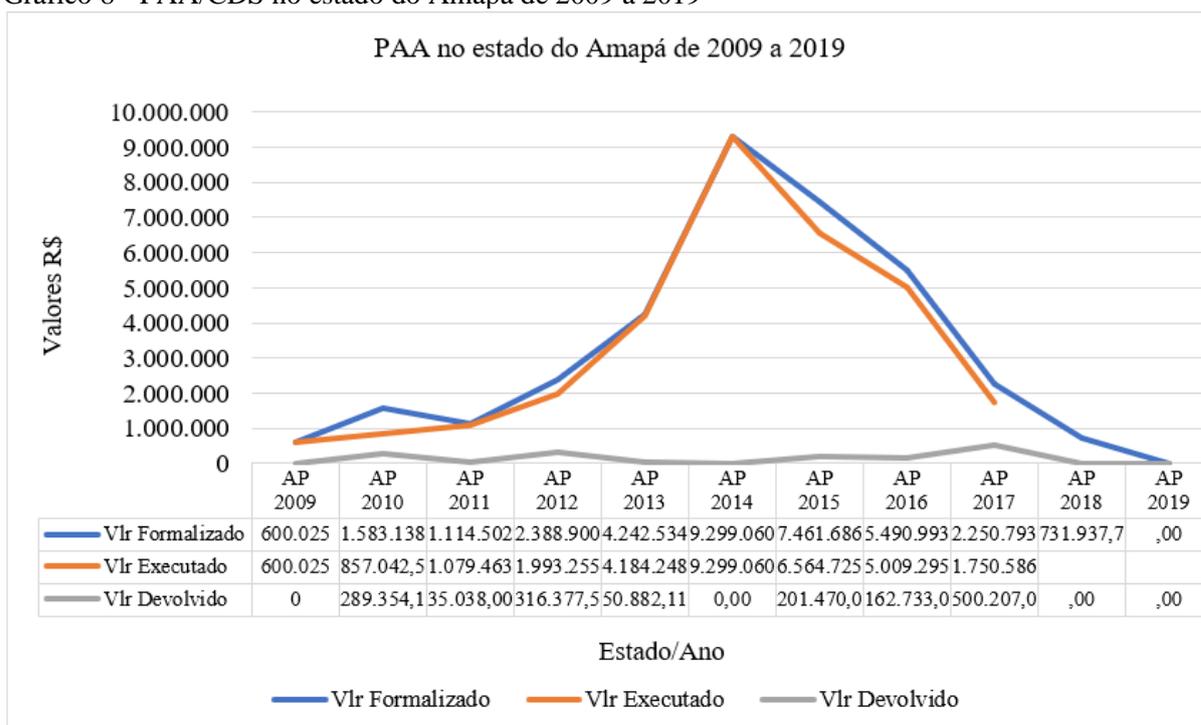
Fonte: Cavallari *et al.* (2015).

De acordo com o Gráfico 6, o estado de Roraima teve 60% de seus municípios atendidos pelo PAA, já em Tocantins foram 10%, apenas 14 dos seus 139 municípios participaram. O estado do Maranhão ficou abaixo das expectativas em comparação ao quantitativo de seus municípios participantes (26%) e municípios vinculados ao programa. No estado do Mato

Grosso apenas 31% de seus 141 municípios, apresentando a mesma participação que o estado do Amapá, porém a relação número total de municípios/número de municípios atendidos foi diferente. Houve um aumento significativo na atuação do PAA em alguns municípios e instabilidades financeiras para outros (Amapá e Roraima) (CAVALLARI *et al.*, 2015).

Através do Gráfico 8, é possível verificar os valores recebidos em 10 anos e identificar as instabilidades dos recursos no estado do Amapá.

Gráfico 8 - PAA/CDS no estado do Amapá de 2009 a 2019



Fonte: Dados da Transparência Pública do PAA (CONAB, 2019), organizado pelo autor (2019).

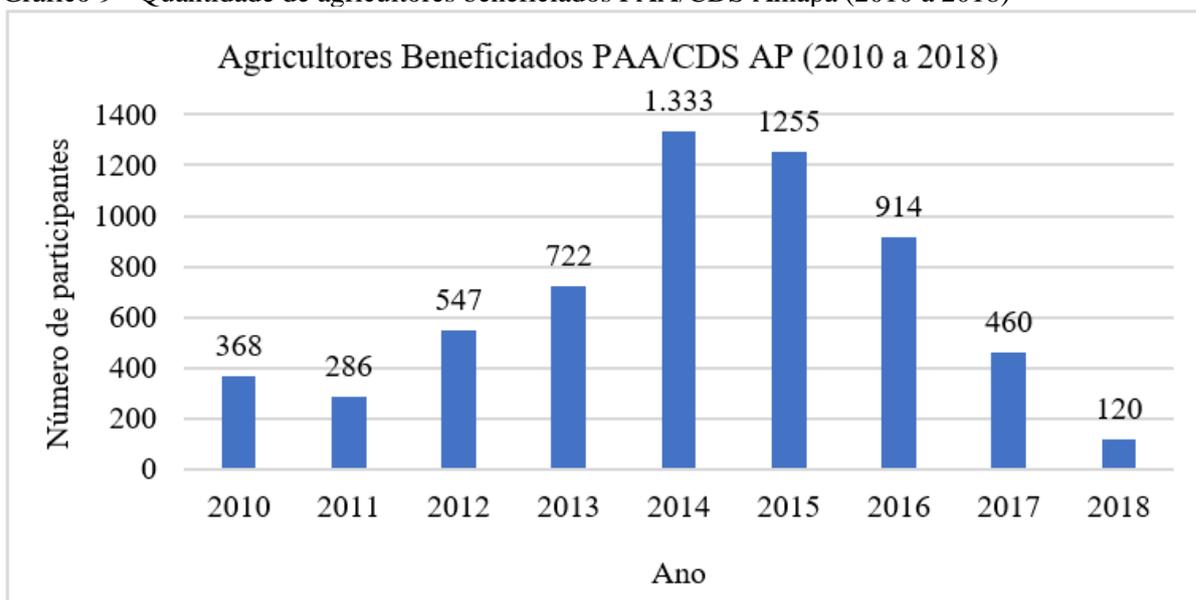
No Gráfico 8 é apresentado os valores anuais formalizados (valor destinado), executados e desenvolvidos pelo Amapá em 10 anos do PAA/CDS, evidencia também os momentos de instabilidades nos recursos formalizados (valor total R\$ 35.116.329,15). O início do programa foi o ano que registrou o menor valor formalizado (R\$ 600.025, 000), enquanto que o ano de 2014 o maior recurso (R\$ 9.299.060), que elevou a curva do gráfico. A partir de 2015 os valores repassados diminuíram, até seu pior momento em repasses que foi 2019 (sem recurso até momento da pesquisa quantitativa).

Além dos valores formalizados existem os executados (total de R\$ 34.258.245,36), ou seja, os recursos que foram repassados e utilizados pelas organizações nos 10 anos. E os valores devolvidos (total de R\$ 858.083,79), são os recursos de organizações que não conseguiram

cumprir o prazo com as exigências do programa ou que os órgãos fiscalizadores identificaram irregularidades na execução do projeto.

No Gráfico 9 é ilustrado a distribuição dos agricultores familiares fornecedores/beneficiados. Demonstra que nos momentos de maior recurso do programa no estado, maior foi o número de agricultores beneficiados (2014, 2015 e 2016). No total, o programa beneficiou 6.005 agricultores familiares entre 2010 a 2018.

Gráfico 9 - Quantidade de agricultores beneficiados PAA/CDS Amapá (2010 a 2018)



Fonte: Dados da Transparência Pública do PAA (CONAB, 2019), organizado pelo autor (2019).

Identifica-se através dos Gráficos 8 e 9 que o quantitativo de recursos anuais formalizados reflete no número de agricultores beneficiados, acredita-se quanto maior a distribuição democrática dos recursos para Regiões, estados e municípios maior será a participação dos agricultores familiares.

Silva; Filocreão e Lomba (2016) discutem que para além dos benefícios do PAA/CDS para aos agricultores familiares do Amapá, existiam fatores que ainda dificultavam a ampla participação, entre eles: a burocracia imposta pelos órgãos gestores, a ausência dos serviços de assistência técnica e o corte nos repasses financeiros.

Estas informações, corroboram com Cordeiro (2007), Grisa *et al.* (2011) e Salgado *et al.* (2017), que reconhecem que o programa promoveu melhorias reais aos agricultores familiares brasileiros, mas com dificuldades de atendimentos devido instabilidades políticas, administrativas, econômicas, regionais. As limitações do PAA/CDS evidenciam a concepção de Muller (2005) sobre as mudanças nas políticas públicas, que carecem de estruturas e

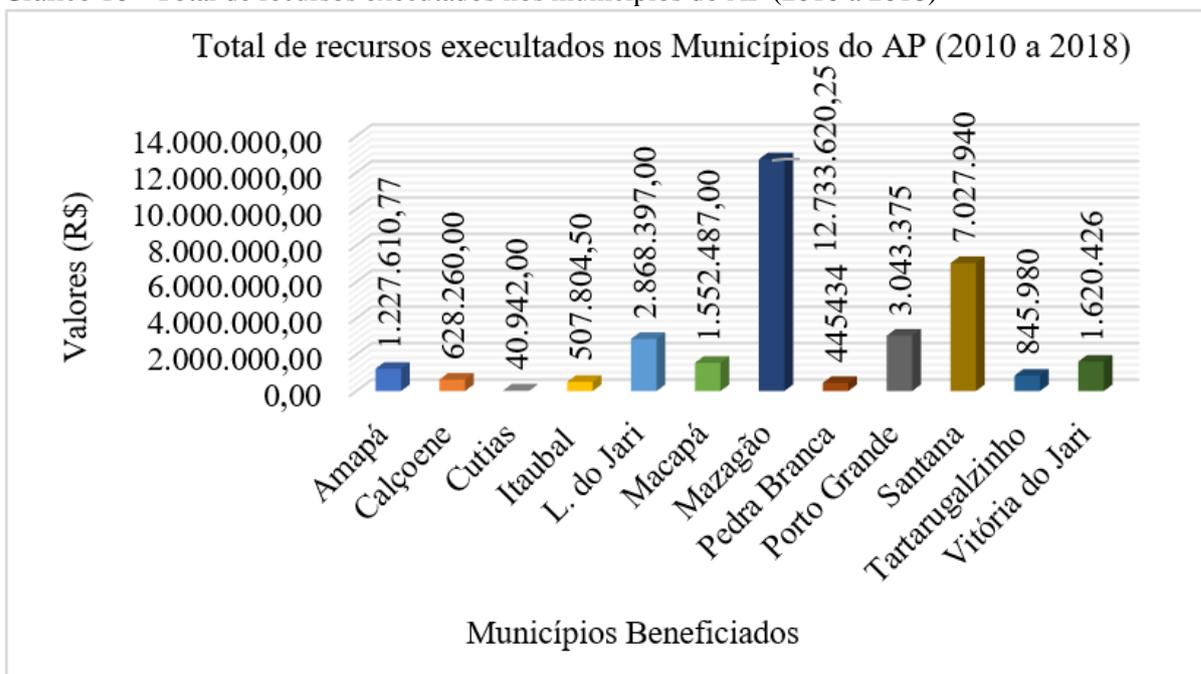
objetivos que atendam as realidades, precisam de instrumentos adequados para implementação das ações e mudanças nos quadros institucionais que estruturam a ação pública (setores). Na sua estrutura setorial a CONAB no Amapá apresentou dificuldades para consolidar parcerias com o poder público local, por exemplo.

No Gráfico 10 visualiza-se a distribuição de recursos do PAA/CDS nos municípios amapaenses e o destaque específico para o município de Mazagão/AP e no Gráfico 11, apresenta a distribuição detalhada dos recursos destes municípios participantes e seus valores recebidos entre 2010 a 2018.

Os Gráficos 10 e 11 demonstram que dos 16 municípios amapaenses, apenas 12 participaram do PAA/CDS, os municípios que não participaram foram: Oiapoque, Pracuúba, Serra do Navio e Ferreira Gomes.

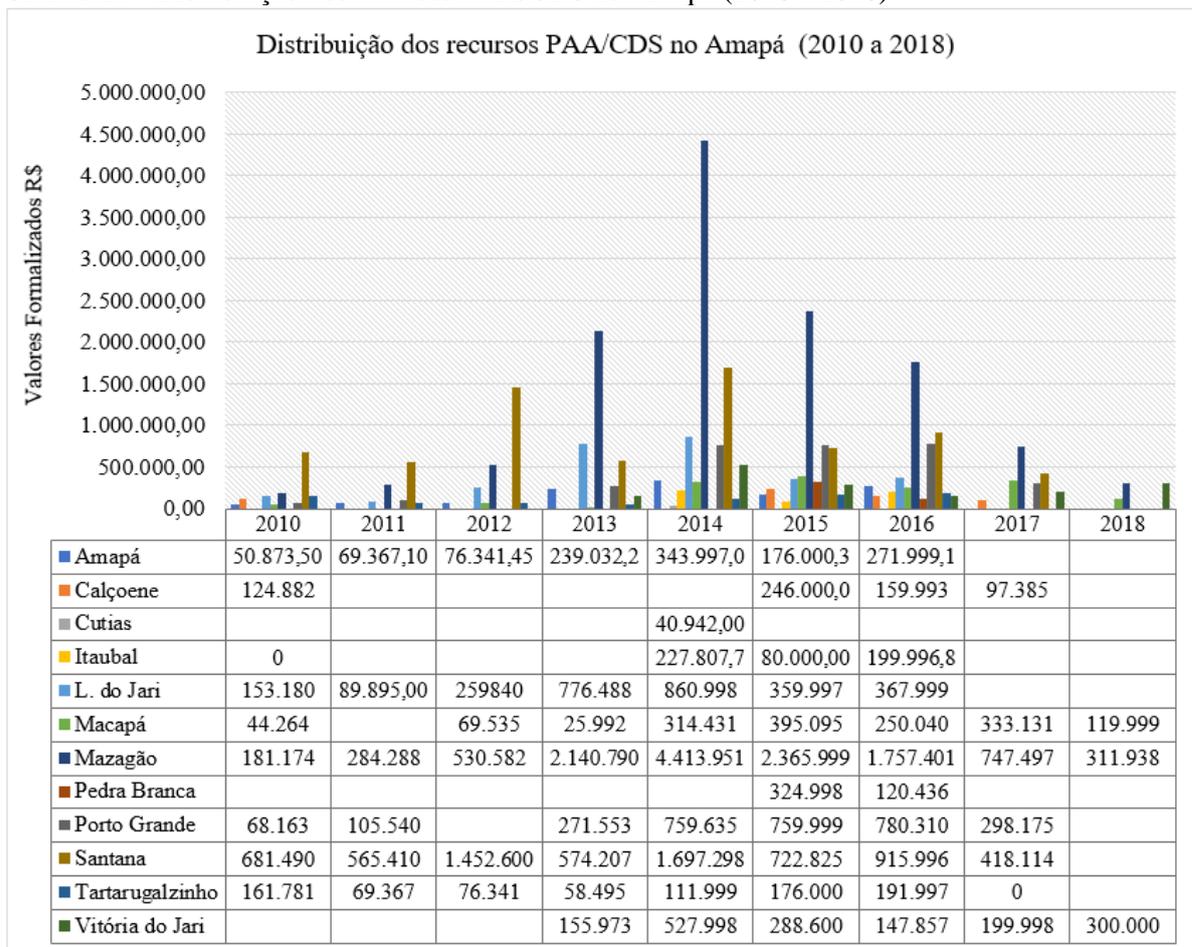
A Representante da CONAB relata que buscaram divulgar o programa nas comunidades consideradas mais distantes da sede da Companhia, mas encontraram dificuldades para alcançar alguns municípios, exemplo do município de Oiapoque. Afirma: - “A gente foi para as comunidades mais distantes, a gente foi lá para dentro da Reserva Extrativista, a gente foi lá para o Lourenço, que é aquela ponta lá de Calçoene, a gente não chegou ir no Oiapoque, porque a gente não teve essa oportunidade [...]” (informação verbal) .

Gráfico 10 - Total de recursos executados nos municípios do AP (2010 a 2018)



Fonte: Organizado a partir de Santos e Filocreão (2019).

Gráfico 11 - Distribuição dos recursos PAA/CDS no Amapá (2010 a 2018)



Fonte: Organizado a partir de Santos e Filocreão (2019).

Nota-se que a ausência da CONAB nos municípios não participantes do PAA/CDS dificultaram suas participações. No entanto, cabe estudo específico com os municípios não participantes para averiguar suas ausências no programa. Pois, é necessário considerar que cada município tem suas particularidades regionais (potencialidades e entraves) resultado dos seus processos de crescimento e desenvolvimento, que interferem na participação de políticas públicas (SOUZA, 2012).

Os Gráficos 10 e 11, expõem também as discontinuidades nas participações de alguns municípios (Calçoene, Cutias e Pedra Branca do Amapari), assim como revela uma maior participação e concentração dos recursos em Mazagão, Santana, Porto Grande e Laranjal do Jari.

Os municípios com as menores participações foram: Cutias (R\$ 40.942,00), Pedra Branca do Amapari (R\$ 445.434,00) e Itaupal (R\$ 507.804,50), juntos somaram R\$ 994.180,50 em recursos recebidos. Destaque para o município de Cutias com a menor participação e única

no ano de 2014, recebeu o menor valor entre os municípios amapaenses no período de 2010 a 2018.

Em 2014, Cutias foi representada por uma organização agroextrativista, que beneficiou sete agricultores e os principais produtos ofertados foram: raiz de mandioca, coco, farinha de mandioca. Os produtos foram doados para quatro escolas (rurais e urbanas), dois acampamentos (associações de bairros, igrejas e etc.) e outras categorias (uma) (CONAB, 2019).

Compreende-se que entre os fatores que explicam a pouca participação de Cutias no PAA/CDS, estão nas atividades econômicas desenvolvidas no município. Segundo Dias (2011), as maiores fontes econômicas de Cutias advêm da pecuária (criação de gados bovinos e bubalinos). Em menores expressões ficam as atividades produtivas voltadas para agricultura e extrativismo, tais como: produção de farinha de mandioca, pesca, extração de madeira, entre outras.

Por outro lado, os municípios com as maiores participações no PAA/CDS, tais como: Santana (R\$ 7.027.940), Porto Grande (R\$ 3.043.375) e principalmente Mazagão (R\$ 12.733.620,25) que participou em todos os anos (2010 a 2018) e recebeu o maior montante entre os municípios participantes.

O município de Mazagão em 2014 participou com quatro organizações agroextrativistas, sendo que 635 produtores foram beneficiados (agricultores familiares e extrativistas), os principais produtos ofertados: farinha de mandioca, milho, açaí. Os produtos foram doados para 26 escolas (rurais e urbanas), 56 acampamentos (associações de bairros, igrejas e etc.), três Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e similares, cinco outras categorias (CONAB, 2019).

De acordo com Silva; Filocreão e Lomba (2016), os fatores que contribuíram para maior concentração de recursos do PAA/CDS no Sul do Amapá, em particular em Mazagão, estavam relacionados ao processo de formação do Território da Cidadania¹⁶ Sul, que é composto por três municípios: Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Neste território, estão situadas as reservas extrativistas, assentamentos extrativistas, terras indígenas, assentamentos rurais e unidades de conservação, que proporcionam a coleta, pesca, agricultura familiar, entre outros.

¹⁶Para MDA (2008), os Territórios da Cidadania são estratégias planejadas pelo governo em parceria com a sociedade para promover o desenvolvimento econômico das regiões e universalizar os programas básicos de cidadania.

Comparados os dados dos anos de 2011¹⁷ e 2014 do Gráfico 11, verificou-se o quanto a redução de recursos do PAA/CDS interferiu nas contribuições financeiras para agricultura familiar do estado do Amapá. Em 2011 participaram cinco municípios (Laranjal do Jari, Mazagão, Porto Grande, Santana e Tartarugalzinho), através de 10 organizações agroextrativistas e 286 produtores/fornecedores foram beneficiados (agricultores familiares e extrativistas), e os principais produtos ofertados: raiz de mandioca, paçoca, milho, melancia.

Os produtos foram doados para 53 escolas (rurais e urbanas), duas pré-escolas, 61 acampamentos (associações de bairros, igrejas e etc.), uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e similares, 10 outras categorias (Serviço Social do Comércio - SESC e Instituto do Câncer Joel Magalhães) (CONAB, 2019).

Em 2014, participaram nove municípios (Cutias, Itauba, Laranjal do Jari, Mazagão, Macapá, Porto Grande, Santana, Tartarugalzinho e Vitória do Jari), tendo 23 organizações agroextrativistas e 1.333 produtores beneficiados (agricultores familiares e extrativistas). Os principais produtos ofertados foram: raiz de mandioca, coco, farinha de mandioca, milho, galinha viva, peixe. Estes produtos foram doados para 104 escolas (rurais e urbanas), duas pré-escolas, 103 acampamentos (associações de bairros, igrejas e etc.), cinco Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e similares, uma instituição de Amparo, 28 outras categorias (Serviço Social do Comércio - SESC e Instituto do Câncer Joel Magalhães) (CONAB, 2019).

Através da comparação entre os anos de 2011 e 2014, verificou-se que em 2014 a quantidade de municípios participantes e organizações agroextrativistas dobraram, assim como os números de consumidores beneficiados (escolas e acampamentos). A participação dos produtores beneficiados com os recursos aumentou 302, 7%. Os dados apresentados confirmam o papel socioeconômico que o PAA/CDS exerce na agricultura familiar, assim como sua instabilidade econômica e cortes de recursos, contribui para redução da participação de municípios/organizações e distribuição de alimentos.

Silva; Filocreão e Lomba (2016), constataram que um dos principais problemas do programa no Sul do Amapá foi a instabilidade financeira, que resultou de reajustes realizados pelo Governo Federal. Souza (2018), reafirma que a partir de 2016 o PAA perdeu recursos, o presidente Michel Temer aprovou medidas de redução financeira ao programa. Para Nackiluk

¹⁷Ano de 2011 foi escolhido devido ser o 2º valor após o início do PAA no Amapá, devido ausência de dados de 2009/2010 resolveu-se não utilizar para fim de comparação e 2018 ainda estava em execução. Já 2014 foi escolhido por ser o maior valor.

e Silva (2019), essa mesma prática foi utilizada pelo presidente Jair Bolsonaro, que realizou cortes no orçamento do programa, em consequência sua paralisação no ano de 2019.

Questionados sobre o cenário atual do PAA/CDS no Brasil, Amapá, suas instabilidades financeiras e possíveis estratégias para recuperar o programa, a representante da CONAB e os representantes das associações narraram que em relação a instabilidade financeira do PAA/CDS a Representante ASTEMAC I compreende que: – “[...] depois que o Temer entrou aí ele começou paralisar, aí não teve mais esses olhares para agricultores. E o Bolsonaro até agora não tem nenhuma previsão, ainda não se manifestou [...]” (informação verbal)¹⁸. A compreensão da representante reforça os referências teóricos sobre as instabilidades financeiras e interrupção do PAA.

A Representante AMPAEX-MA reforça a narrativa da Representante ASTEMAC I, quando relata que: – “[...] tem deixado a desejar, [...] tinha mais recursos e agora não, tanto é que o projeto que executei em 2018 era de 2017, então um ano depois, antes pelo que eu vi todo ano executava” (informação verbal)¹⁹. Na sua concepção as ações do governo federal interromperam as execuções dos projetos, exemplifica a descontinuidade financeira com a experiência vivenciada pela associação que representa.

Ainda sobre as instabilidades financeiras e suspensão do programa, a Representante AMPAFOZ afirma: – “[...] agora foi desvalorizado, tanto que até agora não tem recursos, não caiu recurso na CONAB, nem tenho mais esperança que caia com esse governo que está aí [...]” (informação verbal)²⁰. Reconhece a desvalorização do PAA/CDS e demonstra está sem esperança quanto ao retorno do programa no governo do Jair Bolsonaro.

A Representante AMAERC reafirma: – “[...] outros presidentes falavam e falam que os recursos eram bem altos e vinha todos os anos, [...] uma época dessas todos eles estavam na CONAB entregando produtos, [...] agora estamos sem o programa” (informação verbal)²¹. A representante lamentou as mudanças negativas do PAA/CDS, refletiu que na atualidade o

¹⁸ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DAS COMUNIDADES DO CURUÇÁ E FURO DO MARACÁ (ASTEMAC). **Entrevista Narrativa II: Representante ASTEMAC I.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (59 min).

¹⁹ASSOCIAÇÃO DE MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTAS DO ASSENTAMENTO MARACÁ (AMPAEX-MA). **Entrevista Narrativa IV: Representante AMPAEX-MA.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (33 min).

²⁰ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTA DA FOZ DO RIO MAZAGÃO VELHO (AMPAFOZ). **Entrevista Narrativa VI: Representante AMPAFOZ.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (18 min).

²¹ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAERC). **Entrevista Narrativa V: Representante AMAERC.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (22 min).

programa encontra-se suspenso em sua associação. E demonstra que através de relatos de outros representantes de associações que participaram do programa em períodos anteriores, houve a redução de recursos e produtos entregues.

Em síntese, as Representantes das associações participantes da pesquisa refletiram o PAA/CDS no município de Mazagão/AP, suas instabilidades financeiras e o cenário atual do programa. Observou-se o consenso entre as narrativas das entrevistadas em relação as reduções orçamentarias do PAA e as limitações que provocadas nas associações e na produção de alimentos. Assim, as Representantes corroboram os estudos de Silva; Filocreão e Lomba (2016); Nackiluk e Silva (2019) e Souza (2018), que associam as limitações e declínio do PAA as posturas e mudanças políticas, em particular promovidas pelos presidentes da República do Brasil.

No que se refere as estratégias para recuperar o programa e os projetos avaliados e aprovados em 2019 no estado do Amapá, sem a certeza de recurso, a Representante da CONAB justificou que: – “[...] é uma estratégia de mostrar para o poder público federal, para executivo, para Câmara que o programa ele tem uma força muito grande, mostrar para eles qual é a potencialidade de cada estado em relação ao programa” (informação verbal)²².

Na concepção da entrevistada a seleção dos projetos em 2019, foi uma estratégia para sensibilizar o poder público federal (Presidente, deputados federais, senadores e outras instituições), bem como para expor a importância e a necessidade da permanência do programa no Amapá.

Espera-se que a partir de apontamentos técnicos e científicos, as instituições gestoras do PAA em suas diversas modalidades, consigam diagnosticar as limitações e propor alternativas para amenizar as desigualdades das regiões e as instabilidades financeiras. Para que permaneça o PAA/CDS, com ampliação de recursos e participação de novos municípios, com a valorização da agricultura familiar promova o fortalecimento das organizações fornecedoras (associações, cooperativas, etc.) e entidades receptoras (rede socioassistencial e famílias), (GRISA *et al.*, 2011; BRASIL, 2012).

Estudar o PAA/CDS na perspectiva do desenvolvimento regional na Amazônia, possibilita compreender suas contribuições e limitações na dimensão regional, assim como sua importância para o crescimento econômico e desenvolvimento através da agricultura familiar.

²²COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Entrevista Narrativa I: Representante CONAB**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Macapá/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (60 min).

Como política pública o PAA emergiu de lutas sociais e ações do Estado, enquanto ação prática apresenta limitações, mas mesmo assim contribuiu para melhoria de atividades agrícolas, rendas familiares, produção de alimentos e outros (GRISA; SCHNEIDER, 2015; GRISA *et al.*, 2011).

A história de adesão do PAA/CDS no estado do Amapá é marcada pelas dificuldades organizativas e ausência do poder estatal, após seu início apresentou significativa participação em recursos entre os estados da Região Norte.

A partir da pesquisa documental (documentos físicos e Transparência PAA), os resultados demonstraram que a participação do município de Mazagão nos 10 anos de PAA/CDS no Amapá, beneficiou 16 organizações (associações e cooperativas), representou 37,1% dos recursos formalizados, 39% dos recursos executados e 37,2% dos agricultores fornecedores (2.236 agricultores beneficiados). O total de agricultores fornecedores das organizações participantes da pesquisa representam 35,5% dos beneficiados de Mazagão/AP.

Contudo, as narrativas das Representantes esclarecem a situação atual do programa e suas instabilidades. Os tópicos seguintes analisam e discutem as contribuições e limitações do PAA/CDS para a agricultura familiar de Mazagão, pois dialoga com as representantes das associações, grupos focais formado pelo agricultores participantes do programa e o resultado do MAS.

6.3 Contribuições e limitações do PAA/CDS nas concepções das Representantes das associações AMAERC, AMPAEX-MA, AMPAFOZ e ASTEMAC

Para fins de análise das contribuições e limitações do PAA/CDS no fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão/AP, foi realizada a pesquisa de campo (entrevistas narrativas) com os representantes das associações AMAERC, AMPAEX-MA, AMPAFOZ e ASTEMAC, para compreender o programa a partir das concepções dos gestores. As Representantes relataram suas trajetórias e experiências, assim como apontaram o que elas consideravam como limitações e contribuições do programa nas associações que representam/representavam.

Em relação as contribuições do PAA/CDS nas associações, as concepções das Representantes foram:

A Representante da AMAERC considerou como contribuição o aumento da produção e variedade produtiva, afirmou: – “Eles com certeza já começaram a plantar mais pimentinha, chicória, cebola e várias outras coisas, macaxeira, batata. Eles plantam porque eles pensam que

outro ano já tinha que entregar, eles plantavam pensando em ter o que entregar no programa [...]” (informação verbal)²³. As contribuições apontadas são duas das finalidades previstas na legislação do programa (BRASIL, 2012).

O PAA/CDS também gerou uma expectativa de mercado nos agricultores familiares da AMAERC, que acreditavam na segurança do mercado institucional. Para Abramovay (2012); Schneider (2009) a agricultura familiar tem essa capacidade de participar de políticas do Estado e de mercados externos, pois produz para a subsistência familiar e através do seu excedente produtivo participa de relações não camponesas.

A Representante da AMPAEX-MA enfatiza também que percebeu melhoria no mercado e informa que a comunidade onde fica a associação que representa, doava e recebia e alimentos do PAA/CDS da associação vizinha (AMAERC). Expõe que: – “[...] no mercado, eu creio assim que teve, aqui recebia muito açaí e aqui não tem, não tem açaí! Eles estavam ganhando lá e aqui também, porque os produtos que na maioria tem lá não tem aqui [...]” (informação verbal)²⁴.

A Representante da AMPAEX-MA referiu-se a contribuição na melhoria do mercado e a distribuição de alimentos em duas comunidades locais (São José do Lago do Ajuruxi e Perpétuo Socorro), ou seja, a AMAERC entregava os produtos do programa para entidades comunitárias (escolas municipais, acampamento de igreja, etc.) de São José do Lago do Ajuruxi (AMPAEX-MA), por sua vez a AMPAEX-MA entregava a produção nas entidades da comunidade do Perpétuo Socorro (AMAERC).

A Representante AMPAEX-MA esclarece que a troca melhorou a alimentação dos moradores da comunidade, pois na comunidade São José do Lago do Ajuruxi não se produzia açaí, produzia farinha de mandioca, enquanto que em Perpétuo Socorro se produzia açaí, uma vez que não desenvolvia a cultura da mandioca. A produção da farinha de mandioca e o extrativismo do açaí são características do sistema produtivo e alimentar de Mazagão, são produtos consumidos pela famílias e vendidos nas feiras e mercados de Macapá e Santana, bem como para o mercado institucional, exemplo do PAA/CDS (RABELO *et al.*, 2005).

²³ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAERC). **Entrevista Narrativa V: Representante AMAERC**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (22 min).

²⁴ASSOCIAÇÃO DE MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTAS DO ASSENTAMENTO MARACÁ (AMPAEX-MA). **Entrevista Narrativa IV: Representante AMPAEX-MA**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (33 min).

As doações realizadas entre AMPAEX-MA e AMAERC, encontra-se fundamentadas no capítulo I do Decreto no 7.775, de 04 junho de 2012 (BRASIL, 2012, p. 1), que estabelece as finalidades do PAA: “[...] VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; [...] e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional”. Essas finalidades tem como objetivo promover a segurança alimentar e nutricional local e regional de grupos em situação de insegurança alimentar (GRISA *et al.*, 2011).

Na AMPAFOZ, as contribuições identificadas foram a diversidade produtiva, aumento da produção, segurança de mercado e melhoria da renda dos sócios. Relata a Representante da AMPAFOZ que: – “[...] foi uma renda a mais que entrou, porque a gente só estava trabalhando com camarão e o açaí, mas quando passa a safra do açaí, aí fica o camarão, o valor do camarão também na safra é baixo” (informação verbal)²⁵.

Neste caso, os agricultores da associação utilizavam o PAA/CDS como mercado alternativo no período que seus produtos estavam desvalorizados no mercado local. Essa realidade foi identificada também por Valnier e Ricci (2013) nos estados de Rondônia e Acre, antes do PAA os agricultores dos estados vendiam seus produtos com valores inferiores e não eram satisfeitos com o preço pago pelo mercado local.

A diversidade produtiva e aumento da produção foram destaques na narrativa da Representante AMPAFOZ, considerou que com a participação dos agricultores familiares no programa: – “Aumentou a produção da banana, milho, raiz da macaxeira e as hortaliças, todo mundo foi fazer seus canteiros para plantar horta, porque tinha pra quem vender” (informação verbal)²⁶. Para Mielitz (2014), a diversidade produtiva e o aumento da produção são características notáveis das contribuições do PAA/CDS.

Diante das contribuições destacadas pelas associações anteriores, a ASTEMAC apresentou um elemento novo para discussão sobre as contribuições do PAA/CDS. A Representante ASTEMAC II destacou que parte dos recursos arrecadados pelos seus sócios, foram destinados para infraestruturura da comunidade (Santa Maria do Curuçá). Relata que: – “[...] até no centrozinho a gente conseguiu, conseguimos ajudar a construir o colégio, a gente ia vendendo e pagando diária para serrar madeira no mato pra construir o colégio. [...] demos

²⁵ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTA DA FOZ DO RIO MAZAGÃO VELHO (AMPAFOZ). **Entrevista Narrativa VI: Representante AMPAFOZ**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (18 min).

²⁶ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTA DA FOZ DO RIO MAZAGÃO VELHO (AMPAFOZ). **Entrevista Narrativa VI: Representante AMPAFOZ**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (18 min).

50% para ajudar construir esse colégio” (informação verbal)²⁷. Na Fotografia 13 está representada a Escola Municipal da comunidade Santa Maria do Curuçá/Mazagão, o colégio informado pela Representante ASTEMAC II.

Fotografia 13 - Escola Municipal da comunidade Santa Maria do Curuçá/Mazagão



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

De acordo com a Representante, os recursos recebidos foram investidos na reforma do centro comunitário e na construção do colégio da comunidade, os sócios realizaram compra de ferramentas de trabalho (motosserra) e pagaram diárias. Neste caso, os recursos do programa foram investidos na infraestrutura da comunidade, que reafirma a finalidade do PAA sobre seu papel no fortalecimento do cooperativo e associativo dos participantes (BRASIL, 2012).

Segundo Grisa *et al.*, (2011), o acesso de associações e cooperativas ao programa promove o envolvimento destas com outras instituições, essa relação colabora com o fortalecimento administrativo e financeiro, que possibilita melhorias sociais, políticas, econômicas, entre outras.

As contribuições do PAA/CDS relatadas nas entrevistas com as Representantes das associações, encontram-se fundamentadas nos estudos e avaliações sobre o PAA no Brasil, entre eles destaca-se Souza (2018), Salgado *et al.* (2017), Mielitz (2014), Valnier e Ricci (2013), Grisa *et al.* (2011) e Cordeiro (2007). São pesquisas que identificaram como

²⁷ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DAS COMUNIDADES DO CURUÇÁ E FURO DO MARACÁ (ASTEMAC). **Entrevista Narrativa III: Representante ASTEMAC II.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (21 min).

contribuições do PAA/CDS a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares, aumento da renda familiar, valorização da policultura, valorização da produção agroecológica, estímulo a produção e consumo dos alimentos regionais e locais, fortalecimento das gestões e criação de novas associações e cooperativas, garantia de mercado, entre outros.

Assim como foram analisadas e discutidas as contribuições, foi possível também identificar as limitações do PAA/CDS nas associações. Em relação as limitações, as principais narrativas das Representantes foram:

A Representante AMAERC considerou como limitações encontradas a ausência de apoio do poder público estadual e municipal e dificuldade financeira para executar o programa. Relata: – “[...] a gente não tem muito apoio, o recurso que vem de lá é só mesmo da CONAB, fica uma porcentagem para associação, só que tipo os outros custos de pagar, é a gente mesmo tem que arcar com tudo [...]” (informação verbal)²⁸. A Representante afirmou que a associação não possuía estrutura adequada para executar o PAA/CDS, pois os recursos destinados ao pagamento dos alimentos não pertenciam a organização e sim ao fornecedor associado.

A Representante AMPAEX-MA reconheceu a logística como uma das principais dificuldades encontradas na execução do programa, narrou: – “A logística daqui eu tive muitas dificuldades [...]. Tanto para ir pra Macapá como pra ir para a Foz que era lá onde recebia os produtos, eu tinha dificuldade” (informação verbal)²⁹. A representante da AMPAEX-MA considerou que a logística para resolver assuntos de interesse do programa e para receber os produtos dos agricultores dificultou a execução e participação da associação.

As dificuldades apontadas pela Representante AMAERC e AMPAEX-MA reitera Fuscaldi (2009) e MDA (2011), que relacionam a demora na adesão do estado do Amapá ao PAA com alguns entraves, são eles: ausência de apoio do poder público local (estadual e municipal), dificuldade logística das comunidades em relação a capital (Macapá), precárias infraestruturas e dificuldades de articulações políticas em algumas associações.

Na AMAERC, para suprir a carência financeira da associação, a Representante relatou que usava recursos próprios para custear despesas referente ao programa. A alternativa encontrada para reduzir os gastos pessoais, foi um acordo coletivo entre os representantes da

²⁸ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAERC). **Entrevista Narrativa V: Representante AMAERC**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (22 min).

²⁹ASSOCIAÇÃO DE MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTAS DO ASSENTAMENTO MARACÁ (AMPAEX-MA). **Entrevista Narrativa IV: Representante AMPAEX-MA**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (33 min).

AMAERC e os sócios fornecedores ao PAA/CDS, definiram em assembleia a contrapartida de 11% para associação do recurso recebido por cada agricultor fornecedor.

Em relação aos valores cobrados pelas associações aos agricultores fornecedores, a Representante CONAB informou: – “[...] além dos 5,855 ainda tem esse percentual, que alguns casos a gente verificou que chegava a 15 %, [...] a gente já chegou intervir, aquele percentual estava excessivo [...]” (informação verbal)³⁰. De acordo com a entrevistada, a CONAB atuava como mediadora entre organizações e fornecedores, para evitar cobranças indevidas. A Representante falou também da existência da porcentagem de 5,85% cobrada pelo governo federal aos projetos aprovados e executados, justificou que essa porcentagem era destinadas as despesas bancárias com o programa, tendo em vista que o dinheiro ficava em conta bancária institucional.

Quanto as limitações na AMPAFOZ a Representante considerou que: – “[...] a primeira coisa que fiz corri atrás, só que a gente precisava da DAP jurídica da associação, essa DAP jurídica quase que a gente não consegue, porque tinha que ter 70% das sócias com a DAP física” (informação verbal)³¹. Para a representante a maior dificuldade na 1º participação ao programa foram as exigências documentais, porque as sócias não tinham a DAP física, exigência para a emissão da DAP jurídica da associação, logo a emissão desse documento foi um processo demorado na AMPAFOZ.

Grisa *et al.* (2011) considera a dificuldade documental, como uma limitação operacional que envolve as documentações necessárias para participação no PAA (DAP física e jurídica, documentos pessoais), as exigências documentais coincidem em muitos casos com a não legalização organizacional de associações, que dificultam suas participações em programas sociais.

A Representante ASTEMAC II enfatiza que a maior limitação foi a suspensão do programa, afirmou: – “[...] a nossa banana estragou, com isso a gente não plantou mais, porque o que tava estragando se plantar mais pra que? dou para o pessoal, dou para meus porcos, então

³⁰COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Entrevista Narrativa I: Representante CONAB**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Macapá/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (60 min).

³¹ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTA DA FOZ DO RIO MAZAGÃO VELHO (AMPAFOZ). **Entrevista Narrativa VI: Representante AMPAFOZ**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (18 min).

os alimentos que eram distribuídos com a falta acabam indo para os animais” (informação verbal)³².

A Representante reconhece e lamenta a suspensão do programa, que afetou a produção e distribuição de alimentos pela associação. Sua narrativa reafirma os impactos causados pela descontinuidade do programa, pois enfraquece a agricultura familiar e diminui a segurança alimentar e nutricional nas entidades receptoras, os agricultores são obrigados a reduzir a produção de alimentos e suas diversidades, esses produtos não chegam até as entidades consumidoras.

A pesquisa de campo por meio das narrativas sobre as limitações do programa, reflete que a CONAB como parte do órgão gestor e representativo do PAA/CDS não conseguiu suprir com as necessidades das organizações estudadas, bem como as associações não estavam preparadas para atender as exigências do programa.

Percebe-se que as limitações do PAA/CDS nas associações pesquisadas, envolvem desde a realidade de algumas associações que funcionam em condições organizacionais e financeiras precárias, até a necessidade de um planejamento de política pública que reconheça as diferenças sociais, econômicas, regionais dos participantes do programa. Estes fatores demonstram a necessidade do uso dos elementos de execução de uma política pública definido por Souza (2006), são eles: planejamento, execução, acompanhamento e avaliação.

Em síntese, as principais limitações relatadas pelas Representantes das associações foram: AMAERC, ausência de apoio do poder público estadual e municipal e dificuldade financeira para executar o programa; AMPAEX-MA, dificuldade com a logística para resolver assuntos de interesse do programa e para receber os produtos dos agricultores, AMPAFOZ, exigência documental e a demora nas emissões das DAPs e ASTEMAC, a suspensão do programa, que afetou a produção e distribuição de alimentos.

Cordeiro (2007) e Grisa *et al.* (2011) ressaltam que existem problemas que acompanham o PAA desde sua criação e limitam a participação dos fornecedores, são eles: a desigualdades regionais discutidas em Salgado *et al.* (2017), ausência de estruturas organizativas (associações e cooperativas) nas regiões do Norte e Nordeste, logística precária, ausência de participação do poder local, falta de assistência técnica, burocracia nas documentações exigidas, ausência de mercados alternativos (novos mercados). A burocracia e a deficiência de assistência técnica

³²ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DAS COMUNIDADES DO CURUÇÁ E FURO DO MARACÁ (ASTEMAC). **Entrevista Narrativa III: Representante ASTEMAC II.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (21 min).

também são destaques no estudo “PAA no Território da Cidadania Sul do Amapá” de Silva; Filocreão e Lomba (2016).

Questionadas sobre importância do programa para as associações que representam, elas concluíram que: Representante ASTEMAC II: – “Pra mim foi muito bom, quem dera que ele voltasse, né mano. Ai meu Deus que saudade [...]” (informação verbal)³³; Representante AMPAFOZ: – “[...] era uma segurança para quem entregava seu produto, agora tá todo mundo triste que não tem” (informação verbal)³⁴; Representante AMPAEX-MA: – “[...] é muito importante para vários agricultores, porque tem muitos que não tem como ir da sua região para chegar até em Santana para vender seus produtos” (informação verbal)³⁵ e Representante AMAERC: - “Foi muito gratificante porque a gente tipo não tinha uma associação só de mulheres por aqui. Foi muito bom trabalhar com elas, porque foi através do PAA que a gente conseguiu trabalhar ano passado, conseguiu ajudar essas mulheres com projeto” (informação verbal)³⁶.

Através de suas narrativas as Representantes lamentaram as instabilidades e suspensão do programa, assim como consideraram que apesar das limitações do PAA/CDS nas associações que representavam, as contribuições proporcionadas foram maiores que as dificuldades encontradas.

6.4 Contribuições e limitações do PAA/CDS para os agricultores familiares do município de Mazagão/AP

A partir dos dados coletados através do MAS (Variável I e II) e dos diálogos com os grupos focais, foi possível analisar as contribuições e limitações do PAA/CDS para os agricultores familiares. Os resultados obtidos nos procedimentos metodológicos adotados refletiram as informações a seguir.

³³ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DAS COMUNIDADES DO CURUÇÁ E FURO DO MARACÁ (ASTEMAC). **Entrevista Narrativa III: Representante ASTEMAC II.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (21 min).

³⁴ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTA DA FOZ DO RIO MAZAGÃO VELHO (AMPAFOZ). **Entrevista Narrativa VI: Representante AMPAFOZ.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (18 min).

³⁵ASSOCIAÇÃO DE MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTAS DO ASSENTAMENTO MARACÁ (AMPAEX-MA). **Entrevista Narrativa IV: Representante AMPAEX-MA.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (33 min).

³⁶ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAERC). **Entrevista Narrativa V: Representante AMAERC.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (22 min).

No início da pesquisa de campo, constatou-se que os agricultores não conheciam o programa pela denominação PAA/CDS, eles chamavam de CONAB, ou seja, eles tinham como identidade e referência o órgão representativo e não o programa em si.

Para Grisa *et al.* (2011), essa já é uma das limitações do PAA, alguns agricultores desconhecem as suas finalidades, modalidades e procedimentos administrativos. Outro fator que merece destaque, foram os relatos sobre as contribuições do PAA/CDS, entre eles: melhoria da renda, aumento da produção, diversificação da produção, estímulo a participação em associações e cooperativas, saudosismo ao programa.

A Variável I (caracterização socioeconômica dos participantes da pesquisa) do MAS, revelou que 100% dos agricultores conheceram o PAA/CDS através de suas associações, assim como entregavam os produtos em suas respectivas organizações, essas relações participativas são fundamentadas na teoria de Chayanov (2017) sobre o papel do cooperativismo vertical nas organizações camponesas, importância do diálogo e das participações dos agricultores.

Do total de agricultores pesquisados, 91,6% já eram associados antes do programa, apenas 8,4% associou-se para participar, ou seja, para maioria já existia a necessidade de se organizar anterior ao PAA/CDS.

Em relação ao tempo de participação dos agricultores no programa, 25% participaram apenas de um ano, outros 25% participaram de dois anos e 50% participaram cinco anos ou mais. Observou-se que os agricultores que participaram apenas de um ano pertenciam as associações AMAERC e AMPAEX-MA, que tiveram as menores participações e acessaram os menores valores entre as organizações do município. Os agricultores que participaram em dois anos eram da AMPAFOZ, associação intermediária, os que participaram cinco anos ou mais são da ASTEMAC, organização com maior participação e recursos.

Avaliação do grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao PAA/CDS (Variável II - Grau de satisfação em relação ao PAA/CDS e organizações fornecedoras/associações) reconheceu as contribuições do programa, através da “[...] valorização da agricultura familiar; incentivo à uma alimentação saudável para a população; apoio à sustentabilidade ambiental; melhoria de qualidade de vida dos agricultores familiares; e incentivo ao associativismo [...]” (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2017, p. 88).

E avaliou as limitações, que são fatores que necessitam de melhorias, por meio de “[...] apoio à capacitação gerencial das associações e agricultores familiares; melhoria do preço de compra dos alimentos; equilíbrio da distribuição dos recursos do programa aos Estados; falta de conhecimento dos gestores públicos sobre o programa, dentre outros.” (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2017, p. 88 - 89).

As respostas da Variável II foram tabuladas e refletiram de acordo com as proporções explicitadas na Tabela 3. Informações/respostas prestadas pelos agricultores familiares geraram o índice de satisfação em relação ao programa.

Tabela 3 - Proporções das respostas da Variável II/Grau de Satisfação do PAA/CDS

VARIÁVEL II GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS DO PAA (ASSOCIAÇÕES)	(continua)				
	Muito Satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
Em relação as informações/capacitações recebidas , indique o grau de satisfação:					
Com as organizações de assistência e extensão rural.	-	25%	66,6%	8,4%	-
Com o apoio recebido pelo governo (Prefeitura e/ou Estado).	-	-	25%	50%	25%
Com a CONAB, considerando as explicações/treinamento sobre o PAA.	16,7%	58,3%	25%	-	-
Em relação aos grupos prioritários do PAA , indique o grau de satisfação:					
Com os grupos prioritários definidos pelo MDS; (assentados; indígenas; quilombolas e comunidades tradicionais; mulheres).	33,4%	16,6 %	50 %	-	-
Com os Critérios de Pontuação dos Projetos.	8,4%	33,3%	58,3%	-	-
Em relação as documentações exigidas pelo PAA/CONAB, indique o grau de satisfação:					
Com as exigências para a obtenção da DAP.	-	50%	50%	-	-
Com o PAA, considerando as documentações exigidas.	-	50%	50%	-	-
Com as condições e obrigações estabelecidas, no termo de compromisso.	-	8,4%	91,6 %	-	-
Em relação às questões operacionais do PAA , indique o grau de satisfação:					
Com os critérios de qualidade estabelecidos, no momento da entrega dos produtos.	-	75 %	25%	-	-
Com relação as exigências da vigilância sanitária na produção.	-	58,3%	33,3 %	8,4%	-
Em relação aos aspectos financeiros do PAA , indique o grau de satisfação:					
Com os preços pagos pelos produtos.	91,6 %	8,40%	-	-	-
Com o PAA, pois permitiu o aumento de minha renda.	83,4%	16,6%	-	-	-
Com o percentual pago a CONAB em decorrência da participação.	25%	66,6 %	8,4%	-	-
Em relação aos efeitos na produção , indique o grau de satisfação:					
Com o PAA, permitiu aumentar a área plantada.	8,4%	83,3 %	8,3%	-	-
Com o PAA, pois com o Programa passei a produzir novos produtos.	58,4%	41,6%	-	-	-

(conclusão)					
VARIÁVEL II GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS DO PAA (ASSOCIAÇÕES)	Muito Satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
Em relação aos efeitos do PAA, indique o grau de satisfação:					
Com o PAA, pois me ajudou na compra de bens duráveis como geladeira, celular, televisão, computador, etc.	41,6%	58,4 %	-	-	-
Com o funcionamento do PAA como política pública para a agricultura familiar.	58,4%	41,6%	-	-	-
Em relação aos aspectos de gestão da Associação, indique o grau de satisfação					
Com a sua participação na elaboração da proposta do projeto do PAA junto com a Associação.	66,6%	33,4%	-	-	-
Com o percentual pago a Associação referente a sua participação no PAA.	33,4%	66,6%	-	-	-
Com o apoio operacional da Associação na adesão e execução do PAA.	83,4 %	16,6 %	-	-	-
Total de respostas de 12 participantes	73	92	59	8	3

Fonte: Resultados da pesquisa de campo (MAS) (2019), Tabela adaptada de Nascimento (2015)

O índice de satisfação dos agricultores em relação ao PAA/CDS foi de 2,95, que corresponde a Classificação do Grau de Satisfação em Relação ao PAA/CDS entre 2,5 e 3,2 (cor azul) (QUADRO 4), que significa que os agricultores participantes da pesquisa estavam Satisfeitos com o PAA/CDS, como mostra o resultado do cálculo na Tabela 4.

Tabela 4 - Resultado do cálculo do Grau de Satisfação dos agricultores familiares

(a) N° Respostas	(b) Pesos	(a x b)	Resultado (c)
A - Muito Satisfeito	4	(73 X 4)	292
B - Satisfeito	3	(92 X 3)	276
C - Indeciso/Neutro	2	(59 X 2)	118
D - Insatisfeito	1	(8 X 1)	8
E - Muito Insatisfeito	0	(3 x 0)	0
Soma dos Resultados (c)/			694
N° de questões (d)			235
(e = c / d) = Índice total de			2,95
Satisfação (e)			

Fonte: Resultados da pesquisa de campo (MAS) (2019), quadro adaptado de Nascimento (2015).

As proporções das respostas da Variável II do Grau de Satisfação do PAA/CDS, explicitas na Tabela 3, sobre as informações e capacitações recebidas por instituições de assistência e extensão, informam que 66,6% agricultores estavam indecisos ou neutros sobre a

temática, justificaram que desconheciam atividades de extensão rural na comunidade. Já 25% disseram que se sentiam satisfeitos com as instituições e 8,4% de insatisfeitos.

Estudo realizado por Marques e Chaves (2017), no PA Piquiazal município de Mazagão, revela que o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) órgão responsável pela extensão rural no Amapá, não conseguia atender as necessidades da agricultura familiar no estado, devido sua precária infraestrutura e reduzido quantitativo de pessoal. O Grupo Focal III – AMPAEX-MA/AMAERC afirmou que o RURAP não aparecia nas comunidade, enquanto que o INCRA ajudou.

Ausência e o desconhecimento dos agricultores em relação a assistência e extensão rural, reafirma a ausência de apoio recebido pelo poder público local na execução do PAA/CDS, sobre essa questão 50% dos agricultores se declararam insatisfeitos, 25% muitos insatisfeitos e outros 25% indecisos/neutros.

Cordeiro (2007), como o PAA/CDS se expressa em rede, que envolve unidades familiares, associações e cooperativas, poder público local e instituições federais parceiras são fundamentais. A ausência de interrelações entre as instituições prejudica a execução e ampliação do programa. A Representante AMAERC também considerou que essa foi uma das dificuldades encontradas na execução do projeto.

Na compreensão do Grupo focal I – ASTEMAC, em relação ao apoio de assistência e extensão rural, afirmam que antes os técnicos chegavam até as comunidades, mas pouco incentivaram as atividades agrícolas. Já sobre o governo estadual e municipal enfatizaram que são isolados.

Para o Grupo focal II – ASTEMAC, a CONAB foi um dos órgãos mais atuante na região e o PAA/CDS foi o melhor programa que já participaram. O Grupo focal III – AMPAEX-MA/AMAERC, considerou que o apoio da prefeitura de Mazagão e estado do Amapá são ruins e ausentes, enquanto que a CONAB e os representantes das associações são presentes. E o Grupo focal IV – AMPAFOZ, dialogou sobre o abandono e desvalorização da agricultura familiar pelo município e estado, entendem que a valorização da agricultura é importante para economia local e de todo o Amapá.

Para Martins (1989), o descaso com o campesinato brasileiro é histórico, estão enraizados nas concepções políticas e intelectuais, que não conseguem dialogar e propor medidas atitudinais para valorização da agricultura familiar. Em Veiga (2003), a escassez da estrutura das famílias camponesas interfere diretamente no crescimento populacional das cidades, uma vez que a péssima condição das pessoas no campo estimula a busca por melhores condições nas cidades. Reconhecer o espaço rural e urbano como participantes do mesmo

processo de desenvolvimento, ajuda a diminuir o êxodo rural e potencializa a vida das pessoas no campo e nas cidades.

Nos grupos focais, foi consenso que a CONAB e as associações foram as principais instituições que acompanhavam e realizavam reuniões sobre as finalidades e execução do programa. Na Variável II sobre essa temática, 58,3% declararam satisfeitos com a CONAB, 25% indecisos ou neutros, 16,7% muitos satisfeitos com as orientações prestadas pela Companhia.

Em relação aos aspectos da gestão da associação, em particular a participação na elaboração da proposta do projeto para o programa, 66,6% estavam muito satisfeitos e 33,4% satisfeitos. No que se refere ao apoio da associação na adesão e execução do programa, 83,4% estavam muitos satisfeitos e 16,6% satisfeitos.

Os agricultores demonstram que o órgão representativo do programa conseguiu cumprir seu papel nas associações pesquisadas (BRASIL, 2012), assim como as associações que permitiram a participações dos sócios na elaboração do projeto para o PAA/CDS. O caráter participativo do associativismo e cooperativismo, “[...] se notabilizam pela capacidade de distribuição de resultados (bens e serviços), favorecendo a partilha dos produtos de equânime [...]” (SANTOS, 2016, p. 21).

Ainda na Variável II, os agricultores responderam as questões sobre os critérios de pontuação de grupos prioritários, documentos exigidos, questões operacionais do programa, que são considerados por Nascimento, Johann e Basso (2017) como limitações na participação e execução do PAA/CDS. Em relação aos critérios de seleção dos projetos, alguns agricultores ficaram em dúvida se eram contribuições e/ou limitações, por isso as respostas somaram 50% de indecisos/neutros e 33,4% satisfeitos. Os que se declararam satisfeitos entendia que os critérios valorizavam os agricultores que mais precisavam.

No Grupo focal II – ASTEMAC, os agricultores defenderam os critérios como importantes, acreditavam que permite maior participação das mulheres, ou seja, insere as mulheres nas atividades agroextrativistas. Lomba e Fonseca (2017), a organização de mulheres em associações possibilita mudanças na estrutura da relação produtiva patriarcal. Neste caso, o PAA/CDS torna-se uma possibilidade de participação das mulheres, como visto na Tabela 2, onde mostra as características das associações participantes, onde todas as associações tinham como maioria mulheres/sócias.

Em relação as documentações exigidas, em particular a DAP, que Grisa *et. al.* (2011) consideram como uma das limitações operacionais o que a Representante da AMAPOZ relatou como uma das principais dificuldades encontradas na adesão ao programa, 50% dos agricultores

declararam indecisos e neutros, porque desconheciam as dificuldades, tendo em vista que os representantes das associações resolviam as pendências documentais para eles. E outros 50% consideram satisfeitos com as exigências documentais, acreditam que as documentações comprovam que eles necessitavam do programa, ou seja, eles atendiam os critérios de seleção e as finalidades do programa.

Na modalidade CDS, a falta de clareza dos agricultores sobre os objetivos, procedimentos e finalidades do programa, é também uma limitação, porque muitos fornecedores desconhecem seus direitos e deveres no PAA/CDS (GRISA *et al.*, 2011).

No entendimento do Grupo focal I – ASTEMAC a associação cuidava de tudo, existia um planejamento da mesma. Para o Grupo focal III – AMPAEX-MA/AMAERC concordaram que foi fácil participar, pois receberam orientações. Os participantes do Grupo focal IV – AMPAFOZ relataram que conheciam pessoas que não participaram, porque não tinham documentações e outros que não confiavam no programa.

A concepção do Grupo focal IV – AMPAFOZ que dialoga com a pergunta 22 da Variável I (APÊNDICE F), onde 25% dos participantes responderam que não conheciam agricultores que tinham interesse no PAA/CDS e não participaram, enquanto que 75% disseram conheciam. Entre os motivos que impediram a participação, 22,3% apontaram que foi documental e 77,7% outros motivos, questionados sobre os motivos, os mesmos justificaram que esses agricultores não confiavam no programa, pois tinham participado de outros programas e não obtiveram vantagens.

O Grupo focal II – ASTEMAC confirmou a informação, de que outros agricultores não participaram porque duvidavam do programa. Neste caso, a desconfiança dos agricultores limitou suas participações, essa informação reforça o relato da Representante da CONAB sobre as dificuldades no início do programa no estado do Amapá.

A desconfiança dos agricultores não participantes do PAA/CDS, pode estar relacionada às trajetórias das políticas para agricultura no Brasil, tendo em vista que poucas políticas para agricultura familiar alcançaram o caráter de política pública (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Silva e Filocreão (2014) apontam fatores que limitam bons desempenhos de programas e políticas de créditos para agricultura familiar amapaense, entre eles estão: a ausência e/ou precariedade do serviço de assistência técnica, inadimplência de agricultores, falta de legalização fundiária, favorecimento de grupos políticos, entre outros.

Em relação a satisfação sobre as questões operacionais do PAA/CDS (Variável II), em particular as exigências da qualidade dos produtos entregues, 75% estavam satisfeitos e 25%

indecisos/neutros. No que diz respeito às exigências e fiscalização da vigilância sanitária foram 58,3% satisfeitos, 33,3% indecisos/neutros e 8,4% insatisfeito.

De acordo com o Grupo focal I – ASTEMAC, as exigências são necessárias porque elas ajudam e orientam a higiene dos produtos, mas argumentaram que os técnicos da vigilância não foram até a comunidade, eles seguiam as exigências que a CONAB estabelecia e que a representante da associação cobrava. Já para o Grupo focal IV – AMPAFOZ, considerou que faltou organização na conservação dos alimentos no processo de doação, bem como perceberam que muitas escolas beneficiadas não estavam preparadas para receber os produtos, em particular o peixe, pois em algumas escolas houve estrago de alimentos.

Em questionamento sobre a vigilância dos alimentos e o papel da vigilância sanitária no PAA/CDS, a Representante da CONAB justificou que em caso de alimentos processados (polpa, farinha, etc.) e doados entre municípios seguem as normas da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá (DIAGRO), quando a doação é realizada no próprio município segue as normas da vigilância sanitária municipal. Assim, relatou a Representante da CONAB: – “[...] eles só podem vender os processados se eles trouxerem o documento desses órgãos para a gente. São poucos que entregam esses produtos processados porque eles não conseguem se adequar a legislação sanitária” (informação verbal)³⁷. Para a entrevistada o produtor que tem interesse em ofertar produtos processados precisa se adequar às legislações vigentes e realizar a formação de boas práticas alimentares.

As representantes das associações relataram que reconhecem as exigências sanitárias como necessárias, mas também compreendem que a ausência de apoio do poder público municipal e estadual limitou a oferta de alimentos processados. Como exemplo segue o relato da Representante ASTEMAC I: – “[...] a gente tem que ter muita cautela [...], porque as crianças na região, na cidade que recebiam alimento hoje não tem, sente falta. Porque elas recebiam açaí, recebiam o peixe, recebiam camarão, agora não tem peixe porque você tem que ter o documento [...]” (informação verbal)³⁸. Para a representante as exigências limitaram a entrega de produtos processados, enfatiza: – “[...] a gente entregava até 5 mil frangos por semana, agora você tem que ter a documentação da DIAGRO.” (informação verbal)³⁹.

³⁷COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Entrevista Narrativa I: Representante CONAB**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Macapá/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (60 min).

³⁸ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DAS COMUNIDADES DO CURUÇÁ E FURO DO MARACÁ (ASTEMAC). **Entrevista Narrativa II: Representante ASTEMAC I**. [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Mazagão/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (59 min).

³⁹Id., 2019.

Compreende-se que as exigências sanitárias e ausência de capacitação dos agricultores na produção de alimentos processados, limitaram as doações de alguns produtos e reduziram as quantidades entregues nas instituições recebedora.

Para Santos *et al.* (2019) o PAA é fundamental para a segurança alimentar e nutricional, produz alimentos, estimula organização social, incentiva a diversidade produtiva, ampliação da renda familiar, entre outros. Porém, afirma que muitas “[...] organizações familiares não dispõem de estrutura física adequada, nem conhecimento técnico para garantir a qualidade de seus produtos [...]”. Neste sentido, Santos *et al.* (2019) reconhecem que são necessárias parcerias entre os órgãos gestores do PAA/CDS, órgãos de fiscalização sanitárias e as organizações familiares, através de orientações, cursos de noções de higiene pessoal, manipulação, acondicionamento, rotulagem, transportes e outros. Essas medidas previnem as doenças transmitidas pelos alimentos e melhoram a qualidade do produto.

O método MAS, analisou também a renda dos agricultores, através da Variável I (questões 8 e 9) e verificou-se a renda antes e participando do PAA/CDS, assim como os motivos da participação (questão 16). O principal motivo da participação dos agricultores foi com o objetivo de aumentar a renda. Pois, 41,7% dos agricultores afirmaram que buscaram aumentar a renda, 33,4% pela garantia do mercado (segurança de mercado), 16,6% pelo preço pago e 8,3% porque era mais fácil vender. Esses dados revelam o que Salgado *et al.* (2017) consideraram como contribuições do PAA para agricultores familiares, promoção de segurança de mercado, valorização da produção familiar local e o aumento da renda dos agricultores fornecedores.

Para uma verificação detalhada da renda dos agricultores participantes da pesquisa, recorreu-se a duas metodologias de linha de pobreza, uma que foi estabelecida pelo Banco Mundial (2017; 2019) e a outra adotada pelo IBGE (2018). o Banco Mundial utiliza três linhas de pobreza: 1.90 dólares *per capita* em Paridade de Poder de Compra (PPC) (R\$ 4.60) para extrema pobreza, até 3.20 dólares (R\$ 7.70) renda média inferior (Pobreza) e até 5.50 dólares (R\$13,30) renda média alta.

De acordo com IBGE (2018), como o Brasil não tinha uma metodologia própria e sua classificação era de país de renda média alta, o Banco Mundial sugeriu o uso da classificação de pessoas na linha de pobreza até o valor de 5.50 dólares por dia (BANCO MUNDIAL, 2019; IBGE, 2018).

Segundo IBGE (2018), no ano de 2016 no Brasil, eram 6,6% da população vivendo com US\$ 1,90 por dia (R\$ 140,00 mensais em valores de 2017), em 2017 a porcentagem aumentou para 7,4%, exceto na Região Norte. A linha de pobreza de US\$ 3,20 (em média de R\$ 236,00

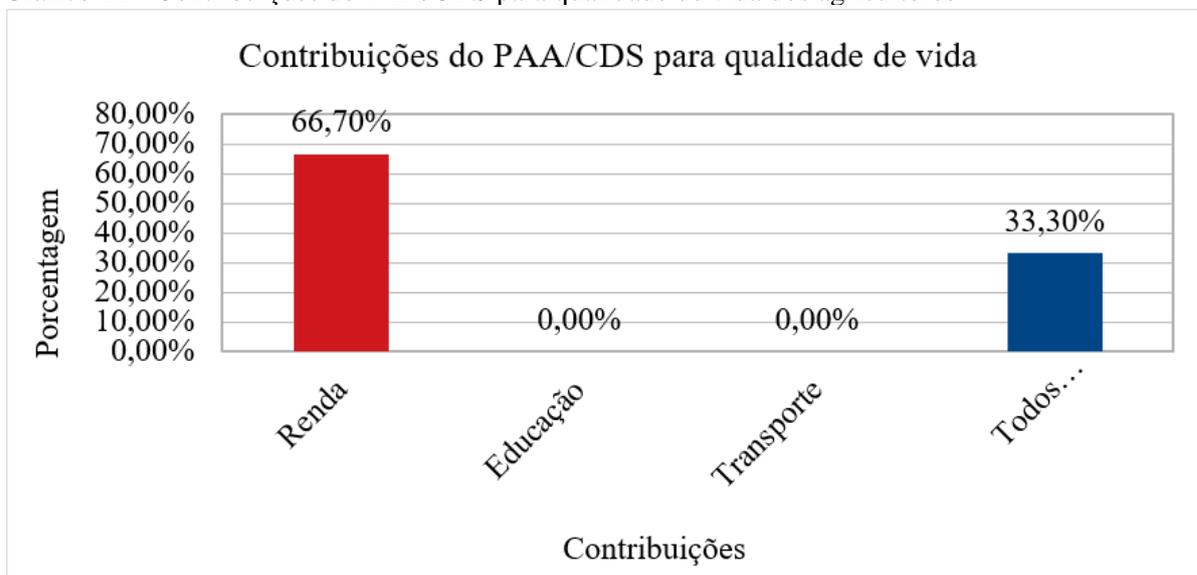
mensais) cresceu, era 12,8% em 2016, foi para 13,3% em 2017. Na linha de US\$ 5,50 diários (cerca de R\$ 406,00 mensais) era 26,5% da população em 2017, diante de 25,7% da população em 2016. Antes do PAA/CDS o resultado do MAS informa que 41,7% dos agricultores participantes da pesquisa viviam com até R\$ 7,70 (US\$ 3,20) por dia e 58,3% com valores até R\$ 13,30 (US\$ 5.50) por dia. Na avaliação do Banco Mundial os 41,7% situam-se na linha de pobreza e 58,3% com a renda média alta, enquanto que para o IBGE todos estão na linha da pobreza.

Já a renda dos agricultores participando do PAA/CDS melhorou, foi de 41,7% vivendo com até R\$ 13,30 (US\$ 5.50) por dia e 58,3% com valores acima de R\$ 13,30 (US\$ 5.50). Para o Banco Mundial os 41,7% compõe a renda média alta e 58,3% com renda alta, já para o IBGE apenas 58,3% estariam acima da linha de pobreza. Logo, tanto na interpretação do Banco, quanto no IBGE, percebe-se que houve melhoria na renda dos agricultores no período em que participaram do programa.

Para o PNUD, IPEA e FJP (2013, p. 9) “a renda per capita média de Mazagão cresceu 117,38% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 162,67, em 1991, para R\$ 173,83, em 2000, e para R\$ 353,61, em 2010 [...]”. Neste caso, os resultados da renda de Mazagão estão de acordo com a *per capita* dos agricultores beneficiados com recursos do PAA/CDS.

Na Variável I (questão 23), 100% dos agricultores afirmaram que o PAA/CDS contribuiu para melhoria de suas vidas e de seus familiares. No Gráfico 12 são apontadas as principais melhorias proporcionadas pelo programa.

Gráfico 12 - Contribuições do PAA/CDS para qualidade de vida dos agricultores



Fonte: Dados da pesquisa de campo (MAS).

No Gráfico é demonstrado que para 66,70% o PAA/CDS contribuiu para melhoria da renda e 33,30% contribuiu não só para o aumento da renda, como também para educação dos filhos e aquisição de transportes fluviais (educação e transporte), por isso os dados foram agrupados como todos.

Froehlich e Schneider (2014) o PAA/CDS exerce papel fundamental no desenvolvimento rural, possibilita melhorar não só a renda dos agricultores e a segurança do mercado, mas também “[...] gera qualidade de vida aos agricultores, na medida em que estes podem planejar melhor os investimentos da propriedade e adquirir outros bens que lhes facilitem as tarefas agrícolas e domésticas, além de proporcionar alternativas de lazer [...]” (FROEHLICH; SCHNEIDER, 2014, p. 229). A Variável II corrobora os autores sobre a satisfação em relação aos efeitos do PAA/CDS, em particular, se ajudou adquirir bens duráveis (geladeira, celular, televisão, computador, etc.). O resultado foi de 41,6% de agricultores muitos satisfeitos e 58,4% satisfeitos.

Os grupos focais discutiram sobre os efeitos do PAA/CDS, no Grupo focal I – ASTEMAC concordaram que melhorou a renda e assim compraram motor de luz, freezer, televisão e embarcação. Os agricultores do Grupo focal II – ASTEMAC afirmaram que também melhorou a renda, investiram nas infraestruturas das casas e compraram embarcações.

O Grupo focal III – AMPAEX-MA/AMAERC considerou que melhorou a renda e contribuiu para investir na agricultura, para produzirem outros alimentos. E o Grupo focal IV – AMPAFOZ acredita que a garantia de mercado foi uma das principais melhorias, porque eles plantavam na certeza que iriam vender, isso motivava eles a produzirem. As concepções dos grupos, refletem os dados do Gráfico 12 e Froehlich e Schneider (2014) sobre as contribuições do PAA/CDS para qualidade de vida dos agricultores.

A Variável II também avaliou a satisfação dos agricultores em relação aos aspectos financeiros do PAA/CDS, o grau de satisfação em relação a renda foi de 83,4% satisfeitos e 16,6% satisfeitos. Com os preços pagos pelos produtos, 91,6% muitos satisfeitos e 8,4% satisfeito. Questionados sobre a porcentagem retida do projeto para o governo federal/CONAB, o percentual de satisfação foi de 25% muitos satisfeitos, 66,6% satisfeitos e 8,4% indecisos/neutros. Os agricultores também foram questionados sobre a contrapartida destinada as despesas da associação na gestão do PAA/CDS, 66,6% demonstraram muita satisfação e 33,4% satisfação.

A respeito dos aspectos financeiros, o Grupo focal I – ASTEMAC, compreende que com o PAA/CDS era melhor para vender, os repasses do governo federal ajudavam na renda e eles tinham certeza que a produção seria vendida. Na concepção do Grupo focal II –

ASTEMAC, o preço pago pelos alimentos valorizou muito a produção e foi ótimo. Já a porcentagem de 5,85% paga ao governo federal não era boa, mas mesmo assim o dinheiro que recebiam compensava.

Para o Grupo focal III – AMPAEX-MA/AMAERC, o programa contribuiu para melhorar vida dos participantes e a principal melhoria foi a renda. De acordo com o Grupo focal IV – AMPAFOZ, o preço pago pela produção era bom e o mercado era seguro. As contribuições enfatizadas pelos grupos confirmam os benefícios do programa descritos por Cordeiro (2007) e Silva, Filocreão e Lomba (2016) e pelas representantes das associações.

Nas discussões dos grupos observou-se uma realidade comum, os participantes concordaram que o mercado principal antes do programa e era o município de Santana/AP, seus produtos não eram valorizados financeiramente, enquanto que o preço pago pela “CONAB” era bom e sentiam-se seguros para comercializar. Assim como nos estudos de Valnier e Ricci (2013), os agricultores de Mazagão/AP tinham poucas opções de mercado e seus produtos eram desvalorizados.

O exemplo da unanimidade nos grupos, pode ser observada na comparação entre os dois mercados (Santana e CONAB) pelo Grupo focal IV – AMPAFOZ, os agricultores enfatizaram na “beira de Santana”, ou seja, na área portuária os comerciantes não compravam por R\$ 10 o cacho, então vendiam por R\$ 5,00. Enquanto que no mercado institucional da CONAB, o quilo da banana era vendido por R\$ 3,27, chegaram a entregar um cacho de banana pelo valor de 90 reais. Para os agricultores isso exemplo comprova a valorização da agricultura familiar pelo PAA/CDS, sua suspensão ou fim significa o retorno e desvalorização produtiva no mercado de Santana/Ap.

Em relação a diversidade produtiva, a Variável I (questões 12 e 13) dialoga com a Variável II, os resultados da variedade produtiva antes do PAA/CDS (Variável I) foi de 58,3% de agricultores que produziram entre quatro a cinco culturas, 33,3% entre duas a três variedades e 8,4% apenas uma cultura. A variedade produtiva com o PAA/CDS aumentou e os dados mostram que 25% plantavam de quatro a cinco culturas e 75% plantavam acima de cinco culturas.

Em pesquisa sobre indicadores com mensurações adequadas para avaliar a contribuição do PAA para a segurança alimentar, Assis, Priore e Franceschini (2017), perceberam que o programa contribuiu significativamente para aumentar renda dos agricultores e familiares, estimulou a diversificação da produção, os alimentos produzidos foram úteis para o autoconsumo e para redução do índice de insegurança alimentar.

De acordo com as representantes das associações e os grupos focais, eles passaram a produzir alimentos que não produziam na comunidade. Para o Grupo focal II – ASTEMAC, antes do programa plantavam o básico para viver, depois começaram plantar banana, açaí, limão e outros. No Grupo focal IV – AMPAFOZ, os agricultores confirmaram também que com o PAA/CDS passaram a valorizar mais a terra, pois a área onde plantavam o açaí, plantavam também a banana, macaxeira, cará, entre outros.

Além da variedade produtiva, o PAA/CDS incentiva os agricultores a utilizar as práticas de cultivos agroecológicos, que para Wezel *et al.* (2013) são práticas que valorizam a produção de alimentos e potencializam os processos ecológicos. Nunes e Marjotta-Maistro (2017), informam que em assentamentos rurais o PAA torna-se fundamental para a permanência das famílias no local, assim como para o fortalecimento do modo de produção agroecológico. Pois, na intenção de promover a segurança alimentar e a luta contra a pobreza, o programa promove a inclusão social e o desenvolvimento local (NUNES; MARJOTTA-MAISTRO, 2017).

Os alimentos produzidos pelas associações e agricultores pesquisados, foram doados para próprio município de Mazagão e também para outros municípios do estado do Amapá, entre eles: Itaubal, Macapá e Santana. Na Tabela 5 os dados estão organizados para uma visibilidade dos alimentos doados pelos agricultores das associações participantes da pesquisa.

Tabela 5 - Principais produtos ofertados ao PAA/CDS (2010 a 2018)

Principais produtos ofertados e doados	Quantidade em Kg	Quantidade e categorias consumidoras
Banana	221.831,324	- 02 Pré-escola (Itaubal);
Milho	194.678,901	- 16 escolas municipais (Mazagão e Santana);
Açaí	131.381,359	- 10 escolas estaduais;
Camarão	11.672,70	- 29 Acampamentos (Igrejas e associações);
Total	559.564,284	- Prefeitura Mazagão e Secretaria (4 entregas); - Outros: Sesc Macapá (3 doações) e Casa Hospitalidade Macapá (01 doação).

Fonte: Dados da Transparência Pública do PAA (CONAB, 2019), organizado pelo autor.

Na Tabela é demonstrado que os principais alimentos produzidos e doados, foram banana, milho, açaí e camarão, juntos somaram 559.564,284 quilos e foram doados para 61 instituições consumidoras, e assim os alimentos atenderam escolas municipais e estaduais, igrejas, instituições filantrópicas e associações rurais e urbanas.

Na Fotografia 14 pode ser visualizado a entrega de produtos na AMPAFOZ em 2015 e na Fotografia 15 a entrega de produtos na ASTEMAC em 2018. Ambas ilustram momentos da pesagem dos produtos entregue pelos agricultores em suas respectivas associações.

Fotografia 14 - Entrega de produtos na AMPAFOZ em 2015



Fonte: Pacheco (2019).

Fotografia 15 - Entrega de produtos na ASTEMAC em 2018



Fonte: Oliveira (2019).

As fotografias registraram a entrega de alimentos e sua variedade produtiva, como açaí em natura, milho verde, abóboras, bananas e farinha de raiz de mandioca. Os locais de entrega e a pesagem dos produtos são acordados pelos representantes das associações e sócios participantes do PAA/CDS. Relatou a Representante da CONAB que: – “[...] a associação pega aquele montante, confere, pesa e leva para os consumidores, unidade recebedora.” (informação verbal)⁴⁰, no ato da entrega e pesagem dos alimentos o presidente da associação e o agricultor fornecedor assinam o Termo de Recebimento e Aceitabilidade (TRA), que é encaminhado a CONAB para a liberação do pagamento.

Para compreender a concepção do agricultor em relação a política pública, a Variável II verificou o grau de satisfação dos agricultores em relação ao funcionamento do PAA/CDS como política pública para a agricultura familiar, 58,4% dos agricultores consideraram como muitos satisfeitos e 41,6% satisfeitos, esse item não apresentou indecisos/neutros, insatisfeitos e muitos insatisfeitos.

Apesar da satisfação dos fornecedores, o PAA/CDS na atualidade não se encontra valorizado nas ações do governo federal, como já discutidos nesta pesquisa, existiam projetos aprovados, mas o recurso não tinha sido liberado aos estados e municípios. Por isso, nos grupos focais e na variável I do MAS (questões 24 e 25), os agricultores foram questionados sobre o cenário atual do PAA/CDS em suas associações. Na Variável I, 100% concordaram que se o PAA acabar a produção e a comercialização diminuirão.

Nos grupos focais os agricultores expressaram suas opiniões sobre a situação atual do programa, o Grupo focal I – ASTEMAC concorda que nos últimos anos eles tiveram prejuízos com a produção de banana, as frutas estragaram nas roças. O Grupo focal II – ASTEMAC confirma que sem programa a perda de alimentos é grande, porque plantaram planejando participar do próximo ano. No Grupo focal III – AMPAEX-MA/AMAERC a compreensão é a mesma dos outros grupos, o fim do programa significa prejuízo na produção, pois vai sobrar e estragar alimentos. Os agricultores do Grupo focal IV – AMPAFOZ questionaram entre si “vamos plantar pra que?”, chegaram à conclusão que o governo federal deveria trocar o Programa Bolsa Família pelo PAA/CDS, porque faz a pessoal trabalhar, produzir e vender, enquanto que com a bolsa a pessoa não produz, mas recebe.

⁴⁰COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Entrevista Narrativa I: Representante CONAB.** [out. 2019]. Entrevistador: Geovane Tavares dos Santos. Macapá/AP, 2019. 1 arquivo. mp3 (60 min).

A partir das concepções das representantes das associações, dos agricultores e o convívio com eles, foi possível perceber a ausência que o PAA/CDS está causando. Na Fotografia 16 (polpas de cupuaçu) e Fotografia 17 (polpas de goiaba aracá) estão registros do interior de dois freezers de um dos agricultores do Grupo focal IV – AMPAFOZ, que obteve a licença para processar as frutas, mas não tinha conseguido vender a produção, devido à ausência do programa.

Fotografia 16 - Polpas de cupuaçu



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

Fotografia 17 - Polpas de goiaba aracá



Fonte: Pesquisa de campo, registro do autor (2019).

Pandolfo (2008), defende que para evitar dependência ao mercado institucional (PAA), é necessário a criação de novos mercados capazes de absorver a produção estimulada. Através das técnicas de pesquisas utilizadas, notou-se que no município de Mazagão/AP novos mercados não foram criados para absorver os estímulos produtivos advindo do PAA/CDS, bem como os mercados anteriores que os agricultores participavam não foram potencializados para valorização da produção familiar.

Diante das contribuições e limitações do PAA/CDS apresentadas através do MAS e dos grupos focais, acredita-se que o programa foi uma importante política pública para formentar a agricultura familiar no Brasil, em particular no estado do Amapá e município de Mazagão/AP. De acordo com os agricultores familiares participantes da pesquisa, contribuiu para o aumento da renda, estimulou a variedade produtiva, aumentou a produção de alimentos, colaborou com a segurança alimentar, promoveu melhorias na qualidade de vida, etc.

Os participantes conviveram também com as limitações apresentadas e que necessitam de soluções para atender um quantitativo maior de fornecedores e beneficiados. Representantes e agricultores participantes da pesquisa estavam sem respostas e soluções concretas sobre o futuro do programa. Desta forma, conclui-se que o PAA/CDS vivencia seu pior momento político e financeiro no estado do Amapá, em particular no município de Mazagão/AP.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, intitulada Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado do Amapá: contribuições e limitações para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão (2010 - 2018), proporcionou diálogos multidisciplinares acerca da problemática e objetivos propostos. O objetivo geral e os específicos foram atendidos, estão presentes através do resgate dos paradigmas teóricos internacionais e brasileiros da questão agrária, nas discussões sobre as políticas públicas e agricultura familiar no Brasil com foco no PAA, na contextualização e caracterização do estado do Amapá e do município de Mazagão/AP e nas discussões das contribuições e limitações do PAA/CDS no fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão/AP.

As concepções teóricas internacionais e brasileiras da questão agrária são pilares da Sociologia Rural, por isso são essenciais em discussões sobre agricultura familiar. Neste estudo, as teorias internacionais da questão agrária e suas tentativas de conciliações reuniram correntes de pensamento que visavam compreender a realidade do modo de produção camponês e suas interações com o modo de produção capitalista.

No Brasil, os estudos rurais foram influenciados no início pelas concepções cepalinas (década de 40) que criticavam a estrutura precária agrícola para industrialização. Os principais teóricos desse período dialogavam com teorias neoclássicas, keynesiana e em alguns casos com marxistas. A definição de agricultura familiar e construção de identidade dos movimentos agrários aliada ao termo, foram importantes nas lutas para desenvolvimento de políticas públicas, em particular do PAA.

Nas trajetórias das políticas públicas para agricultura familiar no Brasil, foram abordadas três gerações: a primeira geração (início década de 90) de construção de um referencial agrícola e agrário, resultado das reivindicações e do processo de redemocratização do país, motivaram desenvolvimento de programas como o PROVAP. A segunda geração reconhecida pela construção de um referencial social e assistencial, atuavam como uma estratégia para combater a pobreza rural, marcada pelo fortalecimento do PRONAF (1995). A terceira geração de construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, consolidou o PAA (2003). O PAA representa uma conquista das lutas dos movimentos sociais rurais, foi criado mediante os esforços e resistências.

Foi contextualizado e caracterizado o estado do Amapá e o município de Mazagão (locus da pesquisa). Na sua formação institucional, o Amapá vivenciou três processos

principais: o primeiro da criação da Vila de Macapá e a construção da Fortaleza de São José de Macapá. O segundo, a criação do Território Federal do Amapá em 1943 e o terceiro momento, a criação do estado do Amapá em 1988. O processo histórico e geopolítico de Mazagão contextualiza a árdua transição da cidade fundada em Marrocos, ancorou em Lisboa (Portugal), desembarcou no Brasil (Belém) e depois foi deslocada até o rio Mutuacá, atual município Mazagão/AP.

Os indígenas e negros sofreram com a radicalidade da intervenção colonial portuguesa, os trabalhadores da “nova” cidade vivenciaram o abandono e foram submetidas as péssimas condições de trabalho. Os mazaganistas perderam suas naturezas jurídicas, deixam a função de soldados para assumir a responsabilidade de povoadores (“*colonus*”).

O soldado da Mazagão Africana transformou-se em colono na “Nova” Mazagão para trabalhar na produção agrícola colonial. Na pesquisa de campo foi possível perceber que além do caráter familiar nas atividades rurais, estavam presentes as suas características agroextrativistas, resultado da união do sistema agrícola (agro) e da coleta indígena (extrativismo).

A interação teórico-prática da pesquisa, foi possível através dos procedimentos metodológicos utilizados, que explorou dados quantitativos e qualitativos. As etapas desenvolvidas foram: pesquisa exploratória e bibliográfica, presentes no referencial teórico e análise e discussão dos resultados; pesquisa documental, acesso aos dados da Transparência Pública do PAA e arquivos físicos da CONAB, fundamentais para o resgate histórico do PAA/CDS no estado do Amapá, município de Mazagão e para abordagem quantitativa dos recursos do programa.

A pesquisa de campo, contou com a realização de entrevistas narrativas, grupos focais e aplicação do MAS do PAA/CDS, as técnicas foram úteis na extração dos dados, permitiram narrativas e diálogos com os participantes. Participaram da EN a representante da CONAB, ASTEMAC I, ASTEMAC II, AMPAFOZ, AMPAEX-MA e AMAERC. Na aplicação do MAS e reuniões dos grupos focais participaram agricultores familiares das referidas associações.

Acredita-se que os procedimentos metodológicos adotados foram suficientes para cumprir os objetivos traçados e alcançar os resultados esperados. Durante a realização da pesquisa sugeriram dois imprevistos, um deles foi o adoecimento do pesquisador/discente (Lombalgia Cervical, Bursite e Tendinite no obro direito) o que prorrogou por seis meses a defesa da dissertação. Outro foi a impossibilidade da participação na pesquisa de campo da 2ª associação e da 7ª associação. Apesar dos imprevistos, a dissertação seguiu os princípios éticos da pesquisa e buscou ao máximo cumprir com o planejamento.

Na construção do referencial da pesquisa, encontrou-se dificuldade em suportes teóricos locais para compreender os processos políticos e participativos das associações do município de Mazagão/AP, assim como o início do PAA/CDS no estado do Amapá. Percebeu-se que existem necessidades de estudos e aprofundamentos sobre o rural amapaense, bem como regaste histórico das trajetórias das políticas públicas para agricultura familiar, as participações políticas e sociais das organizações rurais (associações e cooperativas). Neste cenário, a dissertação apresenta-se como um estudo colaborativo para novos olhares, análises e reflexões da realidade camponesa e familiar amapaense.

Os dados da pesquisa de campo, foram tabulados, transcritos, analisados e discutidos, estão disponíveis nas corrobore e refutações das contribuições e limitações do PAA/CDS no município de Mazagão/AP. O MAS e as entrevistas narrativas permitiram traçar o perfil socioeconômico dos participantes (representantes das associações e agricultores), já os dados da Transparência Pública do PAA e as entrevistas narrativas foram essenciais para a discussão do PAA/CDS na perspectiva do desenvolvimento na Amazônia, Amapá.

O estado do Amapá em 10 anos (2009 a 2019) de PAA/CDS, ocupou a 2º colocação entres os estados do Norte. Os recursos recebidos pelo município de Mazagão/AP de 2010 a 2018 representam 37,1% do estado do Amapá, desse total foram executados 39%, esses recursos beneficiaram 16 organizações (associações e cooperativas) e 37,2% dos agricultores fornecedores (2.236 agricultores beneficiados), essas informações deixam o município na 1º colocação em participação no PAA/CDS no estado.

A concepção da representante da CONAB refletiu sobre o início do PAA/CDS e as dificuldades encontradas para sua execução no estado do Amapá. O programa começa no estado em 2009 a partir da instalação da CONAB, no cenário de ausência de apoio do poder público local, carência de articulação política e infraestrutura das organizações (associações e cooperativas) para motivar a participação no PAA desde 2003.

As dificuldades financeiras e logísticas do órgão representativo do PAA/CDS limitaram a divulgação e orientação de organizações localizadas em municípios considerados distantes de Macapá/AP (sede da CONAB). Segundo a Representante da CONAB, essas dificuldades impossibilitaram uma ampliação regional do programa no estado, fator que aliado as características econômicas e produtivas dos municípios, estrutura organizativa, baixos índices de IDHM, geraram desigualdades regionais no acesso dos recursos da política.

As concepções das Representantes das associações e dos agricultores familiares participantes da pesquisa, corroboram que o PAA/CDS foi uma das políticas públicas com maior contribuição para agricultura familiar que já participaram. As contribuições relatadas

foram o aumento da produção e da variedade produtiva, segurança do mercado, segurança alimentar nas comunidades, melhoria da renda, melhoria de infraestrutura comunitária (exemplo da ASTEMAC), incentivo de participação de mulheres, etc. Estes dados reforçam a importância de políticas públicas que atendam as necessidades de grupos sociais que historicamente foram excluídos das políticas agrícolas no Brasil.

Os participantes da pesquisa, também demonstraram as limitações encontradas no processo de participação e execução dos recursos do programa, são elas: dificuldade na logística para recebimento, entrega de alimentos e locomoção até a CONAB, dificuldades documentais (DAP física e jurídica), instabilidade financeira e suspensão do programa, desconhecimento dos agricultores sobre as finalidades do programa. As limitações estão relacionadas com a instabilidade política e econômica do governo federal, ausência de parcerias e apoio com o poder público estadual e municipal, carência de assistência rural, pouca infraestruturas de algumas organizacionais.

Em síntese, os resultados da pesquisa corroboraram a hipótese sobre as contribuições e limitações do PAA/CDS para o fortalecimento da agricultura familiar. Os dados analisados proporcionam reflexões sobre novas categorias de análises ao estudo do programa e a agricultura familiar no estado do Amapá, em particular município de Mazagão, entre elas: a participação de mulheres no programa; a necessidade de construção teórica das trajetórias dos movimentos sociais rurais e suas lutas no estado do Amapá; o papel e a estrutura política do associativismo e cooperativismo nos municípios do estado.

Estas temáticas são evidenciadas no estudo e merecem destaque para análises posteriores. Recomenda-se também para estudos posteriores sobre do PAA/CDS, a inclusão da análise das concepções dos consumidores (beneficiados com os alimentos), para compreender quais os impactos do programa na segurança alimentar e nutricional dos consumidores. No âmbito das políticas públicas para agricultura familiar, recomenda-se ampliação dos recursos, envolvimento do poder público local no suporte de assistência e extensão rural, construção coletiva de luta entre as organizações e agricultores para garantir seus direitos e promover o fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades rurais.

Contudo, esta dissertação apresenta-se como uma contribuição na produção de conhecimento sobre políticas públicas e agricultura familiar no estado do Amapá. Sua relevância está presente nas possibilidades de permitir compreensões acerca do desenvolvimento regional, campesinato, agricultura familiar, políticas públicas, em particular do PAA/CDS na Amazônia, Amapá, Mazagão/AP.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- ALMEIDA, J. **A modernização da agricultura**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- ALMEIDA, J. Por um novo sentido à prática da agricultura. *In*: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 7 - 15.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- ALTIERI, M. (org.). **Agroecologia: bases científicas para una agriculturasustentable**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2002.
- ANDRADES, T. O. GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v. 21, Juiz de fora–MG, 2007. Disponível: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 05 jan. 2018.
- ARCHETTI, E. P. Contextualização histórica do debate sobre a Questão Agrária na Revolução Russa. *In*: CARVALHO, H. M. de. (org.). **Chayanov e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 15 – 32.
- ARAUJO, R. M. de. Mazagão, a Memória das Conquistas. *In*: ARAUJO, R. M. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2. ed. Porto: FAUP Publicações, 1988. p. 265 – 305.
- ASSIS, S. C. R. de; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência e saúde coletiva** - online, v. 22, n. 2, 2017. p. 617-626. ISSN 1678-4561. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0617.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- ASSUNÇÃO, P. Mazagão: cidades em dois continentes. **Revista arq.urb**, São Paulo, n. 2, p. 22 – 55, segundo semestre, 2019. Disponível: <https://arqurb.emnuvens.com.br/arqurb/article/view/102>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual 2017**. 1º de junho de 2016 a 30 e junho de 2017. Disponível: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/27986/211119PT.pdf?sequence=9&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BANCO MUNDIAL. **Portal de dados sobre Pobreza e Equidade: Brasil**. April, 2019. Disponível: <http://povertydata.worldbank.org/poverty/home>. Acesso em: 10 out. 2019.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, n. 19, v. 53, 2005. Disponível em: www.ppg-casa.ufam.edu.br/pdf/Bertha%20Becker_2005.pdf. Acesso em: 18 mai. 2018.

BERTOLINI, G. R. F. **Modelo de Avaliação da Percepção dos Consumidores em Relação aos Produtos Ecologicamente Corretos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86716>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BONNETI, L.W. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 20.

BONNETI, L.W. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, n. 5, p. 17-28, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/587>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e da outras providências, de 02 de julho de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 jul. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm. Acesso em: 09 ago. 2018.

BRASIL. Lei federal 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 02 nov. 2018.

BRASIL. Decreto no 7.775, de 04 junho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, de 4 de julho de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 jul. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em: 09 ago. 2018.

BROWDER, J; GODFREY, B. J. Geopolítica, desenvolvimento regional e urbanização: dinâmicas geográficas e históricas da fronteira amazônica. *In*: BROWDER, J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira**. Manaus: EDUA, 2006. p. 76 – 104.

CAMBRAIA, P; LOBATO, S. **Rios de histórias: ensaios de história da Amazônia e do Amapá**. 1. ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora Multifoco, 2013.

CAMPOS, Í. A sustentabilidade da agricultura na Amazônia. *In*: **I Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Indio%20Campos.pdf. Acesso em: 04 mai. 2019.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CANDIDO, A. As formas de solidariedade (1964). In: WELCH, C. *et al.* **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. São Paulo: UNESP, 2009. p. 193 – 201. E-book. Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788571399549,camponeses-brasileiros-vol.-i>. Acesso em: 04 mai. 2019.

CARTIER, E; OLIVEIRA, L. B; NUNES, C. C. Reflexões sobre o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento. **Atos de Pesquisa em Educação**. ISSN 1809-0354, v. 6, n. 2, p. 470-491, mai./ago. 2011. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2580/1695>. Acesso em: 15 mai. 2018.

CAVALLARI, A. A. *et al.* Programa de Aquisição de Alimentos na Amazônia legal brasileira. **Revista de Estudos Sociais**, n. 34, v. 17, ano 2015, p. 181. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/viewFile/2600/1775>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CHAGAS, M. *et al.* A articulação entre o complexo verde de Ab'Saber e o complexo urbano de Becker como desafio do desenvolvimento regional: Amapá como um caso amazônico. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 32, 2016. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1089>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CHAYANOV, A. V. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CHELALA, C; CHELALA, C. **Soja no Amapá**: história, economia e meio ambiente. Autor: Macapá/AP, 2019. p. 15 – 16.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Transparência pública PAA**. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=>. Acesso em: 14 ago. 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Critérios para Pontuação dos Projetos: PAA/CDS – 2018b. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/banners/18_03_27_08_47_17_criterios_2018.pdf. Acesso em: 14 ago. 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Transparência pública PAA**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em: 19 jan. 2018

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB); DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES (DIPAI). **Resultado de classificação de projetos PAA/CDS**. Macapá/Ap: CONAB, 2019. p. 1 – 2.

COSTA, F. A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática no EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, J. S. S. **Avaliação do grau de desenvolvimento dos municípios amapaenses**. 2016. 84 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Macapá, 2016.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.

CRESWELL, J. W. **Educational research: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research**. 4th ed. Boston - EUA: Pearson Education, 2012. E-book. Disponível em: <https://www.pearson.com/>. Acesso em: 09 set. 2019.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 51 – 66.

DANILOV, V. Introdução: Alexander Chayanov como teórico do movimento cooperativo. In: CHAYANOV, A. V. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 11 – 35.

DIAS, P. **O Amapá em perspectiva: municípios do Amapá**. Macapá: JM Editora Gráfica 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 212 p.: il. color.; 18,5 cm x 25,5 cm. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao-2030>. Acesso em: 05 mai. 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Código Florestal, adequação ambiental da paisagem rural: Módulos Fiscais**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 05 mai. 2019.

ENGELMANN, F. A Pesquisa em Desenvolvimento Regional: Problemas de Definição, Epistemologia e Metodologia. **Gestão e Desenvolvimento**. v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/.../1466. Acesso em: 20 abr. de 2018.

FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em questão**. São Paulo: Iglu Editora, 2007.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: GEA/SEMA, 2002. 170 p.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia**: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. 2007. Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável e Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém/PA, 2007.

FILOCREÃO, A. S. M. Formação Socioeconômica do Amapá. *In*: CASTRO, E. R.; CAMPOS, Índio (org.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015a, p. 100.

FILOCREÃO, A. S. M. **Amapá 2000 - 2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015b.

FILOCREÃO, A. S. M; SILVA, I. C. da. A política de assentamentos rurais no Estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 3, p. 145-171, dez. 2016, DOI: 10.18468/pracs.2016v9n3.p145-171, ISSN 1984-4352. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FLICK, U. **Introdução a metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes; Revisão: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FROEHLICH, E; SCHNEIDER, S. Condicionantes legais e estratégias de governança para a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar via o Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Tapes, no Rio Grande do Sul. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN); Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 209 – 231. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/PAA.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FUSCALDI, K. C. Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola. *In*: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **48º Congresso SOBER**, Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GERARDI, L. H. O; SALAMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. *In*: CARVALHO, H. M. de. (org.). **Chayanov e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 163 – 178.

GNACCARINI, C; MOURA, M. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, n. 15, 1. semestre de 1983. Disponível em:

<https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-15/353-bib-15-integra/file>. Acesso em: 04 mai. 2019.

GRISA, C. *et al.* Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, setembro de 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2019/10/artigo-6-2.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GRISA, C; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 155 - 180.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_.Catia-Grisa.pdf. Acesso em: 04 mai. 2019.

GUIMARÃES, A. P. Quatros séculos de latifúndios - 1963. *In*: STEDILE, J. P (org). **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional – 1500 - 1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 35 – 77.

GÚSMÁN, E. S; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HURTIENNE, T. P. Políticas públicas, sistemas de uso da terra, demografia e desenvolvimento rural sustentável. *In*: COELHO, M. C. N. *et al.* **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejuo, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico brasileiro, estado do Amapá, **Cidades@**, 2010a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 30 ago. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico brasileiro, Mazagão, **Cidades@**, 2010b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/panorama>. Acesso em: 30 ago. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agro**, 2017a. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates>. Acesso em: 14 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Escolar**, 2017b. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates>. Acesso em: 14 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018. Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 39, Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assentamentos: Informações Gerais**. Superintendência Regional Amapá (SR 21), 2017. Disponível em: [http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=21&Parameters\[Planilha\]=Sim&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=1](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=21&Parameters[Planilha]=Sim&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=1). Acesso em: 10 jan. 2020.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Construindo um corpus de pesquisa: entrevista narrativa. *In*: BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som, um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 90 – 113.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto Erich W. Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, R. A. P; PORTO, J. Ordenamento territorial amapaense: dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira Amazônia. **X Colóquio Internacional de Geocrítica**, diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008, Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/100.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

LOMBA, R; FONSECA, M. B. S. Modos de vida ribeirinho na comunidade Foz do Rio Mazagão – Mazagão (AP/Brasil). **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 11, n. 1, p. 257 - 276, abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie>. Acesso em: 01 dez. 2019.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

MARIN, R. E. A. Prosperidade e estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. *In*: GOMES, F. S. (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 34 – 62.

MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e as políticas no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar na política. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Travessa, 2013.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagem de valorização. Tradução de Maurício Waldman. 2. ed, 1. impressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, o processo global da produção capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro 3, v. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARQUES, R. G; CHAVES, P. R. Organização da agricultura camponesa no Assentamento Piquiazal em Mazagão/AP. *In*: BRITO, D. M. C; AVELAR, V. G. de (org.). **Geografia do Amapá em perspectiva**. Macapá: UNIFAP, 2017. p. 131 – 146.

MATOS FILHO, J. R. **Modo de vida e o manejo de açais nas várzeas do rio Mazagão, município de Mazagão-AP, Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Belém, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/9668/1/Dissertacao_ModoVidaManejo.pdf Acesso em: 12 ago. 2018

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

MATTEDI, M.; THEIS, I. Cruzando fronteiras: Conhecimento e interdisciplinaridade na pesquisa em desenvolvimento regional. **REDES**, v. 7, n. 2, p. 77-94, mai/ago, 2002. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10887>. Acesso em: 15 mai. 2018.

MIELITZ, C. Dez Anos de PAA e a Constituição de uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar. *In*: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **PAA**: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN); Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/PAA.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

MIELITZ NETO, C. G. A; MELO, L. M. de; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) Centro Oeste do Amapá. Brasília – DF, 2011.

Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio094.pdf. Acesso em: 08 out. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Territórios da Cidadania**, 2008. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em: 09 ago. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Relatório Municipal de Informações de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN nos Municípios**. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=209. Acesso em: 27 dez. 2018.

MORGAN, D. L. Focus Groups. **Annual Review of Sociology**, v. 22, 1996, p. 129-152. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2083427>. Acesso em 09 set. 2019.

MULLER, P; SUREL, Y. **A análises das políticas públicas**. Tradutores Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

MULLER, P. Esquisse d'une Théorie du Changement dans L'action Publique: Structures, acteurs et cadres cognitifs. **Revue française de science politique**, Vol. 55, 2005/1, pages 155 - 187. ISSN 0035-2950. ISBN 2724630122. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2005-1-page-155.htm>. Acesso em: 09 ago. 2019.

NACKILUK, K; SILVA, R. O. P. Primeiras Medidas do Atual Governo Federal em 2019 e Possíveis Impactos na Agricultura. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, Instituto de Economia Agrícola (IEA), v. 14, n. 2, fevereiro 2019. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14566>. Acesso em: 02 dez. 2019.

NASCIMENTO, D. T. do. **Programa de aquisição de alimentos (PAA): proposta de modelo de avaliação de satisfação (MAS) dos agricultores familiares sobre os aspectos operacionais e socioeconômicos**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel (PR), 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_e355ab4907a527bce45a06c0df65d0ff. Acesso em: 05 mai. 2019.

NASCIMENTO, D. T. do; JOHANN, J. A; BASSO, D. Modelo de avaliação de satisfação dos agricultores familiares em relação ao programa de aquisição de alimentos do Governo Federal. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 28, jul. e dez. 2018. ISSN 1982-8756. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/7209> Acesso em: : 05 mai. 2019.

NUNES, P. J; MARJOTTA-MAISTRO, M. C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mário Lago”, Ribeirão Preto/SP. **Revista Nera**, Presidente Prudente (SP), Ano 20, nº. 37, maio/agosto de 2017. p. 129 - 153. ISSN: 1806-6755. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4968>. Acesso em: 02 dez. 2019.

OLIVEIRA, B. C. Terra, Trabalho e Crenças: identidade e territorialidade camponesa. In: NEVES, D. P. (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato**. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e

Desenvolvimento Rural, 2009. p. 193 – 208. Disponível em:
<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-3-p.-39-67.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

OLIVEIRA, J. A. A cultura na (das) pequenas cidades da Amazônia brasileira. *In: VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16 a 18 de setembro, 2004. Disponível em:
<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/JoseAldemirdeOliveira.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

OLIVEIRA, M. A. S. de. [**Fotografia: entrega de produtos na ASTEMAC em 2018**]. WhatsApp: OLIVIERA, M. A. S. de. 08 out. 2019. 10:00. 1 mensagem de WhatsApp.

PANDOLFO, M. C. O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. *Agriculturas*, v. 5, n. 2, junho de 2008. Disponível em:
<http://aspta.org.br/files/2014/10/Artigo-2-O-Programa-de-Aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-Alimentos-como-instrumento-revitalizador-dos-mercados-regionais.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

PACHECO, R. S. V. [**Fotografia: entrega de produtos na AMPAFOZ em 2015**]. WhatsApp: PACHECO, R. S. V. 28 out. 2019. 10:30. 1 mensagem de WhatsApp.

PEREIRA, J. M; ALENTEJANO, P. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio. *In: ALMEYRA, G. et al. Capitalismo: tierra y poder em América Latina (1982-2012)*. v. I. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2014.

PETERSEN, P; MUSSOI, E. M; SOGLIO, F. D. Institutionalization of the Agroecological Approach in Brazil: Advances and Challenges. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37:1, 2013. p.103-114. ISSN: 2168-3565 online. DOI: 10.1080/10440046.2012.735632. Disponível em: http://aspta.org.br/files/2012/12/9_PetersenMussoiDalSoglio.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

PRADO JR, C. **A Questão Agrária**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PRADO JR, C. A Questão Agrária e a Revolução Brasileira – 1960. *In: STEDILE, J. P (Org). A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 - 1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 79 – 88.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. **Atlas de Desenvolvimento Humano Brasil 2013**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/. Acesso em: 02 fev. 2020.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943 – 2000)**. 2. ed. Macapá: Edição do Autor, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

QUEIROZ, M. I. P. de. Uma categoria rural esquecida (1963). *In*: WELCH, C. *et al.* **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 57 – 72.

RABELO, B. V. *et al.* **Mazagão**: realidades que devem ser conhecidas. Macapá: IEPA, 2005. 120 p.

RANGEL, I. A questão agrária brasileira (1957 - 1986). *In*: STEDILE, J. P (org). **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional – 1500 - 1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 171 – 229.

RAVAGNOLI, N. C. S. R. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. **The Specialist**, v. 39, n. 3, 2018. ISSN: 2318-7115. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/esp/article/view/34195>. Acesso em: 02 dez. 2019.

REGO, J. F. do. Amazônia: do Extrativismo ao Neoextrativismo. **Ciência Hoje**, n. 147, 1999. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16936073-Amazonia-do-extrativismo-ao-neoextrativismo.html>. Acesso em: 05 mai. 2019.

RIBEIRO, A. C. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. São Paulo: All Print Editora, 2011.

ROSA, T. A. L. **Localização do Estado do Amapá**. Bases de dados do IBGE (2003) e SEMA (2003), 2018.

SALGADO, R. J. S. F. *et al.* Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 55, nº 04, p. 661-678, out/dez 2017, impressa em dezembro de 2017. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000400661. Acesso em: 10 ago. 2018.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, G. T.; FILOCREÃO, A. S. M. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado do Amapá: contribuições ao Desenvolvimento Rural (2010 – 2017). 57º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). **Anais eletrônicos**, Ilhéus - BA, 21 a 25 de julho de 2019. ISBN: 978-85-98571-18-8. Disponível em: <https://sober.org.br/mrepkeywords/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SANTOS, J. H. N. dos. *et al.* Segurança Sanitária dos Alimentos Fornecidos pela Agricultura Familiar em Itapajé, Ceará: desafios para Vigilância Sanitária. **Cadernos ESP. Ceará**. jul. dez.; 13 (2), 2019, p. 158 – 178. ISSN: 1808-7329/1809-0893. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/206>. Acesso em: 10. jan. 2020.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, R. B. dos. **Participação em cooperativas e associações**: o porquê das pessoas se filiarem. Ilhéus/Bahia: Editus, 2016. p. 21.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A. L. **SAVANAS**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989 - 1014.

SCHNEIDER, S. (org). **A pluralidade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. Prefácio à edição brasileira. *In*: **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SCHÜTZE, F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. *In*: WELLER, W.; PFAFF, N. (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 210 - 222.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura T. Motta. Rev. Ricardo D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHANIN, T. The Nature and Logic of the Peasant Economy 1: A Generalisation. **The Journal of Peasant Studies**. vol. 1, nº. 1. pages 63 – 80, 1973. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03066157308437872>. Acesso em: 04 mai. 2019.

SHANIN, T. **Natureza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

SHANIN, T. Polarization and cyclical mobility: the Russian debate over the differentiation of the peasantry. *In*: Harris, J. **Rural Development**: Theories of peasant economy and agrarian change. London: Hutchinson University, 1982. p. 223 - 245.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Ano 8, n. 7, Jul/dez. 2005. ISSN 1806-6755. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso em: 04 mai. 2019.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, J. G. da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. *In*: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 163 – 170.

SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. *In*: SCHNEIDER, S. *et al.* **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 9 – 20

SILVA, I. C; FILOCREÃO, A. S. M; LOMBA, R. M. Programa de aquisição de alimentos no território da cidadania sul do amapá. *In*: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2016, São Cristóvão - SE. **Anais do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Cristóvão - SE: Editora do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2016. Disponível em: enga.com.br/anais/GT/GT%202.../Irenildo%20Costa%20da%20Silva;...docx. Acesso em: 10 jul. 2018.

SILVA, I. C; FILOCREÃO, A. S. M. Perspectivas para a agricultura familiar no Amapá. *In*: LOMBA, R. M. et. al. (org.). **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

SILVA, I. C; LOMBA, R. M. Aspectos da importância da agricultura familiar no Estado do Amapá. *In*: VII ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 2011, Maringá-PR. **Anais eletrônicos do Centro Universitário de Maringá-CESUMAR**. Maringá: CESUMAR, 2011. Disponível em: www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/irenildo_costa_silva2.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

SODRÉ, N. W. Formação Histórica do Brasil – 1962. *In*: STEDILE, J. P (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 - 1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 111 – 125.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. **Fundação Luís Eduardo Magalhães**, dez. 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez. 2006. p. 20 – 45. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SOUZA, J. R. M. de. A Política de Aquisição de Alimentos na Mira do Golpe. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, PB, v. 12, n. 2, p. 664 – 677, 2018. ISSN: 1982-3878. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SOTO, W. H. G. **A produção do conhecimento sobre o “Mundo Rural” no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOTO, W. H. G. Sociologia e história na obra de José de Souza Martins. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. Especial Sociedade e Estado 30 anos (1986 – 2016), p. 1051 – 1069, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922016000501051&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 04 mai. 2019.

STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 - 1960.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STEDILE, J. P. **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000.** São Paulo; Expressão Popular, 2013.

TAKAGI, M. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: Seus limites e desafios.** Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Campinas/SP, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Instituto de Economia – IE, fev. 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286223>. Acesso em: 18 jun. 2019.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas - MS, vol. 2, n.º 2, ano 2, set. 2005. Disponível: <seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/download/1339/854>. Acesso em: 05 jan. 2018.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais.** Paris: Armand Colin, 1973.

TOMAZINI, C. G.; LEITE, C. K. S. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Revista Sociologia e Política**. V. 24, n. 58, p. 13-30, 2016. ISSN 1678-9873. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782016000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 jun. 2019.

TOSTES, J. A; FERREIRA, J. F. C. O corredor transfronteiriço entre o Amapá (BR) e a Guiana Francesa (FR). **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 7, n. 1, p. 152 – 170, jan/jun. 2016. Disponível: www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/129/154. Acesso em: 03 jun. 2018.

TOSTES, J. A. Formação institucional e desenvolvimento regional no estado do Amapá. **Coleção Formação Regional da Amazônia**, Belém, v. I, 2014a. Disponível em: pt.scribd.com/document/373994040/Cap-TOSTES-Jose-A-Formacao-institucional-e-desenvolvimento-regional-no-estado-do-Ap-pdf. Acesso em: 03 jun. 2018.

TOSTES, J. A. **Do tijolo nu ao concreto bruto.** Macapá: UNIFAP, 2014b, 161 – 164.

VALNIER, A; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 198 – 228, ago. 2013. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21732/13079>. Acesso em: 02 ago. 2018

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VELHO, O. G. Processos sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais. *In*: SORJ, B; ALMEIDA, M.H.T. (orgs). **Sociedade e política no Brasil pós-64** (online). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 351-385, 2008. ISBN: 978-85-99662-63-2. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-10.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2019.

VIDAL, L. **Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico**: do Marrocos à Amazônia (1769 – 1783). Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, p. 42 – 61, out. 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

WELCH, C. *et al.* **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. v. 1. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WEZEL, A. *et al.* Agroecological practices for sustainable agriculture. A review. **Agron. Sustain. Dev.** 34, 1 - 20, September 2013. Disponível: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13593-013-0180-7#citeas>. Acesso em: 24 nov. 2018.

WEZEL, A; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 7, n. 1, PAGES 3–18, 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/WEZEL-Historical-analysis-Scientific-Agroecology.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

APÊNDICES
APÊNDICE A – Carta de Anuência das Associações e CONAB

CARTA DE ANUÊNCIA

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

CAAE: 13259419.4.0000.0003

Número do Parecer/CEP: 3.374.205

Aceito o pesquisador **Geovane Tavares dos Santos**, matrícula: 2017101773, do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), para desenvolver a pesquisa intitulada **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado do Amapá: contribuições e limitações para o fortalecimento da Agricultura Familiar no Município de Mazagão (2010 - 2018)**, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

O objetivo geral da pesquisa visa analisar as contribuições e limitações do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão (2010 - 2019), para atender o objetivo proposto, pretende-se realizar entrevista narrativa com o representante desta Associação/cooperativa e formação de grupo focal e aplicação de questionário com agricultores familiares associados que forneceram produtos para o PAA.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP;
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa;
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Local

data

Assinatura do responsável da Associação ou CONAB

APÊNDICE B – Quadro de Participação das organizações do município de Mazagão/AP nos recursos PAA/CDS de 2010 a 2018

PARTICIPAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DE MAZAGÃO/AP (2010 a 2018)										
ORGANIZAÇÕES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
1. ASTEMAC	123.145	204.322,9 1	219.444,25	578.498,55	1.704.000	760.000,0 6	323.984,02	-	-	3.913.394,79
2- AMPRAEX-CA	-	-	-	467.396,08	1.999.999,9 1	-	-	-	52.256,67	2.519.652,66
3- AMBAC	-	204.322,9 1	239.189,75	695.498,93	-	780.000,0 2	-	-	257.000,28	2.176.011,89
4- AMOBIO	-	-	71.948,80	295.401,42	552.999,52	-	543.999,94	135.997,94	-	1.600.347,62
5-COPEMARCA	-	-	-	-	-	475.998,7 0	176.000,75	-	119.999,94	771.999,39
6- AMCEX-CA	-	-	-	-	156.951,60	220.000,3 7	197.047,14	49.998,55	-	623.997,66
7- ASSOCIAÇÃO SÃO JOÃO	-	-	-	-	-	-	107.874,25	206.578,90	-	314.453,15
8- AMPAFOZ	-	-	-	-	-	130.000,5 0	160.004,42	-	-	290.004,92
9- AMAJUCAP	-	-	-	-	-	-	-	-	199.991,87	199.991,87
10- AMAEJU	-	-	-	-	-	-	-	160.002,00	-	160.002,00
11- AAFLOMARA	-	-	-	-	-	-	-	-	111.946,00	111.946,00
12- ATAEX	-	-	-	103.995,51	-	-	-	-	-	103.995,51
13- AMPAEX-MA	-	-	-	-	-	-	-	99.996,59	-	99.996,59
14- AMAERC	-	-	-	-	-	-	-	94.923,66	-	94.923,66
15- AMGROEX	-	-	-	-	-	-	-	-	80.000,38	80.000,38
16- AAMARP-AM	58.029,40	-	-	-	-	-	-	-	-	58.029,40*

Fonte: Elaborado a partir da Transparência PAA/CONAB (2019).

APÊNDICE C – Questões Exmanentes da Entrevista Narrativa

COLETA DE DADOS – ENTREVISTA NARRATIVA COM REPRESENTANTES

Objetivo da Pesquisa: Analisar as contribuições e limitações do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão/AP (2010 - 2018). Este instrumento tem como objetivo averiguar as concepções dos representantes das associações sobre o PAA/CDS.

Texto Inicial

✓ Sugiro que relate sua experiência como representante desta organização, assim como a participação desta associação/cooperativa junto ao PAA/CDS, se possível relate desde do primeiro contato com o programa até os dias atuais. Fique à vontade para narrar sua história com detalhes, pois tudo que for importante para você é fundamental para a pesquisa.

QUESTÕES EXMANENTES

1. Data da entrevista: ____/____/____
2. Organização que representa: _____
3. Nome do entrevistado: _____
4. Sexo _____ 5. Idade _____
6. Escolaridade _____
7. Há quantos anos foi/é representante desta associação ou cooperativa?
8. Quanto tempo você participa/participou do PAA como representante da organização ou associação?
9. Qual a quantidade de associados ou cooperados nesta organização?
10. Quantos participaram/participam do PAA?
11. Aponte limitações do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar dos associados ou cooperados?
12. Quais as contribuições do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar dos associados ou cooperados?
13. Você percebe mudanças na sua renda e dos outros agricultores devidos o PAA?
14. Como você percebe a variedade produtiva antes e com o PAA?
15. PAA motiva a participação de agricultores familiares em associações ou cooperativas? De que maneira?
16. Como você avalia o valor pago do recurso do PAA a CONAB?
17. Qual o valor cobrado pela associação aos agricultores participantes do PAA? A finalidade do recurso?
18. As ações do governo federal têm valorizado ou desvalorizado o PAA como política pública para agricultura familiar?
19. Qual o cenário atual do PAA nesta associação ou cooperativa?

Fonte: Elaborado com orientações de Jovchelovitch e Bauer (2008), Schütze (2011).

APÊNDICE D – Roteiro aberto de grupo focal: questões norteadoras

Fonte: Organizado seguindo orientações de Flick (2009).

QUESTÕES NORTEADORAS DO GRUPO FOCAL - AGRICULTORES FAMILIARES

Objetivo da Pesquisa: Analisar as contribuições e limitações do PAA/CDS para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão/AP (2010 - 2018).

Planejamento da discussão em grupo:

1º Momento: Apresentação do pesquisador, dos objetivos da pesquisa e o que se espera do momento;

2º Momento: Apresentação dos integrantes do grupo/participantes da pesquisa e suas experiências com PAA/CDS;

3º Momento: Início do diálogo sobre as contribuições e limitações do PAA/CDS para os agricultores familiares.

Questões discutidas

1. Os senhores e/ou senhoras receberam informações e capacitações sobre o programa?
2. Qual a opinião de vocês sobre as documentações exigidas para participação no PAA?
3. As exigências da vigilância sanitária ajudaram o atrapalharam na entrega de alimentos?
4. Comentem sobre os aspectos financeiros do PAA/CDS (os preços pagos pelos produtos, melhoria ou não da renda, compra de bens).
5. Falem sobre os efeitos do programa na produção (aumento/diminuição da produção, variedade produtiva).
6. Avaliem a gestão/participação da Associação na elaboração e execução do projeto para PAA, percentual cobrado.
7. Quais melhorias (contribuições) foram alcançadas com o PAA/CDS?
8. Quais as dificuldades (limitações) encontradas no PAA/CDS?
9. Aproveitem o momento para sugestões, críticas e/ou elogios ao PAA/CDS.

Fonte: Organizado seguindo orientações de Flick (2009).

Observação: As questões norteadoras interagem com a Variável II do MAS, Nascimento (2015).

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para agricultores familiares e representantes das associações

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

Título da Pesquisa: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado do Amapá: contribuições e limitações para o fortalecimento da Agricultura Familiar no Município de Mazagão (2010 - 2018).

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

Pesquisador Responsável: Geovane Tavares dos Santos

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

CAAE: 13259419.4.0000.0003

Número do Parecer/CEP: 3.374.205

1. Natureza da pesquisa: o (a) Sr (a). está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem por finalidade analisar as contribuições e limitações do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão (2010 - 2018).

2. Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo o (a) Sr (a). se predispõe a responder as perguntas relativas ao tema em questão e as que o pesquisador julgar pertinente ao estudo, respeitando sua disponibilidade para a pesquisa.

2.1. O (a) Sr (a). tem a liberdade de se recusar a participar sem qualquer prejuízo para o (a) Sr (a).

3. Sobre as entrevistas narrativas, sessões dos grupos focais e aplicação de formulário: as entrevistas narrativas serão realizadas com Sr (a) representantes das organizações agroextrativistas selecionadas conforme o projeto de pesquisa. E as sessões dos grupos focais serão realizadas com Sr (a) agricultores familiares associados e/ou cooperados que participaram ou participam do PAA no município de Mazagão/Ap. As entrevistas narrativas, sessões dos grupos focais e formulário foram desenvolvidas conforme roteiro temático previamente elaborado submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com parecer de execução de pesquisa disponível para consulta segundo os dados acima especificados. Os momentos das coletadas dos dados serão gravados em áudios e registros fotográficos, em seguida as informações coletadas serão tratadas e analisadas respeitando a ética da pesquisa científica.

4. Riscos e desconforto: nenhum dos procedimentos usados oferecerá riscos à sua saúde e integridade. A participação na pesquisa não lhe trará complicações legais e os riscos são considerados mínimos. Os procedimentos adotados respeitam os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde (Resolução CNS 510/96; Resolução CNS 466/12 e Resolução CNS 510/16).

4.1. Assegura-se aos entrevistados a confidencialidade das informações compartilhadas, a privacidade, proteção da imagem e não estigmatização dos participantes da pesquisa, e a garantia de não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou entidades pesquisadas, inclusive em termos de autoestima, desprestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros;

4.2. Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano comprovado resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste TCLE, têm direito à indenização, por parte do pesquisador/patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.

Pesquisador responsável: Geovane Tavares dos Santos | Contato: 96 9909-6141

End.: Rod. Juscelino Kubitschek, km 02 - Jardim Marco Zero, Macapá - AP, 68903-419

5. Benefícios: ao participar desta pesquisa o (a) Sr (a). não terá nenhum benefício direto. Contudo, a pesquisa possibilitará benefícios indiretos, tais como a construção do conhecimento científico acerca dos benefícios e limitações do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar. Espera-se que este estudo gere informações importantes sobre o tratamento dado à temática e sirva de subsídios para outros estudos.

5.1. Garante-se aos participantes a busca pela prevalência dos benefícios esperados sobre os riscos e/ou desconfortos previstos;

6. Pagamento: o (a) Sr (a). não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como não receberá nenhum benefício financeiro por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, em acordo com as informações apresentadas acima, preencha os itens que se seguem.

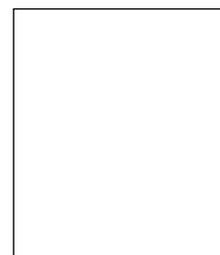
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, inscrito (a) no RG _____ e no CPF _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi uma cópia deste termo de consentimento e AUTORIZO a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Macapá (AP), _____ de _____ de 2019.

Participante da pesquisa

Geovane Tavares dos Santos
Pesquisador responsável



Polegar direito (participante não alfabetizado).

Pesquisador responsável: Geovane Tavares dos Santos | Contato: 96 9909-6141

End.: Rod. Juscelino Kubitschek, km 02 - Jardim Marco Zero, Macapá - AP, 68903-419

APÊNDICE F – Formulário MAS

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - VARIÁVEL I	
<p>Objetivo da Pesquisa: Analisar as contribuições e limitações do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão/AP (2010 - 2018). A Variável I tem como objetivo demonstrar os perfis socioeconômicos dos participantes da pesquisa e verificar as contribuições e limitações do PAA. A Variável II analisa as contribuições e limitações do PAA através do grau de satisfação do agricultor familiar.</p> <p>Observação: Questionário aplicado com a mediação do pesquisador.</p>	
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	
<p>Nome do Participante: Nome da associação que participa:</p>	
<p>1. Sexo a) Mulher () b) Homem ()</p> <p>2. Idade a) Menor que 30 anos () b) De 30 a menos de 60 anos () c) De 60 anos e mais ()</p> <p>3. Escolaridade _____</p> <p>a) Ler () b) Escreve () c) Nenhum ()</p> <p>4. Há quantos anos é produtor familiar? a) 1 a 5 anos () b) 6 a 10 anos () c) acima de 10 anos ()</p> <p>5. Faz uso de internet? a) Sim () b) Não ()</p> <p>6. Qual a quantidade de membros de sua família que trabalham na agricultura familiar? a) De 1 a 2 () b) De 3 a 4 () c) Acima de 5 ()</p> <p>7. Como ficou sabendo do PAA? a) Associação/cooperativa () b) CONAB () c) Governo Estadual () d) Prefeitura () e) Instituições de assistência e extensão rural ()</p> <p>8. Qual era sua Renda <i>per capita</i> <u>antes</u> da adesão ao PAA? c) 04 a 05 culturas () d) Acima de 05 culturas ()</p>	<p>a) Até R\$ 4,60 () b) até R\$ 7,70 () c) até 13,30 () d) Superior a 13,30 ()</p> <p>9. Qual sua renda <i>per capita</i> participando do PAA? a) Até R\$ 4,60 () b) até R\$ 7,70 () c) até 13,30 () d) Superior a 13,30 ()</p> <p>10. Qual o tamanho da sua propriedade rural <u>antes</u> do PAA? a) Inferior a 1 módulo fiscal () b) Entre 1 a 4 módulos fiscais () c) Entre 4 a 15 módulos fiscais ()</p> <p>11. Qual o tamanho da sua propriedade rural <u>com</u> o PAA? a) Inferior a 1 módulo fiscal () b) Entre 1 a 4 módulos fiscais () c) Entre 4 a 15 módulos fiscais () d) Superior a 15 módulos fiscais ()</p> <p>12. Como era a variedade produtiva <u>antes</u> do PAA? a) 01 cultura () b) 02 a 03 culturas () c) 04 a 05 culturas () d) Acima de 05 culturas ()</p> <p>13. Como ficou a variedade produtiva <u>a partir</u> do PAA? a) 01 cultura () b) 02 a 03 culturas ()</p>

VARIÁVEL II GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS DO PAA (ASSOCIAÇÕES)		Muito Satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
Em relação as informações/capacitações recebidas , indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
26	Com as organizações de assistência e extensão rural.					
27	Com o apoio recebido pelo governo (Prefeitura e/ou Estado).					
28	Com a CONAB, considerando as explicações/treinamento sobre o PAA.					
Em relação aos grupos prioritários do PAA , indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
29	Com os grupos prioritários definidos pelo MDS (CadUNico; assentados; indígenas; quilombolas e comunidades tradicionais; mulheres).					
30	Com os Critérios de Pontuação dos Projetos.					
Em relação as documentações exigidas pelo PAA/CONAB, indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
31	Com as exigências para a obtenção da DAP.					
32	Com o PAA, considerando as documentações exigidas.					
33	Com as condições e obrigações estabelecidas, no termo de compromisso.					
Em relação às questões operacionais do PAA, indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
34	Com os critérios de qualidade estabelecidos, no momento da entrega dos produtos.					
35	Com relação as exigências da vigilância sanitária na produção.					
Em relação aos aspectos financeiros do PAA, indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
36	Com os preços pagos pelos produtos.					
37	Com o PAA, pois permitiu o aumento de minha renda.					
38	Com o percentual pago a CONAB em decorrência da participação.					
Em relação aos efeitos na produção , indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
39	Com o PAA, permitiu aumentar a área plantada.					
40	Com o PAA, pois com o Programa passei a produzir novos produtos.					
Em relação aos efeitos do PAA , indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
41	Com o PAA, pois me ajudou na compra de bens duráveis como geladeira, celular, televisão, computador, etc.					
42	Com o funcionamento do PAA como política pública para a agricultura familiar.					
Em relação aos aspectos de gestão da Associação , indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				

43	Com a sua participação na elaboração da proposta do projeto do PAA junto com a Associação.					
44	Com o percentual pago a Associação referente a sua participação no PAA.					
45	Com o apoio operacional da Associação na adesão e execução do PAA.					

Fonte: Questionário foi formulado com base no Modelo de Avaliação de Satisfação do PAA (MAS), Nascimento (2015).

ANEXOS

ANEXO A – Variáveis e Categorias de Construção dos Indicadores do MAS

Quadro 02 – Modalidades de Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Variáveis	Categorias	Indicadores
I - Caracterização dos Agricultores Familiares participantes do PAA	Perfil dos agricultores familiares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dados sobre a atividade rural, propriedade, número de membros da família 2. Motivo da participação no PAA 3. Filiação junto às cooperativas ou associações 4. Relacionamento com as cooperativas e unidades receptoras 5. Início na participação do PAA e quantidade de modalidade que participam 6. Predisposição para produção de orgânicos 7. Êxito na entrega dos produtos do PAA 8. Principal dificuldade para participar no PAA 9. Impactos dos PAA sobre a produção e comercialização.
II - Satisfação dos agricultores familiares em relação ao PAA	Informação e capacitação	1. Apoio das ATER; 2. Apoio dos órgãos públicos; 3. Apoio pelo operador do PAA
	Grupos prioritários do PAA	1. Percepção sobre os grupos prioritários definidos pelo MDS; 2. Percepção sobre a prioridade dada pelo PAA aos produtores de orgânicos e mulheres.
	Documentação exigida pelo PAA	1. Exigências para a DAP; 2. Exigências para o PAA; 3. Condições e obrigações do Termo de compromisso
	Questões operacionais do PAA	1. Qualidade dos produtos entregues; 2. Características dos produtos solicitados pela CONAB; 3. Ajuda para o transporte e embalagens.
	Aspectos financeiros do PAA	1. Preços recebidos pelos produtos; 2. Impacto do PAA sobre a renda; 3. Relação preço recebido com o custo de produção
	Os efeitos do PAA na produção	1. Efeitos na compra de bens móveis; 2. Efeitos no aumento e diversificação da produção 3. Efeitos na utilização de novas tecnologias
	Os efeitos sociais do PAA	1. Efeitos na compra de bens duráveis; 2. Efeitos na vida escolar dos filhos dos agricultores familiares; 3. Percepção com a segurança alimentar; 4. Percepção sobre a Política Pública PAA
III - Satisfação em relação à gestão da cooperativa ou associação nas quais estão filiados.	Aspectos da gestão da Cooperativa ou Associação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grau de participação da proposta do PAA; 2. Procedimentos dos PAA repassados pela Cooperativa ou Associação; 3. Apoio operacional da Cooperativa ou Associação; 4. Grau de oportunidade dada aos cooperados; 5. Atendimento e resolução de conflitos dos cooperados; 6. Grau de participação nas assembleias gerais; 7. Estratégias adotadas pela cooperativa ou associação para celebração de parcerias; 8. Transparências das informações e canais de reclamações.

Fonte: Elaborado por Nascimento (2015, p. 37 - 38).

ANEXO B – Critérios para Pontuação dos Projetos PAA/CDS – 2018



Critérios para Pontuação dos Projetos – PAA/CDS - 2018



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



Proposta de Critérios para Pontuação – 2018

1- Participação das Mulheres:

- Propostas entre 90% a 100% de mulheres (10 pontos);
- Propostas entre 60% a 89% de mulheres (08 pontos);
- Propostas abaixo de 60 % de mulheres (06 pontos);

2- Participação de PCTs e Assentados da Reforma Agrária:

- Propostas entre 90% a 100% de PCTs e Assentados (10 pontos);
- Propostas entre 60% a 89% de PCTs e Assentados (08 pontos);
- Propostas abaixo de 60 % de PCTs e Assentados (06 pontos);

3 – Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional:

- Propostas em municípios de muito alta vulnerabilidade (10 pontos);
- Propostas em municípios de alta vulnerabilidade (09 pontos);

- Propostas em municípios de média vulnerabilidade (08 pontos);
- Propostas em municípios fora do mapa INSAN (07 pontos)

4 – Valores dos Projetos:

- Projetos com valores até R\$ 80 mil reais (10 pontos);
- Projetos com valores entre R\$ 81 a R\$ 120 mil reais (09 pontos);
- Projetos com valores entre R\$ 121 a R\$ 200 mil reais (08 pontos);
- Projetos acima de R\$ 201 mil reais (07 pontos);

5- Produtos orgânicos ou agroecológicos:

- Propostas com 100% de orgânicos (10 pontos);
- Propostas com não orgânicos (06 pontos)

6- Organizações Fornecedoras:

- CNPJs que não tenham projetos em execução na data de fechamento do Sistema (8 pontos);

Critérios de Desempate

- 1º Menor valor do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM);
- 2º Menor valor de *per capita* por Beneficiário Fornecedor;
- 3º Envio da Proposta de Participação (via PAAnet).

Cronograma CDS para 2018

Divulgação dos critérios para o público externo	A partir de 26/03
Abertura PAAnet	16/04
Fechamento PAAnet	18/05
Publicação do Ranking	28/05
Início dos procedimentos de contratação dos projetos	01/06